



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ  
Centro Legislativo Presidente Aníbal khury

## COMISSÃO DE REDAÇÃO

### Redação Final ao Projeto de Lei nº 214/2015 (Autoria do Deputado Tercílio Turini)

Instituição do Dia Estadual de Higienização das  
Mãos, a ser realizado anualmente no dia 5 de maio.

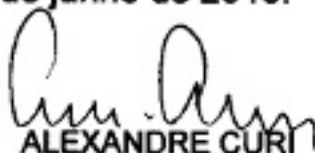
**Art. 1º** Institui o Dia Estadual de Higienização das Mãos,  
a ser realizado anualmente no dia 5 de maio.

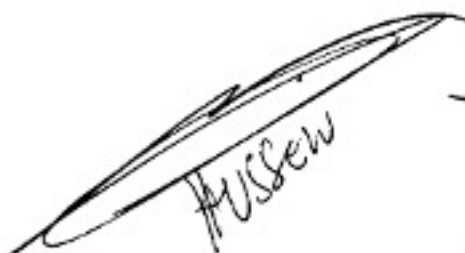
**Art. 2º** Na semana que antecede a data mencionada no  
art. 1º desta Lei serão realizadas políticas de conscientização sobre  
a importância da higienização das mãos.

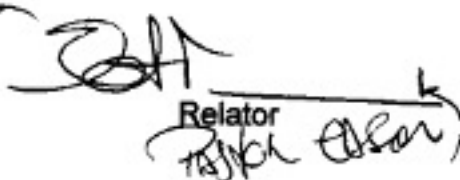
**Art. 3º** A data ora instituída passa a integrar o  
Calendário Oficial de Eventos do Estado do Paraná.

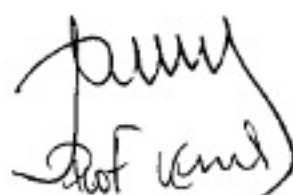
**Art. 4º** Esta Lei entra em vigor na data de sua  
publicação.

Sala das Comissões, 30 de junho de 2015.

  
ALEXANDRE CURI  
Presidente

  
Tercílio Turini

  
Relator

  
outro membro

  
outro membro



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ  
Centro Legislativo Presidente Aníbal khury

**COMISSÃO DE REDAÇÃO**

**Redação Final ao Projeto de Lei nº 412/2015  
(Autoria do Poder Executivo)**

Autorização ao Poder Executivo para efetuar a cessão de uso do imóvel que especifica ao Município de Tuneiras do Oeste.

**Art. 1º** Autoriza o Poder Executivo a efetuar a cessão de uso, ao Município de Tuneiras do Oeste, de parte do imóvel localizado no Distrito de Marabá, Município de Tuneiras do Oeste, constituído por área de 2.920,00 m<sup>2</sup>, que faz parte da Matrícula nº 588 do 2º Ofício de Registro de Imóveis da Comarca de Cruzeiro do Oeste, referente à área maior com 10.800,00 m<sup>2</sup>.

**Art. 2º** O imóvel em questão será destinado, exclusivamente, para a construção da sede própria da Escola Municipal Dezenove de Abril, retornando ao patrimônio do Estado em caso de utilização diversa.

**Art. 3º** O cessionário deverá iniciar a respectiva obra dentro do prazo máximo de um ano, condição cujo descumprimento ensejará a revogação automática desta cessão de uso.

**Art. 4º** A presente cessão de uso terá vigência de 25 (vinte e cinco) anos.

**Art. 5º** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, 30 de junho de 2015.

  
Presidente  
Relator



ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ  
Centro Legislativa Presidente Aníbal Khury |  
Gabinete Deputado Tercílio Turini



PROJETO DE LEI Nº

65/15

LIDO NO EXPEDIENTE  
CONCEDIDO APOIAMENTO À D. L.

Em, 04 FEV. 2015

1º Secretário

Súmula: Institui no Calendário de Eventos do Estado do Paraná a Festa do Churrasco no Espeto de Bambu, realizada anualmente, nas datas próximas ao dia 28 de abril.

Art. 1º Fica inserido no Calendário Oficial de Eventos do Estado do Paraná a "Festa do Churrasco no Espeto de Bambu", realizada anualmente, nas datas próximas ao dia 28 de abril, no Município de Rio Bom.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões em 04 de fevereiro de 2015.

TERCÍLIO TURINI  
Deputado Estadual



ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ  
Centro Legislativa Presidente Aníbal Khury  
Gabinete Deputado Tercílio Turini



JUSTIFICATIVA

O presente Projeto de Lei pretende instituir no Calendário de Eventos do Estado do Paraná a Festa do Churrasco no Espeto de Bambu, realizada anualmente, nas datas próximas ao dia 28 de abril, aniversário da emancipação política do Município de Rio Bom.

A Festa do Churrasco no Espeto de Bambu já é tradição no Município de Rio Bom, e no ano de 2014 foi realizada nos dias 25, 26 e 27 de abril, quando ocorreu a sua 50ª edição.

O objetivo da festa é celebrar o aniversário da Cidade reunindo a população da região com esta grande comemoração. A festa conta com diversas atrações, como shows, competições, parque de diversões, barracas com comidas típicas, praça de alimentação e o famoso churrasco no espeto de bambu.

A festa já está consagrada pela população da região e o churrasco no espeto de bambu possui destaque nacional devido ao sabor e a arte de seu preparo.

Desta forma, pretende-se com a referida proposta incluir essa grande celebração no Calendário de Eventos do Estado do Paraná, visando o incentivo a cultura e o desenvolvimento econômico da região.

Diante do exposto, e devido a importância da presente proposta para a divulgação e promoção da Festa do Churrasco no Espeto de Bambu, pedimos o seu devido apoio e a sua consequente aprovação.





# Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Gabinete do Deputado Estadual Gilson de Souza



## PARECER AO PROJETO DE LEI 65/2015

Projeto de Lei nº. 65/2015

Autor: Deputado Estadual Tercílio Turini.

**Súmula:** Institui no Calendário de Eventos do Estado do Paraná a Festa do Churrasco no Espeto de Bambu, realizada anualmente, nas datas próximas ao dia 28 de abril.

**EMENTA:** INSERE NO CALENDÁRIO OFICIAL DE EVENTOS DO ESTADO A FESTA DO CHURRASCO NO ESPETO DE BAMBU. POSSIBILIDADE. ART 215 DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL. ARTIGO 165 DA CONSTITUIÇÃO ESTADUAL. APROVAÇÃO. ANÁLISE FAVORÁVEL.

### PREÂMBULO

O presente projeto de lei, de autoria do Deputado Estadual Tercílio Turini, tem por finalidade inserir no Calendário Oficial de Eventos do Estado a "Festa do Churrasco no Espeto de Bambu", a ser realizada anualmente, no mês de abril, no Município de Rio Bom.



# Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Gabinete do Deputado Estadual Gilson de Souza



## FUNDAMENTAÇÃO

Inicialmente, cumpre salientar que compete à Comissão de Constituição e Justiça, em consonância ao disposto no artigo 33, A, I do REGIMENTO INTERNO DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, verificar a constitucionalidade, legalidade, legitimidade do proponente, bem como a técnica legislativa ora utilizada:

Art. 33-A - Cabe às comissões permanentes, observada a competência específica:

I - emitir parecer sobre as proposições quanto a sua constitucionalidade, legalidade, juridicidade, adequação regimental e caráter estrutural, em face do que dispõe a Lei Complementar 95, de 26 de fevereiro de 1998 e alterações posteriores.

Corroborando com tal entendimento, a Constituição do Estado do Paraná, senão vejamos:

Art. 65 - A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou comissão da Assembleia Legislativa, ao Governador do Estado, ao Presidente do Tribunal de Justiça, ao Procurador-Geral de Justiça e



# **Assembleia Legislativa do Estado do Paraná**

Gabinete do Deputado Estadual Gilson de Souza



**aos cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta Constituição.**

Destarte, o artigo 124 do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná dispõe que a iniciativa dos projetos de lei caberá a qualquer membro da Assembleia:

**Art. 124 - A iniciativa dos projetos caberá a qualquer membro da Assembleia, ao Governador, dos Tribunais e ao Ministério Público, que poderão solicitar o seu arquivamento ou a sua restituição, em qualquer fase de sua tramitação. (grifo nosso)**

**Parágrafo único. Todos os projetos, ressalvada a competência exclusiva do Governador, dos Tribunais e do Ministério Público, terão origem na Assembleia, sob a iniciativa de qualquer Deputado ou Comissão.**

A **CONSTITUIÇÃO FEDERAL** dispõe em seu artigo 215, caput, que é de incumbência do Estado garantir, o pleno exercício dos direitos culturais e acesso às fontes da cultura nacional a todos os seus cidadãos, buscando, de mesmo modo, o apoio e incentivo à valorização e difusão das manifestações culturais, senão vejamos:

**Art. 215. O Estado garantirá a todos o pleno exercício dos direitos culturais e acesso às**



# Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Gabinete do Deputado Estadual Gilson de Souza



fontes da cultura nacional, e apoiará e incentivará a valorização e a difusão das manifestações culturais.

Além disso, conforme abaixo se denota o objeto da ora proposição se amolda ao artigo 165 do mesmo diploma legal:

**Art. 165. O Estado, em ação conjunta e integrada com a União, Municípios e a sociedade, tem o dever de assegurar os direitos relativos à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à capacitação para o trabalho, à cultura e de cuidar da proteção especial da família, da mulher, da criança, do adolescente, do idoso e do índio.**

Por fim, no que tange à técnica legislativa, o projeto em análise não encontra óbice nos requisitos da Lei Complementar Federal nº95/98, bem como, no âmbito estadual, da Lei Complementar nº 176/2014, as quais dispõem sobre a elaboração, a redação, a alteração e a consolidação das leis.



# Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Gabinete do Deputado Estadual Gilson de Souza





## CONCLUSÃO


Diante do exposto, com o propósito de aplicar melhor técnica legislativa, opina-se pela **APROVAÇÃO** do presente projeto de lei, em virtude da sua constitucionalidade e legalidade.

Sala das Comissões, 08 de Abril de 2015.

  
DEPUTADO  
NELSON JUSTUS  
Presidente

  
DEPUTADO GILSON DE SOUZA  
Relator

  
Nelson Justus

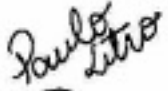
  
Paulo Lúcio

  
Francisco Assis

  
Cláudio

  
Curi

  
Guto

  
Paulo Lúcio

  
Paulo Lúcio

APROVADO  
15.04.15.



# ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ

*Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury*

*Gabinete do Deputado Marcio Pacheco*



## COMISSÃO DE TURISMO

### PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 65/2015

O Projeto de Lei nº 65/2015, em análise, de autoria do Deputado Tercílio Turini, institui no Calendário de Eventos do Estado do Paraná a Festa do Churrasco no Espeto de Bambu, realizada anualmente, nas datas próximas ao dia 28 de abril, no município de Rio Bom.


A Comissão de Constituição e Justiça emitiu parecer favorável à Proposição.


Trata-se de acontecimento festivo tradicional do município de Rio Bom, que já ocorre há 50 anos, sempre realizada em abril, mês em que é comemorado o aniversário da Cidade, merecendo assim, pela sua importância para aquela sociedade, a divulgação da festa no Calendário Oficial de Evento do Estado, fomentando dessa forma o turismo local.

Esta Comissão chamada a exarar parecer com base no Art. 33-N, do Regimento Interno desta Casa, manifesta-se FAVORÁVEL à aprovação do Projeto de Lei em exame, opinando pela sua APROVAÇÃO.

É o parecer.

Sala das Comissões, em

  
Deputado MARCIO PACHECO  
Relator

  
Deputado CHICO BRASILEIRO  
Presidente

  
TERCÍLIO TURINI  
  
CLÁUDIA PEREIRA



*Assembléia Legislativa do Estado do Paraná*  
CENTRO LEGISLATIVO ANIBAL KHURY



Projeto de Lei nº 194 /15

LIDO NO EXPEDIENTE  
CONCEDIDO APOIAMENTO A D. L.  
Em, 10 MAR. 2015  
1º Secretário

**SÚMULA:** Dá nova redação a letra "c" do artigo 2º da Lei 14.850, de 05 de outubro de 2005, cuja redação foi alterada pela Lei 17.739 de 29 de outubro de 2013, e autoriza a doação de imóvel ao Município de Catanduvas.

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná,

**DECRETA:**

**Art. 1º** - A letra "c" do artigo 2º da Lei 14.850, de 05 de outubro de 2005, cuja redação foi alterada pela Lei 17.739 de 29 de outubro de 2013, passa a vigorar com a seguinte redação:

**Art. 2º** - O imóvel referido no art. 1º desta Lei, tendo sido desmembrado em duas matrículas, será utilizado conforme a seguinte destinação:

a)....

b)...

c) A Prefeitura Municipal de Catanduvas deverá proceder a implantação de "terminal rodoviário municipal"

**Art. 3º**.- Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das sessões, em 10 de março de 2015.

Nereu Moura  
Deputado Estadual



*Assembléia Legislativa do Estado do Paraná*  
CENTRO LEGISLATIVO ANIBAL KHURY

2



Justificativa:

A apresentação deste projeto tem como objetivo retificar a letra "c" do artigo 2º da Lei 14.850, de 05 de outubro de 2005, cuja redação foi alterada pela Lei 17.739 de 29 de outubro de 2013.

Isso porque nos termos em que se encontra, a municipalidade não consegue transferir a titularidade do imóvel ao TRE para a construção do Fórum Eleitoral.

A redação atual prevê a necessidade imperiosa de se manter a condição de terminal rodoviário. Entretanto o objetivo principal, neste momento, é transferir o patrimônio de forma definitiva para o TRE – Tribunal Regional Eleitoral.

Assim, diante da necessidade de adequação legal, encaminhamos e submetemos a essa Casa de Leis, o presente Projeto de Lei para a devida apreciação e conseqüente aprovação.

Isto posto, espero contar com o apoio dos Nobres Pares para a aprovação do presente projeto de lei.





**LEI Nº 14850 - 05/10/2005**  
Publicado no Diário Oficial Nº 7076 de 06/10/2005



Súmula: Autoriza o Poder Executivo a proceder a doação da área rural que especifica, ao município de Catanduvas.

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná  
decretou e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1º. Fica o Poder Executivo autorizado a proceder a doação, ao município de Catanduvas, de área rural com 4.800,00 m<sup>2</sup>, destacada do lote nº 125 da Gleba nº 03; Colônia Tormenta, no município de Catanduvas, de conformidade com a Transcrição das Transmissões sob nº 24.293 do Livro 3-AQ do Registro de Imóveis da Comarca de Cascavel, com área total construída de 587,80 m<sup>2</sup>.

Art. 2º. O imóvel referido no artigo 1º deverá ser utilizado exclusivamente como Terminal Rodoviário daquele município, retornando ao patrimônio estadual, caso se comprove desvirtuamento em sua utilização, ficando gravado com cláusula de inalienabilidade e de impenhorabilidade.

Art. 3º. Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

PALÁCIO DO GOVERNO EM CURITIBA, em 05 de outubro de 2005.

Roberto Requão  
Governador do Estado

Maria Marta Renner Weber Lunardon  
Secretária de Estado da Administração e da Previdência

Caíto Quintana  
Chefe da Casa Civil



Lei 17739 - 28 de Outubro de 2013

Publicação no Diário Oficial nº. 8075 de 29 de Outubro de 2013

Súmula: Dá nova redação ao art. 2º da Lei nº 14.850, de 5 de outubro de 2005, que autorizou a doação de imóvel ao Município de Catanduvas.

A Assembleia Legislativa do Estado do Paraná decretou e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1º O art. 2º da Lei nº 14.850, de 5 de outubro de 2005, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 2º O imóvel referido no art. 1º desta Lei, tendo sido desmembrado em duas matrículas, será utilizado conforme a seguinte destinação:

a) da Matrícula nº 11.130, do Registro de Imóveis da Comarca de Catanduvas, constituído de um imóvel urbano – Lote nº 07-A, subdivisão do Lote nº 07, da Quadra nº 21, com área de 4.016,00 m² (quatro mil e dezasseis metros quadrados), situado no Loteamento União, perímetro urbano da cidade de Catanduvas, com a finalidade de possibilitar aos pequenos produtores exporem e comercializarem seus produtos, visando a geração de emprego e renda;

b) da Matrícula nº 11.131, do Registro de Imóveis da Comarca de Catanduvas, constituído de um imóvel urbano – Lote nº 07-B, subdivisão do Lote nº 07, da Quadra nº 21, com área de 784,00 m² (setecentos e oitenta e quatro metros quadrados), situado no Loteamento União, perímetro urbano da cidade de Catanduvas, com a finalidade de edificação do prédio do Tribunal Regional Eleitoral – TRE;

c) A Prefeitura Municipal de Catanduvas deverá proceder a implantação do “terminal rodoviário municipal” em parte dos imóveis descritos nos itens “a” e “b” deste artigo.”

Art. 2º O imóvel em questão será usado exclusivamente para as destinações previstas nesta Lei.

Parágrafo único. O imóvel doado reverterá ao patrimônio do Estado caso o Município não cumpra no prazo de dois anos a finalidade prevista nesta Lei.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Palácio do Governo, em 29 de outubro de 2013.

Carlos Alberto Richa  
Governador do Estado

Dinorah Balto Portugal Nogueira  
Secretária de Estado de Administração e de Previdência

Cezar Silvestri  
Secretário do Estado de Governo

Reinhold Stephanes  
Chefe da Casa Civil

Este texto não substitui o publicado no Diário Oficial do Estado

# CASA CIVIL Sistema Estadual de Legislação

Pesquisa Rápida voltar

Exibir Ato

Página para Impressão

Lei 17739 - 29 de Outubro de 2013

Alterado Compilado Original

Publicado no Diário Oficial nº. 9075 de 29 de Outubro de 2013

**Súmula:** Dá nova redação ao art. 2º da Lei nº 14.850, de 5 de outubro de 2005, que autorizou a doação de imóvel ao Município de Catanduvas.

A Assembleia Legislativa do Estado do Paraná decretou e eu sanciono a seguinte lei:

**Art. 1º** O art. 2º da Lei nº 14.850, de 5 de outubro de 2005, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 2º O imóvel referido no art. 1º desta Lei, tendo sido desmembrado em duas matrículas, será utilizado conforme a seguinte destinação:

a) da Matrícula nº 11.130, do Registro de Imóveis da Comarca de Catanduvas, constituído de um imóvel urbano – Lote nº 07-A, subdivisão do Lote nº 07, da Quadra nº 21, com área de 4.016,00 m<sup>2</sup> (quatro mil e dezesseis metros quadrados), situado no Loteamento União, perímetro urbano da cidade de Catanduvas, com a finalidade de possibilitar aos pequenos produtores exporem e comercializarem seus produtos, visando a geração de emprego e renda;

b) da Matrícula nº 11.131, do Registro de Imóveis da Comarca de Catanduvas, constituído de um imóvel urbano – Lote nº 07-B, subdivisão do Lote nº 07, da Quadra nº 21, com área de 784,00 m<sup>2</sup> (setecentos e oitenta e quatro metros quadrados), situado no Loteamento União, perímetro urbano da cidade de Catanduvas, com a finalidade de edificação do prédio do Tribunal Regional Eleitoral – TRE;

c) A Prefeitura Municipal de Catanduvas deverá proceder a implantação do “terminal rodoviário municipal” em parte dos imóveis descritos nos itens “a” e “b” deste artigo.”

**Art. 2º** O imóvel em questão será usado exclusivamente para as destinações previstas nesta Lei.

**Parágrafo único.** O imóvel doado reverterá ao patrimônio do Estado caso o Município não cumpra no prazo de dois anos a finalidade prevista nesta Lei.

**Art. 3º** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Palácio do Governo, em 29 de outubro de 2013.

*Carlos Alberto Richa*  
Governador do Estado

*Dinorah Botto Portugal Nogara*  
Secretária de Estado da Administração e da Previdência

*Cezar Silvestri*  
Secretário de Estado de Governo

*Reinhold Stephanes*  
Chefe da Casa Civil

Este texto não substitui o publicado no Diário Oficial do Estado



# **Assembleia Legislativa do Estado do Paraná**

Gabinete do Deputado Estadual Gilson de Souza



## PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 174/2015

Projeto de Lei nº 174/2015

Autor: Deputado Nereu Moura

Súmula: Dá nova redação a letra "c" do artigo 2º da Lei 14.850, de 05 de outubro de 2005, cuja redação foi alterada pela Lei 17.739 de 29 de outubro de 2013, e autoriza a doação de imóvel ao Município de Catanduvas.

EMENTA: ALTERAÇÃO DA LEI Nº 14.850/2005. PARECER DA SECRETARIA DE ESTADO DA ADMINISTRAÇÃO E DA PREVIDÊNCIA. FAVORÁVEL. INEXISTÊNCIA DE ÓBICE. ARTS. 53, INC. XIV E 65 DA CE. ART. 124 DO RI DA ALEP. CONSTITUCIONALIDADE E LEGALIDADE. PARECER FAVORÁVEL. APROVAÇÃO.

### PREÂMBULO

O presente projeto de lei, de autoria do Deputado Nereu Moura visa alterar a letra "c" do artigo 2º da Lei nº 14.850/2005, de 29 de outubro de 2013, texto legal introduzido pela Lei nº 17.739/2013.



# Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Gabinete do Deputado Estadual Gilson de Souza



## FUNDAMENTAÇÃO

Preliminarmente compete à Comissão de Constituição e Justiça, desta Casa de Leis em observância ao no artigo 33-A, inciso I do Regimento Interno da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, verificar a constitucionalidade, legalidade, legitimidade do proponente, bem como a técnica legislativa ora utilizada assim:

Art. 33 - A. Cabe à Comissão de Constituição e Justiça:

I - emitir parecer sobre as proposições quanto à sua constitucionalidade, legalidade, juridicidade, adequação regimental e caráter estrutural, em face do que dispõe a Lei Complementar Federal nº 95, de 26 de fevereiro de 1998 e alterações posteriores.

Acerca da presente iniciativa, dispõe o Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná:

Art. 124. A iniciativa dos projetos caberá a qualquer membro da Assembléia, ao Governador, dos Tribunais e ao Ministério Público, que poderão solicitar o seu arquivamento ou a sua restituição, em qualquer fase de sua tramitação.



# Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Gabinete do Deputado Estadual Gilson de Souza



Parágrafo único. Todos os projetos,  
ressalvada a competência exclusiva do  
Governador, dos Tribunais e do Ministério  
Público, terão origem na Assembléia, sob a  
iniciativa de qualquer Deputado ou  
Comissão. (grifo nosso)

Ainda, no que diz respeito a iniciativa legislativa, vale  
ressaltar o disposto na CONSTITUIÇÃO DO ESTADO DO PARANÁ, em  
seu art. 65 que aduz:

Art. 65. A iniciativa das leis complementares  
e ordinárias cabe a qualquer membro ou  
comissão da Assembléia Legislativa, ao  
Governador do Estado, ao Presidente do  
Tribunal de Justiça, ao Procurador-Geral de  
Justiça e aos cidadãos, na forma e nos casos  
previstos nesta Constituição. (grifos  
nossos)

Sobre o assunto, verifica-se a determinação da  
CONSTITUIÇÃO DO ESTADO DO PARANÁ sobre a competência do Poder  
Legislativo dispor sobre as matérias que envolvam bens de domínio  
público, conforme teor do artigo 53, inciso XIV, senão vejamos:

Art. 53. Cabe à Assembléia Legislativa, com  
a sanção do Governador do Estado, a qual  
não é exigida, no entanto, para o



# Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Gabinete do Deputado Estadual Gilson de Souza



especificado no art. 54, dispor sobre todas as matérias de competência do Estado, especificamente:

(...)

XIV - aquisição onerosa e alienação de bens imóveis do Estado: (grifo nosso)

Neste mesmo diapasão, a manifestação da Coordenadoria do Patrimônio do Estado do Paraná - Secretaria de Estado da Administração e Previdência via despacho n. 0280/2015 - analisando a presente proposição é favorável à tramitação da mesma, haja vista, inexistir óbice para sua transformação em lei. (negrito nosso).

Por derradeiro, no que tange à técnica legislativa, o projeto em análise não encontra óbice nos requisitos da Lei Complementar federal nº 95/98, bem como, no âmbito estadual, a Lei Complementar nº 176/2014, as quais dispõem sobre a elaboração, a redação, a alteração e a consolidação das leis.



# Assembleia Legislativa do Estado do Paraná


Gabinete do Deputado Estadual Gilson de Souza



## CONCLUSÃO

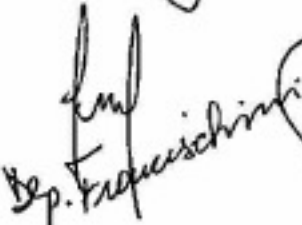
Diante do exposto, nosso parecer é pela **APROVAÇÃO** do presente projeto de lei, por estarem presentes todos os requisitos constitucionais, legais e de técnica legislativa.

Sala das Comissões, 27 de Abril de 2015.


  
DEPUTADO NELSON JUSTUS  
PRESIDENTE

  
GILSON DE SOUZA  
RELATOR


  
Dep. Francischini


**APROVADO**  
**27.04.15** 





*Assembleia Legislativa do Estado do Paraná*  
*Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury*  
*Comissão de Obras Públicas, Transportes e Comunicação*



**PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 174/15**

**Projeto de Lei nº. 174/2015**

**Autor: Deputado Nereu Moura**

**Súmula:** *Dá nova redação a letra "c" do artigo 2º da Lei 14.850/2005, cuja redação foi alterada pela Lei 17.739/2013, e autoriza a doação de imóvel ao Município de Catanduvas.*

**EMENTA: ALTERAÇÃO DA LEI Nº 14.850/2005.  
PARECER DA SECRETARIA DO ESTADO DA  
ADMINISTRAÇÃO E DA PREVIDÊNCIA. FAVORÁVEL.**

**PREÂMBULO**

O presente Projeto de Lei, apresentado pelo Deputado Nereu Moura, que dá nova redação a letra "c" do artigo 2º da Lei 14.850/2005, cuja redação foi alterada pela Lei 17.739/2013, e autoriza a doação de imóvel ao Município de Catanduvas, antes de ser apreciado por esta presente Comissão de Obras, fora detidamente analisado pela Comissão de Constituição e Justiça desta Casa de Leis, tendo parecer favorável, razão pela qual deve agora ser analisado nos exatos termos exigidos pelo Regimento Interno desta ALEP, em especial no seu art. 33-F.



*Assembleia Legislativa do Estado do Paraná*  
*Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury*  
*Comissão de Obras Públicas, Transportes e Comunicação*



**FUNDAMENTAÇÃO**

O Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, em seu art. 33-F, assim dispõe:

**Art. 33-F. Compete à Comissão de Obras Públicas, Transportes e Comunicação manifestar-se sobre proposições relativas a obras públicas, seu uso e gozo, interrupção e alteração de empreendimentos públicos; concessão de serviços públicos; sobre trânsito e transporte e, sobre comunicação em geral.**

Desta feita, o presente projeto de lei necessita de análise desta d. Comissão de Obras, Transportes e Comunicações.

Para tanto, é importante analisar o seu enquadramento na legislação pertinente.

Nesse sentido, podemos citar o quanto disposto no art. 53, da Constituição Estadual, que dispõe sobre a competência estadual sobre a proteção do meio ambiente:

**“Art. 53. Cabe à Assembléia Legislativa, com a sanção do Governador do Estado, a qual não é exigida, no entanto, para o especificado no art. 54, dispor sobre todas as matérias de competência do Estado, especificamente:**

**(...)**

**XIV – aquisição onerosa e alienação de bens imóveis do Estado; (grifo nosso)**



**Assembleia Legislativa do Estado do Paraná**  
**Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury**  
**Comissão de Obras Públicas, Transportes e Comunicação**  
(...)



Por fim, no que concerne à técnica legislativa atinente ao caso em comento, o projeto de Lei em análise não encontra óbice nos requisitos da Lei Complementar Federal nº 95/98, bem como, no âmbito estadual, da Lei Complementar nº 176/2014, as quais dispõem sobre a elaboração, redação, a alteração e a consolidação das leis.

## CONCLUSÃO

Diante do exposto, é o presente parecer pela **APROVAÇÃO** do presente Projeto de Lei nesta Comissão de Obras, Transportes e Comunicações, tendo em vista que nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação processual legislativa.

Sala das Comissões, 20 de maio de 2015.

*F. Francischini*

**Dep. Estadual FELIPE FRANCISCHINI**

**RELATOR**

**Dep. Estadual TIAO MEDEIROS**

**PRESIDENTE**

*Requisito*

*Dep. Tasso*

*Dep. Tasso*



**PARANÁ**  
GOVERNO DO ESTADO  
Casa Civil

## PROJETO DE LEI 283/2015

Dispõe sobre as diretrizes para a Elaboração e Execução da Lei Orçamentária do exercício financeiro de 2016.

### A Assembleia Legislativa do Estado do Paraná decretou e eu sanciono a seguinte lei:

**Art. 1º** Ficam estabelecidas, em cumprimento ao disposto no art. 133, § 3º, da Constituição do Estado do Paraná e na Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000, as diretrizes orçamentárias do Estado para o exercício financeiro de 2016, compreendendo:

- I - as prioridades da Administração Pública Estadual;
- II - a projeção e a apresentação da receita para o exercício;
- III - os critérios para a distribuição dos recursos orçamentários;
- IV - a estrutura e organização dos orçamentos;
- V - as diretrizes gerais para a elaboração e execução dos orçamentos do Estado;
- VI - as disposições sobre as alterações na legislação tributária;
- VII - as disposições relativas às despesas do Estado com pessoal e encargos sociais e outras despesas correntes, com base na receita corrente líquida;
- VIII - as disposições relativas à destinação de recursos provenientes de operações de crédito;
- IX - as disposições transitórias; e
- X - as demais disposições.

### CAPÍTULO I DAS PRIORIDADES DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA ESTADUAL

**Art. 2º** As metas e prioridades da Administração Pública Estadual, para o exercício de 2016, serão estabelecidas no Projeto de lei do Plano Plurianual relativo ao período de 2016 a 2019, que será encaminhado para apreciação da Assembleia Legislativa até 30 de setembro de 2015.

**Parágrafo único.** O Projeto de Lei Orçamentária Anual será elaborado em consonância com as metas e prioridades na forma do caput deste artigo.

**Art. 3º** No Projeto de Lei Orçamentária Anual, a destinação dos recursos relativos a programas sociais, definidos no Plano Plurianual, conferirá prioridade às áreas de menor Índice de Desenvolvimento Humano – IDH, e em municípios com menor relação de receita própria por habitante.

## **CAPÍTULO II** **DA PROJEÇÃO E DA APRESENTAÇÃO DA** **RECEITA PARA O EXERCÍCIO**

**Art. 4º** A Receita de Recolhimento Centralizado, para o exercício de 2016, será apresentada no seu demonstrativo, com a previsão de 100% (cem por cento) do ingresso, e com um grupo de receita dedutível, que representa a contribuição do Estado para o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação - FUNDEB, resultando em uma Receita Total Líquida do Estado para a fixação de despesas orçamentárias, de acordo com os critérios estabelecidos na Portaria Conjunta SOF/STN nº 01, de 10 de dezembro de 2014.

**Art. 5º** As Receitas de Recolhimento Centralizado do Tesouro Estadual e de Recolhimento Descentralizado das Autarquias, Órgãos de Regime Especial, Fundos e Empresas Públicas e Sociedades de Economia Mista Dependentes, para fixação das despesas dos Orçamentos Fiscal e Próprio da Administração Indireta do exercício de 2016, estão estimadas no valor de R\$ 41.722.017.420,00 (quarenta e um bilhões, setecentos e vinte e dois milhões, quatrocentos e vinte reais).

**Art. 6º** As receitas previstas no artigo anterior e consequentemente as despesas fixadas com o respectivo valor, serão reestimadas por ocasião da elaboração da proposta orçamentária para o exercício de 2016.

**Parágrafo único.** Fica o Poder Executivo autorizado a proceder à atualização dos valores constantes do Orçamento Geral do Estado de 2016, estabelecidos a preços de 30 de junho de 2015, antes do início da execução orçamentária, mediante a aplicação do Índice de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA, do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, ou outro que venha a substituí-lo, para o período de julho (inclusive) a novembro (inclusive) e o respectivo índice de dezembro de 2015.

## **CAPÍTULO III** **DOS CRITÉRIOS PARA A DISTRIBUIÇÃO DOS** **RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS**

**Art. 7º** A proposta orçamentária será elaborada conforme as diretrizes, os objetivos e as metas estabelecidos na revisão anual do Plano Plurianual (2016-2019) e nesta Lei, observadas as normas da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964 e da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000.

**Art. 8º** O Projeto de Lei Orçamentária para o exercício de 2016 alocará recursos do Tesouro Geral do Estado, para atender as programações dos órgãos do Poder Executivo, após a dedução dos recursos destinados:

- I - à transferência das parcelas da Receita de Recolhimento Centralizado, pertencentes aos municípios;
- II - aos orçamentos dos Poderes Legislativo e Judiciário e do Ministério Público;
- III - ao pagamento de despesas com pessoal, encargos sociais e auxílios do Poder Executivo;





**PARANÁ**  
GOVERNO DO ESTADO  
Casa Civil

- IV - ao pagamento do serviço da dívida;
- V - ao fomento da pesquisa científica e tecnológica, de acordo com o art. 205 da Constituição Estadual, com a Lei nº 12.020, de 9 de janeiro de 1998, que instituiu o Fundo Paraná, com o Decreto Estadual nº 1.952, de 24 de outubro de 2003 e demais normas legais;
- VI - à manutenção e desenvolvimento do ensino público, correspondendo no mínimo a 30% (trinta por cento), da receita líquida de impostos, inclusive as provenientes de transferências de impostos, de acordo com o art. 185 da Constituição Estadual;
- VII - ao pagamento de ações e serviços de saúde, de acordo com a Emenda Constitucional nº 29, de 2000, regulamentada pela Lei Complementar nº 141, de 13 de janeiro de 2012, correspondendo para 2016 a 12% (doze por cento) da receita líquida de impostos, inclusive as provenientes de transferências de impostos;
- VIII - aos empréstimos e contrapartidas de programas objetos de financiamentos nacionais e internacionais;
- IX - aos convênios e respectivas contrapartidas, firmados com Entidades Nacionais e Internacionais;
- X - às contribuições do Estado ao Sistema de Seguridade Funcional, conforme legislação em vigor;
- XI - ao pagamento de sentenças judiciais;
- XII - à reserva de contingência, de acordo com o especificado no art. 36 desta Lei; e
- XIII - ao PASEP, nos termos da Lei Federal nº 9.715, de 25 de novembro de 1999.

**Art. 9º** Os recursos remanescentes de que trata o artigo anterior, serão distribuídos a cada Órgão/Unidade, por ocasião da elaboração da Proposta Orçamentária, tendo em vista a possibilidade de ocorrerem modificações na estrutura administrativa do Poder Executivo, após o encaminhamento do Projeto da Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO, para o exercício de 2016 à Assembleia Legislativa.

#### **CAPÍTULO IV** **DA ESTRUTURA E DA ORGANIZAÇÃO DOS ORÇAMENTOS**

**Art. 10.** Os Orçamentos Fiscal e Próprio das Autarquias, Órgãos de Regime Especial, Fundos e Empresas Públicas e Sociedades de Economia Mista Dependentes e o Orçamento de Seguridade Social discriminarão o programa de trabalho por:

- I - Unidade Orçamentária;
- II - Função;
- III - Subfunção;
- IV - Programa;
- V - Projeto, Atividade ou Operação Especial;
- VI - Categoria Econômica da Despesa;
- VII - Grupo de Despesa;
- VIII - Modalidade de Aplicação; e
- IX - Grupo de Fontes.



**PARANÁ**  
GOVERNO DO ESTADO  
Casa Civil

§ 1º Cada ação orçamentária, entendida como sendo a atividade, o projeto ou a operação especial, deve identificar a função, a subfunção e o programa ao qual se vincula.

§ 2º Os conceitos de função, subfunção e programa, são aqueles dispostos na Portaria nº 42 do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, de 14 de abril de 1999 e Portaria SOF nº 54, de 04 de julho de 2011.

§ 3º Cada programa terá as ações necessárias para atingir os seus objetivos, identificadas sob a forma de projetos, atividades ou operações especiais, com as especificações dos valores, metas e as unidades orçamentárias responsáveis pela sua realização.

§ 4º Cada projeto, atividade ou operação especial será detalhado por Grupo de Natureza de Despesa, Grupo de Fonte e Modalidade de Aplicação.

§ 5º Os Grupos de Natureza de Despesa a que se refere o inciso VII deste artigo, constituem agregação de elementos de despesa de mesmas características quanto ao seu objeto de gasto, conforme especificação a seguir:

#### DESPESAS CORRENTES

- Grupo 1 - Pessoal e Encargos Sociais
- Grupo 2 - Juros e Encargos da Dívida
- Grupo 3 - Outras Despesas Correntes

#### DESPESAS DE CAPITAL

- Grupo 4 - Investimentos
- Grupo 5 - Inversões Financeiras
- Grupo 6 - Amortização da Dívida

§ 6º A Modalidade de Aplicação a que se refere o inciso VIII deste artigo destina-se a indicar a forma como os recursos serão aplicados pelas unidades orçamentárias e pode ser alterada de acordo com as necessidades de execução, observada a seguinte classificação:

- 20 – Transferências à União;
- 22 – Execução Orçamentária delegada à União;
- 30 – Transferências aos Estados e ao Distrito Federal;
- 31 – Transferências aos Estados e ao Distrito Federal – Fundo a Fundo;
- 32 – Execução Orçamentária Delegada a Estados e ao Distrito Federal;
- 35 – Transferências Fundo a Fundo aos Estados e ao Distrito Federal à conta de recursos de que tratam os §§ 1º e 2º do art. 24 da Lei Complementar nº 141, de 2012;
- 36 – Transferências Fundo a Fundo aos Estados e ao Distrito Federal à conta de recursos de que trata o art. 25 da Lei Complementar nº 141, de 2012;
- 40 – Transferências aos Municípios;
- 41 – Transferências aos Municípios – Fundo a Fundo;
- 42 – Execução Orçamentária Delegada a Municípios;



**PARANÁ**

GOVERNO DO ESTADO  
Casa Civil

- 45 – Transferências Fundo a Fundo aos Municípios à conta de recursos de que tratam os §§ 1º e 2º do art. 24 da Lei Complementar nº 141, de 2012;
- 46 – Transferências Fundo a Fundo aos Municípios à conta de recursos de que trata o art. 25 da Lei Complementar nº 141, de 2012;
- 50 – Transferências as Instituições Privadas sem Fins Lucrativos;
- 60 – Transferências as Instituições Privadas com Fins Lucrativos;
- 70 – Transferências as Instituições Multigovernamentais;
- 71 – Transferências aos Consórcios Públicos mediante contrato de rateio;
- 72 – Execução Orçamentária Delegada a Consórcios Públicos;
- 73 – Transferências aos Consórcios Públicos mediante contrato de rateio à conta de recursos de que tratam os §§ 1º e 2º do art. 24 da Lei Complementar nº 141, de 2012;
- 74 – Transferências aos Consórcios Públicos mediante contrato de rateio à conta de recursos de que trata o art. 25 da Lei Complementar nº 141, de 2012;
- 75 – Transferências as Instituições Multigovernamentais à conta de recursos de que tratam os §§ 1º e 2º do art. 24 da Lei Complementar nº 141, de 2012;
- 76 – Transferências as Instituições Multigovernamentais à conta de recursos de que trata o art. 25 da Lei Complementar nº 141, de 2012;
- 80 – Transferências ao Exterior;
- 90 – Aplicações Diretas;
- 91 – Aplicação Direta Decorrente de Operação entre Órgãos, Fundos e Entidades Integrantes dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social;
- 93 – Aplicação Direta Decorrente de Operação de Órgãos, Fundos e Entidades Integrantes dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social com Consórcio Público do qual o Ente Participe;
- 94 – Aplicação Direta Decorrente de Operação de Órgãos, Fundos e Entidades Integrantes dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social com Consórcio Público do qual o Ente Não Participe;
- 95 – Aplicação Direta à conta de recursos de que tratam os §§ 1º e 2º do art. 24 da Lei Complementar nº 141, de 2012;
- 96 – Aplicação Direta à conta de recursos de que trata o art. 25 da Lei Complementar nº 141, de 2012;
- 99 – A definir (utilizado no Orçamento do Estado do Paraná apenas para caracterizar as despesas oriundas de emendas legislativas).

§ 7º Os Grupos de Fontes de Recursos a que se refere o inciso IX deste artigo, constituem a agregação de fontes conforme discriminação a seguir:

**GRUPO 01 - RECURSOS PRÓPRIOS DO TESOIRO** – compreendendo as seguintes fontes:

- Fonte 100 - Ordinário não Vinculado;
- Fonte 103 - Receita Condicionada da Lei Complementar nº 87, de 1996;





**PARANÁ**

GOVERNO DO ESTADO  
Casa Civil

- Fonte 104 - Cota-Parte da Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico – CIDE;
- Fonte 105 - Resultado da Exploração de Recursos Hídricos, Petróleo, Gás Natural e Outros;
- Fonte 106 - Fundo Especial da Procuradoria Geral do Estado do Paraná - FEPGE/PR;
- Fonte 108 - Receita de Alienação de Outros Bens Móveis e Imóveis;
- Fonte 109 - Recursos Provenientes de Percentual sobre a Venda de Bilhetes de Passagens Intermunicipais para ações voltadas à Criança e ao Adolescente;
- Fonte 110 - Recursos para Estatização das Serventias do Foro Judicial;
- Fonte 111 - Indenização pelo Excedente da Amortização de Bens Reversíveis em Encampação de Rodovias;
- Fonte 113 - Fundo Especial de Segurança Pública do Estado do Paraná – FUNESP/PR;
- Fonte 114 - Receita da Escola de Governo/SEAP;
- Fonte 115 - Receita Excedente dos Colégios Agrícolas;
- Fonte 119 - Recursos Provenientes de Depósitos Judiciais;
- Fonte 122 - Receita Provenientes do Programa Paraná Competitivo;
- Fonte 123 - Fundo Penitenciário do Paraná – FUPEN (Instituído pela Lei 4.955/1964, vinculada através da Lei nº 18.375/2014);
- Fonte 124 - Multas e Taxas de Saúde Pública – FUNSAUDE;
- Fonte 125 - Venda de Ações e/ou Devolução de Créditos ou de Capital Subscrito/Integralizado ou não;
- Fonte 127 - Fundo de Equipamento Agropecuário – FEAP (Instituído pela Lei nº 823/1951, vinculada através da Lei nº 18.375/2014);
- Fonte 128 - Fundo de Reequipamento do Fisco – FUNREFISCO;
- Fonte 129 - Fundo Estadual de Políticas sobre Drogas – FESD (Instituído pela Lei nº 17.244/2012, vinculada através da Lei nº 18.375/2014);
- Fonte 130 - Fundo Estadual de Defesa do Consumidor – FECON (Instituído pela Lei 14.975/2005, vinculada através da Lei 18.375/2014);
- Fonte 131 - Programa de Assistência ao Menor e de Natureza Social – Lei nº 11.091/1995;
- Fonte 132 - Pesquisa Científica e Tecnológica;
- Fonte 134 - Fundo Estadual dos Direitos do Idoso (Instituído pela Lei 16.732/2010, vinculada através da Lei nº 18.375/2014);
- Fonte 135 - Contribuições para o Regime Próprio de Previdência do Servidor Público – Fundo de Previdência;
- Fonte 138 - Fundo Estadual do Meio Ambiente – FEMA (Instituído pela Lei nº 12.945/2000, vinculada através da Lei nº 18.375/2014);
- Fonte 141 - Retorno de Programas Especiais – FDU;
- Fonte 144 - Contribuição para o Regime Próprio de Previdência do Servidor Público – Fundo Financeiro e Fundo Militar;

Fonte 146 - Fundo Estadual de Recursos Hídricos – FRHI (Instituído pela Lei nº 12.726/1999, vinculada através da Lei nº 18.375/2014;

Fonte 147 - Receitas de Outras Fontes Recolhidas ao Tesouro Geral do Estado por Determinação Legal.

**GRUPO 09 - CONVÊNIOS DO TESOIRO** – compreendendo as seguintes fontes:

Fonte 107 - Convênios com Órgãos Federais;

Fonte 133 - Transferências e Convênios com o Exterior;

Fonte 148 - Outros Convênios / Outras Transferências.

**GRUPO 10 – OUTRAS TRANSFERÊNCIAS** – compreendendo as seguintes fontes:

Fonte 116 - Transferência de Recursos do Fundo Nacional do Desenvolvimento da Educação – FNDE;

Fonte 118 - Recursos Provenientes de Indenização da PETROBRAS;

Fonte 145 - Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação – FUNDEB.

**GRUPO 15 – OPERAÇÕES DE CRÉDITO DO TESOIRO** – compreendendo as seguintes fontes:

Fonte 120 - Operação de Crédito Interna;

Fonte 142 - Operação de Crédito Externa.

**GRUPO 95 – RECURSOS DE OUTRAS FONTES** – compreendendo as seguintes fontes:

Fonte 250 - Diretamente Arrecadados;

Fonte 251 - Operação de Crédito Interna;

Fonte 252 - Operação de Crédito Externa;

Fonte 254 - Multas por Infração ao Código de Trânsito Brasileiro – FUNRESTRAN;

Fonte 255 - Transferências da União – SUS;

Fonte 256 - Reposição Florestal – SERFLOR;

Fonte 257 - Receitas de Outras Fontes Recolhidas à Entidades da Administração Indireta por Determinação Legal;

Fonte 258 - Diretamente Arrecadados com Utilização Vinculada;

Fonte 270 - Aumento de Capital Social;

Fonte 281 - Transferências e Convênios com Órgãos Federais;

Fonte 283 - Transferências e Convênios com o Exterior;

Fonte 284 - Outros Convênios / Outras Transferências.

**Art. 11.** O Orçamento de Investimento abrangerá as empresas estatais independentes nas quais o Estado detenha a maioria do capital social com direito a voto, e dele constarão todos os investimentos a serem realizados, independentemente da fonte de financiamento utilizada, indicando em seu programa de trabalho a discriminação da despesa destacada por projeto/atividade, segundo a mesma classificação funcional-programática adotada nos demais orçamentos e será apresentado no Anexo IV do Projeto de Lei Orçamentária Anual.

**Art. 12.** Fica o Poder Executivo autorizado a incorporar na elaboração dos Orçamentos as eventuais modificações ocorridas na estrutura organizacional do Estado, bem como, na classificação orçamentária da receita e da despesa, por alterações na legislação federal ocorridas após o encaminhamento do Projeto da LDO de 2016 à Assembleia Legislativa.

**Art. 13.** Fica o Poder Executivo autorizado a incorporar na elaboração dos Orçamentos, a criação de novas fontes de qualquer grupo de fontes de recursos, inclusive as decorrentes de alterações de legislação ou de Operações de Crédito efetivadas após o encaminhamento do Projeto da LDO de 2016 à Assembleia Legislativa, dando ciência à Assembleia Legislativa.

**Art. 14.** O Programa de Obras será apresentado no Anexo V do Projeto de Lei Orçamentária Anual, por Unidade Orçamentária, por Projeto ou Atividade, de forma detalhada e individualizada com seus respectivos custos, em cumprimento ao disposto no art. 133, § 7º da Constituição do Estado do Paraná.

**Parágrafo único.** As obras iniciadas no exercício anterior terão prioridade na aplicação dos recursos, devendo ser identificadas no Anexo V pelo Indicativo (A) em andamento.

**Art. 15.** O Projeto de Lei Orçamentária Anual que o Poder Executivo encaminhar à Assembleia Legislativa, cumprindo o prazo previsto no art. 22, inciso III, do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição do Estado, conterá:

- I- exposição justificativa contendo quadros-resumo com informações sobre a situação econômico-financeira do Estado, metas fiscais para o exercício de 2016, o quadro resumo do saldo devedor da dívida pública consolidada e outras informações consideradas relevantes à análise da Proposta Orçamentária;
- II- texto da Lei;
- III - Anexo I contendo a legislação da Receita de Recolhimento Centralizado e Descentralizado e quadros-resumo das receitas referentes ao Orçamento Fiscal, ao Orçamento Próprio da Administração Indireta e ao Orçamento de Investimento das Empresas Públicas e Sociedades de Economia Mista não Dependentes;
- IV- Anexo II contendo resumos gerais das despesas dos Orçamentos Fiscal e Próprio da Administração Indireta;
- V- Anexo III contendo o Orçamento Fiscal, composto pelos Orçamentos dos Poderes Legislativo, Judiciário e Executivo e do Ministério Público e os Orçamentos Próprios das Autarquias, Órgãos de Regime Especial, Fundos e Empresas Públicas e Sociedades de Economia Mista Depen-

- dentos, a que se refere o art. 133, § 6º, incisos I e II, da Constituição do Estado do Paraná;
- VI- Anexo IV contendo o Orçamento de Investimento das Empresas Públicas e Sociedades de Economia Mista não Dependentes, a que se refere o art. 133, § 6º, inciso III, da Constituição do Estado do Paraná;
- VII- Anexo V contendo o Programa de Obras das Unidades Orçamentárias, conforme o disposto no art. 133, § 7º, da Constituição do Estado do Paraná;
- VIII- Anexo VI contendo o demonstrativo das Vinculações Constitucionais e Legais, no que se refere ao:
- a) Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Público;
  - b) Ações e Serviços Públicos de Saúde; e
  - c) Ciência e Tecnologia;
- IX – Anexo VII contendo o Orçamento do Regime Próprio de Previdência Sociais do Estado.

## CAPÍTULO V DAS DIRETRIZES GERAIS PARA A ELABORAÇÃO E EXECUÇÃO DOS ORÇAMENTOS DO ESTADO

**Art. 16.** A elaboração do Projeto de Lei, a sua aprovação e a execução da Lei Orçamentária de 2016, deverão ser realizadas de modo a evidenciar a transparência da gestão fiscal, observando o princípio da publicidade e permitindo o acesso da sociedade às informações relativas a cada uma dessas etapas, bem como, levar em conta a obtenção dos resultados previstos no Anexo de Metas Fiscais que integra a presente Lei, além dos parâmetros da Receita Corrente Líquida, visando o equilíbrio orçamentário-financeiro.

**Parágrafo único.** O Poder Executivo deverá estabelecer programação orçamentário-financeira, visando o cumprimento do disposto no *caput* deste artigo.

**Art. 17.** A elaboração das propostas orçamentárias dos Poderes Legislativo e Judiciário, e do Ministério Público obedecerá aos seguintes limites percentuais da Receita Geral do Tesouro Estadual disponível para a fixação da despesa, depois de excluídas as transferências ao FUNDEB, as parcelas de transferências constitucionais aos municípios, as operações de crédito, as participações nas transferências da União e as receitas vinculadas, exceto a Cota-Parte do Fundo de Participação dos Estados e do Distrito Federal – FPE.

I - PODER LEGISLATIVO .....	5,0%
II - PODER JUDICIÁRIO .....	9,5%
III - MINISTÉRIO PÚBLICO .....	4,1%

**§ 1º.** Do percentual de 5,0% (cinco por cento) destinado ao Poder Legislativo, caberá ao Tribunal de Contas o percentual de 1,9% (um vírgula nove por cento).

**§ 2º** A Defensoria Pública do Paraná, compreendendo seus Órgãos, Fundos e Entidades, terá como limite para elaboração de sua proposta orçamentária de 2016 e fixação de despesas com Recursos Ordinários do Tesouro Estadual o montante de até R\$ 45.000.000,00 (quarenta e cinco milhões de reais).



**Art. 18.** Os recursos correspondentes às dotações orçamentárias, compreendidos os créditos suplementares e especiais, destinados aos órgãos dos Poderes Legislativo e Judiciário, do Ministério Público e da Defensoria Pública, ser-lhes-ão entregues até o dia 20 de cada mês, em duodécimos, conforme estabelece o art. 168 da Constituição Federal.

**Art. 19.** Se verificado, ao final de um bimestre, que a execução das despesas foi superior à realização das receitas, o Poder Legislativo e Judiciário, o Ministério Público e a Defensoria Pública promoverão, por ato próprio e nos montantes necessários, nos trinta dias subseqüentes, limitação de empenho e movimentação financeira.

**§ 1º** Essa limitação será feita de forma proporcional ao montante dos recursos alocados para o atendimento de outras despesas correntes e despesas de capital de cada Poder Legislativo e Judiciário e do Ministério Público e Defensoria Pública.

**§ 2º** Na hipótese da ocorrência do disposto no *caput* deste artigo, o Poder Executivo comunicará ao Poder Legislativo, Judiciário, Ministério Público e a Defensoria Pública o montante que caberá a cada um tornar indisponível para empenho e movimentação financeira.

**Art. 20.** As propostas orçamentárias dos Poderes Legislativo, Judiciário do Ministério Público e da Defensoria Pública serão apresentadas ao Poder Executivo, até o dia 11 de setembro de 2015, para a consolidação do Orçamento Geral do Estado.

**Parágrafo único.** No caso dos Poderes Legislativo, Judiciário, do Ministério Público e da Defensoria Pública não apresentarem suas propostas orçamentárias até o prazo estabelecido no *caput* deste artigo, fica o Poder Executivo autorizado a lançar os valores dentro dos limites fixados, utilizando como base a Lei Orçamentária do exercício anterior.

**Art. 21.** As propostas orçamentárias dos Poderes Legislativo, Judiciário do Ministério Público e da Defensoria Pública, não poderão apresentar valores diferentes daqueles que lhes couber pelos limites estabelecidos nesta Lei, de forma a garantir o fechamento do Orçamento Geral do Estado.

**Art. 22.** A parcela das transferências constitucionais aos municípios, incorporadas na Receita Centralizada do Tesouro Estadual, será programada na despesa da Administração Geral do Estado - Recursos sob Supervisão da Secretaria de Estado da Fazenda - AGE/SEFA.

**Art. 23.** Na programação da despesa não poderão ser:

- I - fixadas despesas sem que estejam definidas as respectivas fontes de recursos e legalmente instituídas as unidades executoras;
- II - incluídas ações com as mesmas finalidades em mais de um órgão;
- III - incluídas despesas a título de Investimento em Regime de Execução Especial, ressalvados os casos de calamidade pública, formalmente reconhecidos, na forma do art. 167, § 3º, da Constituição Federal e do art. 135, § 2º, da Constituição Estadual;
- IV - classificadas como atividades, dotações que visem o desenvolvimento de ações limitadas no tempo e das quais resultem produtos que concor-



**PARANÁ**

GOVERNO DO ESTADO  
Casa Civil

- ram para a expansão ou aperfeiçoamento da ação do Governo, bem como, classificadas como projetos, ações de duração continuada;
- V - incluídas em Projetos ou Atividades, despesas caracterizadas como operações especiais;
  - VI - fixadas despesas com valores simbólicos; e
  - VII - incluídas despesas decorrentes de "transferências de recursos financeiros de entidades pertencentes à administração pública estadual", ou seja, de transferências dentro da mesma esfera de Governo (vedada duplicidade de receita).

**Art. 24.** As receitas dos Órgãos e Entidades controlados direta ou indiretamente pelo Estado, serão programadas para atender prioritariamente às despesas com pessoal e encargos sociais, serviços da dívida, precatórios judiciais, contrapartidas de financiamentos e manutenção de atividades e de bens públicos.

**Parágrafo único.** Incluem-se nas receitas citadas no *caput* deste artigo, as receitas de arrecadação própria das Autarquias, Órgãos de Regime Especial, Fundos e Empresas Públicas e Sociedades de Economia Mista Dependentes.

**Art. 25.** As unidades da administração indireta, deverão programar em seus orçamentos, recursos para pagamento de PASEP com recursos próprios, no mínimo no valor correspondente a 1% (um por cento) do valor da sua receita própria, ou seja, da sua receita diretamente arrecadada.

**Art. 26.** Os recursos do Tesouro Geral do Estado destinados às Autarquias, Órgãos de Regime Especial, Fundos e Empresas Públicas e Sociedades de Economia Mista Dependentes não comporão o Demonstrativo de Receitas Próprias destas Entidades; para evitar duplicidade, esses recursos serão apenas demonstrados na sua totalidade, como repasses de recursos do tesouro estadual, de forma a facilitar o entendimento da apresentação do programa de trabalho com seus custos.

**Art. 27.** O Orçamento Fiscal conterá Projetos/Atividades de transferência de recursos do Tesouro Geral do Estado para as Empresas Públicas e Sociedades de Economia Mista não Dependentes, que receberão recursos do Estado para compor o seu Orçamento de Investimento.

**Art. 28.** O Orçamento de Investimento das Empresas Públicas e Sociedades de Economia Mista não Dependentes, conterá as receitas oriundas do Tesouro Geral do Estado e as receitas próprias, aplicadas na conta Investimento.

**Art. 29.** A programação de investimento, em qualquer dos orçamentos integrantes do Projeto de Lei Orçamentária Anual, deverá apresentar consonância com as prioridades governamentais incluídas no Plano Plurianual para o período de 2016 a 2019.

**Art. 30.** As despesas destinadas ao pagamento de sentenças judiciais correrão a conta de dotações consignadas com esta finalidade em Operações Especiais, especificadas nas Unidades Orçamentárias responsáveis pelos débitos e na Administração Geral do Estado – Recursos sob Supervisão da SEFA.



**PARANÁ**

GOVERNO DO ESTADO  
Casa Civil

**§ 1º** As unidades da administração indireta que tenham sentenças judiciais transitadas em julgado de pequeno valor, deverão programar em seus orçamentos o valor dos mesmos com recursos próprios.

**§ 2º** Os Órgãos e as Unidades encaminharão a Comissão de Análise e Controle de Pagamentos Judiciais, criada pela resolução conjunta SEFA/PGE nº001/2003, até o dia 20 de julho de 2015, a relação dos débitos constantes de precatórios judiciais, inscritos até 1º de julho de 2015, para serem incluídos no orçamento de 2016, especificando:

- I- número da ação originária;
- II- número do precatório;
- III- tipo da causa julgada (de acordo com a origem da despesa);
- IV- enquadramento (alimentar ou não alimentar);
- V- data da inscrição do precatório no órgão/unidade;
- VI- valor do precatório a ser pago (com atualização até 1º de julho de 2015, conforme art. 98, § 5º, da Constituição do Estado do Paraná); e
- VII- cópia do ofício requisitório no caso de precatórios trabalhistas e cópia da requisição de pagamento no caso de ação cível.

**§ 3º** A atualização monetária dos precatórios, determinada no § 12 do art. 100 da Constituição Federal, inclusive em relação às causas trabalhistas, previdenciárias e de acidente do trabalho, observará, no exercício de 2016, a variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - Especial - IPCA-E do IBGE.

**Art. 31.** Os recursos provenientes de convênios, ajustes, acordos, termos de cooperação e outras formas de contratos firmados com outras esferas de Governo deverão ser registrados como receita orçamentária e suas aplicações programadas nas despesas orçamentárias de cada Órgão/Unidade celebrante do contrato.

**§ 1º** A Lei Orçamentária incluirá na previsão da receita e sua aplicação, todos os recursos de transferências intergovernamentais, inclusive os oriundos de convênios.

**§ 2º** A execução orçamentária de despesas provenientes de acordos, convênios ou atos similares intragovernamentais, será realizada no Poder Executivo, excluídas as entidades estaduais prestadoras finais de serviços, por meio de Movimentação de Crédito, tendo em vista o disposto na Lei Complementar nº 101, de 2000, na Portaria Interministerial nº 163, de 04 de maio de 2001 e suas alterações posteriores, na Portaria nº 339 STN, de 29 de agosto de 2001 e no Decreto Estadual nº 5.975, de 22 de julho de 2002, e demais normas em vigor, ficando facultada aos Poderes Legislativo e Judiciário e ao Ministério Público a sua utilização.

**§ 3º** A atualização monetária dos precatórios, determinada no § 12 do art. 100 da Constituição Federal, inclusive em relação às causas trabalhistas, previdenciárias e de acidente do trabalho, observará, no exercício de 2016, a variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - Especial - IPCA-E do IBGE.

**Art. 32.** O Poder Executivo estabelecerá a programação financeira e o cronograma de desembolso, por órgão, unidade, espécie e por fontes.

**Art. 33.** O Poder Executivo poderá utilizar os recursos de Superávit Financeiro apurados nos balanços das Unidades da Administração Indireta, dos Fundos e das Universidades e Faculdades estaduais do Poder Executivo, para atender programas prioritários de Governo.

**Art. 34.** A Lei Orçamentária Anual conterá reserva de contingência no montante definido com base na receita corrente líquida, para o atendimento de passivos contingentes e outros riscos e eventos fiscais imprevistos.

**Art. 35.** O Projeto de Lei Orçamentária Anual para o exercício de 2016, conterá autorizações para abertura de créditos adicionais do Poder Executivo até o limite percentual de 20% (vinte por cento) do valor global da receita fixada para o exercício, nas formas previstas no § 1º do art. 43 da Lei Federal 4.320, de 1964, excetuando-se as dotações referentes a recursos de Convênios, Acordos Nacionais e de Agentes Financeiros Internacionais, tendo como limite o valor dos respectivos instrumentos jurídicos celebrados para o exercício.

**Art. 36.** Na Lei Orçamentária Anual, as despesas com amortizações, juros e demais encargos da dívida serão fixados com base nas operações contratadas ou com autorizações concedidas até a data do encaminhamento do Projeto de Lei Orçamentária à Assembleia Legislativa.

**Parágrafo único.** O Poder Executivo encaminhará juntamente com a proposta orçamentária para 2016:

1 – quadro detalhado de cada operação de crédito, incluindo credor, taxa de juros, sistemática de atualização e cronograma de pagamento do serviço da dívida;

2 – quadro demonstrativo da previsão de pagamento do serviço da dívida para 2016, incluindo modalidade de operação, valor do principal, juros e demais encargos.

## **CAPÍTULO VI** **DAS DISPOSIÇÕES SOBRE AS ALTERAÇÕES NA** **LEGISLAÇÃO TRIBUTÁRIA**

**Art. 37.** Na estimativa das receitas do Projeto de Lei Orçamentária Anual, serão considerados os efeitos de alterações na Legislação Tributária até 31 de agosto de 2015, em especial:

- I - as modificações na Legislação Tributária, decorrentes de alterações no Sistema Tributário Nacional;
- II - a concessão e redução de isenções fiscais;
- III - a revisão de alíquotas dos tributos de competência; e
- IV - aperfeiçoamento da cobrança da Dívida Ativa do Estado.





**PARANÁ**  
GOVERNO DO ESTADO  
Casa Civil

**§ 1º** Para fins deste artigo dever-se-á observar o disposto no art. 14 da Lei Complementar nº 101/2000.

**§ 2º** Do cálculo da Receita Corrente Líquida, serão excluídos os valores referentes aos diferimentos ou a benefícios fiscais, concedidos a contribuintes de impostos estaduais, consoante determina o art. 14, inciso I, da Lei Complementar nº 101, de 2000.

**CAPÍTULO VII**  
**DAS DISPOSIÇÕES RELATIVAS ÀS DESPESAS DO ESTADO COM PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS E OUTRAS DESPESAS CORRENTES, COM BASE NA RECEITA CORRENTE LÍQUIDA**

**Art. 38.** No exercício financeiro de 2016, as despesas com pessoal e encargos sociais dos três Poderes do Estado, bem como do Ministério Público, observarão o limite de 60% (sessenta por cento) da Receita Corrente Líquida Estadual, de acordo com a legislação vigente.

**§ 1º** Os órgãos dos Poderes Legislativo, Judiciário, Executivo e Ministério Público, assumirão de forma solidária as providências necessárias à adequação ao disposto neste artigo.

**§ 2º** A repartição dos limites globais, de acordo com o art. 20, inciso II, da Lei Complementar nº 101, de 2000, não poderá exceder os seguintes percentuais:

- a) 3% (três por cento) da Receita Corrente Líquida Estadual para o Poder Legislativo, incluído o Tribunal de Contas;
- b) 6% (seis por cento) da Receita Corrente Líquida Estadual para o Poder Judiciário;
- c) 49% (quarenta e nove por cento) da Receita Corrente Líquida Estadual para o Poder Executivo, incluindo a Defensoria Pública;
- d) 2% (dois por cento) da Receita Corrente Líquida Estadual para o Ministério Público Estadual.

**§ 3º** As contratações de pessoal e movimentações de quadros que impliquem em alterações salariais ou incremento de despesas de que trata o art. 169, § 1º, da Constituição Federal, somente poderão ocorrer se houver recursos orçamentários suficientes e se forem atendidos os requisitos e os limites estabelecidos pela Lei Complementar nº 101, de 2000.

**Art. 39.** O valor destinado ao custeio mínimo dos órgãos do Poder Executivo, será estabelecido dentro de um limite de gasto considerado necessário para manter o ajuste fiscal do Estado.

**CAPÍTULO VIII**  
**DAS DISPOSIÇÕES RELATIVAS À DESTINAÇÃO DE RECURSOS PROVENIENTES DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO**

Palácio Iguaçu | Praça Nossa Senhora de Salette, s/n | Centro Cívico | 80530-909 | Curitiba | Paraná | Brasil  
Fone: [41] 3350 2400 | Fax: [41] 3252 2381 | 3254 7345 | 3254 4299 | [www.pr.gov.br](http://www.pr.gov.br)

**Art. 40.** O valor das Operações de Crédito orçado para o exercício, não poderá ser superior ao montante de despesas de capital fixadas no orçamento, conforme determina o § 2º do art. 12, da Lei Complementar nº 101, de 2000.

**Parágrafo único.** As programações custeadas com recursos de operações de crédito não formalizadas serão identificadas no orçamento, ficando sua implementação condicionada à efetiva realização dos contratos.

**Art. 41.** As Coordenações dos Programas Financiados deverão ajustar os seus cronogramas de forma que, o valor de empréstimo pretendido para o exercício de 2016, possa realmente ser viabilizado com a disponibilidade de contrapartida do Estado.

**Art. 42.** As receitas provenientes das Operações de Crédito em negociação serão incorporadas à receita prevista do Plano Plurianual – PPA 2016 – 2019 e, por consequência, da Lei Orçamentária Anual – LOA para 2016.

**Art. 43.** A Agência de Fomento do Paraná S.A., que tem por objetivo proporcionar suprimento dos recursos financeiros de curto e médio prazos, pertinentes aos programas e projetos que visem a promover o desenvolvimento econômico e social do Estado do Paraná, observará as seguintes prioridades:

- I - impulsionar a política de emprego e geração de renda no território paranaense, com a concessão de crédito ao pequeno e médio empreendedor agrícola, industrial e comercial;
- II - ampliar oportunidades às pessoas que não têm acesso às formas tradicionais de financiamento, até mesmo para aquelas que trabalhem na informalidade;
- III - fomentar investimentos em atividades produtivas setoriais;
- IV - prestar assistência financeira aos planos e ações de promoção ao desenvolvimento urbano, regional e municipal;
- V - promover a recuperação dos ativos sob sua custódia;
- VI - fomentar e apoiar projetos destinados à implantação e desenvolvimento de iniciativas econômicas de natureza solidária, cooperativa e participativa, nas áreas de produção, distribuição e consumo;
- VII - fomentar a pesquisa, a capacitação científica e tecnológica, à melhoria da competitividade da economia, a estruturação de unidades e sistemas produtivos orientados para o fortalecimento do MERCOSUL e à geração de empregos;
- VIII - à participação do Estado na implantação de sistema de transporte rápido de massa;
- IX - fomentar investimentos e apoiar projetos regionais voltados à melhoria e à consolidação da infraestrutura rodoviária, aeroportuária, ferroviária e aquaviária do Estado; e
- X - os empréstimos e financiamentos concedidos pela Agência de Fomento, deverão garantir, no mínimo a remuneração dos custos operacionais e de administração dos recursos, assegurando sua auto sustentabilidade financeira, ressalvados os casos disciplinados por legislação específica.



**PARANÁ**

GOVERNO DO ESTADO  
Casa Civil

§ 1º A Agência de Fomento do Paraná observará, nos financiamentos concedidos, as políticas de redução das desigualdades sociais e regionais, de geração de emprego e renda, de preservação e melhoria do meio ambiente, de incentivo ao aumento da participação de fontes de energias renováveis na Matriz Energética Paranaense, de ampliação e melhoria da infraestrutura e crescimento, modernização e ampliação da competitividade do parque produtivo paranaense, das atividades comerciais e de serviço sediados no Estado, do turismo e do agronegócio, com atenção às iniciativas de inovação e desenvolvimento tecnológico.

§ 2º A concessão de operações de crédito com os Municípios ou quaisquer entidades controladas direta ou indiretamente pela Administração Pública Municipal fica condicionada à outorga de garantias, na forma estabelecida pela agência financeira oficial de fomento.

#### **CAPÍTULO IX DISPOSIÇÕES TRANSITÓRIAS**

**Art. 44.** O Projeto de Lei Orçamentária Anual para o exercício de 2016, deverá também considerar as disposições das demais normas legais que vierem a ser aprovadas até a data de seu encaminhamento ao Poder Legislativo Estadual.

#### **CAPÍTULO X DEMAIS DISPOSIÇÕES**

**Art. 45.** As emendas ao Projeto de Lei Orçamentária Anual deverão ser elaboradas em conformidade com o disposto no art. 134 da Constituição do Estado do Paraná, observadas as disposições da Lei Complementar nº 101, de 2000.

§ 1º Não poderão ser cancelados recursos correspondentes a pessoal e encargos sociais, serviços da dívida, transferências constitucionais aos municípios, precatórios, obrigações tributárias e contributivas, fontes vinculadas, contrapartidas de programas financiados e manutenção mínima dos órgãos e unidades da administração pública, para se constituírem em recursos de emendas à despesa.

§ 2º Não poderão ser canceladas dotações com recursos próprios (fontes 250 a 284), exceto quando se tratar de remanejamento de recursos dentro da unidade arrecadadora.

§ 3º Cada emenda à despesa deverá apresentar a indicação do montante de recursos e a indicação da consequente programação cancelada.

**Art. 46.** Não sendo encaminhado ao Poder Executivo o autógrafo da Lei Orçamentária Anual até 31 de dezembro de 2015, fica o Poder Executivo autorizado a executar a programação dele constante, para o atendimento das seguintes despesas:

##### **I- Pessoal e Encargos Sociais;**

Palácio Iguaçu | Praça Nossa Senhora de Salette, s/n | Centro Cívico | 80530-909 | Curitiba | Paraná | Brasil  
Fone: (41) 3350 2400 | Fax: (41) 3252 2381 | 3254 7345 | 3254 4299 | [www.pr.gov.br](http://www.pr.gov.br)



**PARANÁ**

GOVERNO DO ESTADO  
Casa Civil

- II- Transferências Constitucionais e Legais aos Municípios, por repartição de receitas;
- III- Serviços da Dívida;
- IV- PASEP;
- V- Precatórios; e
- VI- Demais Despesas, à razão de 1/12 (um doze avos) em cada mês.

**Art. 47.** O Poder Executivo divulgará e encaminhará à Assembleia Legislativa para ciência, no prazo de vinte dias após a publicação da Lei Orçamentária Anual, os Quadros de Detalhamento de Despesa (QDD), por projetos, atividades e operações especiais, dos Orçamentos Fiscal e Próprio da Administração Indireta, com os valores corrigidos, na forma do disposto no art. 6º desta Lei.

**Art. 48.** As transferências voluntárias de recursos do Estado para os Municípios, a título de cooperação, auxílios ou assistência financeira, dependerão da comprovação, por parte da unidade beneficiada, no ato da assinatura do instrumento original, de que se encontra em conformidade com o disposto no art. 25 da Lei Complementar Federal nº 101, de 2000.

**Art. 49.** Observando o disposto no art. 9º da Lei Complementar Federal nº 101, de 2000, caso seja necessário proceder a limitação de empenho e movimentação financeira, para cumprimento das metas de resultado primário ou nominal, estabelecidas no Anexo de Metas Fiscais desta Lei, o percentual de redução deverá incidir sobre o total de atividades e sobre o de projetos, separadamente, calculado de forma proporcional à participação de cada Poder e do Ministério Público e a Defensoria Pública, excluídas as despesas que constituem obrigações constitucionais ou legais, inclusive aquelas destinadas ao pagamento do serviço da dívida.

**Art. 50.** A destinação de recursos orçamentários às Entidades Privadas sem fins lucrativos deverá observar o disposto no art. 26 da Lei Complementar Federal nº 101, de 2000.

**Art. 51.** Integram a presente Lei, de acordo com o disposto no art. 4º, da Lei Complementar nº 101, de 2000, os Anexos de Metas Fiscais e de Riscos Fiscais.

**Parágrafo único.** Ficam as Metas Fiscais relativas ao exercício financeiro de 2015 alteradas conforme o Anexo de Metas Fiscais que integra a presente Lei.

**Art. 52.** Os Poderes e o Ministério Público deverão desenvolver sistema gerencial de apropriação de despesas, com o objetivo de demonstrar o custo das ações orçamentárias.

**Art. 53.** Os Poderes e o Ministério Público deverão implantar sistema de registro, avaliação, atualização e controle do seu ativo permanente, de forma a possibilitar o estabelecimento do real Patrimônio Líquido do Estado.

**Art. 54.** Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.



## ANEXO I - METAS FISCAIS

### 1. Avaliação do Cumprimento das Metas Relativas ao Ano Anterior

A execução orçamentária do exercício de 2014 obedeceu aos critérios para liberação dos recursos, estabelecidos no Decreto nº 10.406, de 18 de março de 2014. No referido exercício deu-se continuidade ao processo de Programação Orçamentária, via Sistema e-COP, onde as unidades da administração direta, indireta, empresas dependentes e fundos, alimentaram seus pleitos trimestrais, dentro de tetos estabelecidos de acordo com as projeções da receita e as prioridades de governo. As liberações financeiras foram realizadas segundo as disponibilidades do Tesouro do Estado, em decorrência do efetivo ingresso das Receitas.

As Despesas não Financeiras, ou seja, as despesas totais do exercício, excluídas aquelas referentes a juros e amortização da dívida, tiveram um acréscimo de 17,74%.

Em decorrência das variações ocorridas entre o valor previsto na LDO e o resultado realizado nas Receitas não Financeiras e Despesas não Financeiras, a meta do Resultado Primário realizado no exercício, decresceu 139,93%.

As Tabelas 1 e 2 a seguir resumem o desempenho das metas fiscais realizadas em 2012 a 2014 e reprogramadas para 2015:

**Tabela 1 - METAS FISCAIS 2012-2015 - Preços Correntes**

DISCRIMINAÇÃO	em R\$ 1000			
	2012	2013	2014	2015 (1)
I. Resultado Primário Fixado na LDO	981.537	1.136.622	2.339.690	4.128.071
II. Resultado Primário Obtido	634.392	2.909.031	-934.245	-569.529
III. Resultado Obtido - Meta (II - I)	-347.145	1.772.409	-3.273.935	-4.697.600
IV. Resultado Nominal Indicado na LDO	671.371	700.243	986.004	246.739
V. Resultado Nominal Obtido (2)	-1.655.317	2.131.034	1.033.479	1.276.141
VI. Resultado Obtido - Indicado (V - IV)	-2.326.688	1.430.791	47.475	1.029.402

Fonte: SEFA

(1) Reprogramado

(2) O Resultado Nominal obtido foi calculado com base na metodologia da Lei de Responsabilidade Fiscal

**Tabela 2 - METAS FISCAIS 2012-2015 - Preços Constantes**

DISCRIMINAÇÃO	em R\$ 1000			
	2012	2013	2014	2015 (1)
I. Resultado Primário Fixado na LDO	1.170.782	1.280.960	2.489.664	4.128.071
II. Resultado Primário Obtido	756.708	3.278.444	-994.130	-569.529
III. Resultado Obtido - Meta (II - I)	-414.076	1.997.485	-3.483.794	-4.697.600
IV. Resultado Nominal Indicado na LDO	800.814	789.168	1.049.207	246.739
V. Resultado Nominal Obtido (2)	-1.974.470	2.401.651	1.099.725	1.276.141
VI. Resultado Obtido - Indicado (V - IV)	-2.775.284	1.612.485	50.518	1.029.402

Fonte: SEFA

(1) Reprogramado

(2) O Resultado Nominal obtido foi calculado com base na metodologia da Lei de Responsabilidade Fiscal

## 2. Demonstração das Metas Fiscais Anuais

A Tabela a seguir demonstra o cenário relativo aos principais indicadores econômicos utilizados na demonstração das metas fiscais para o período de 2012 a 2018.

**Tabela 3 - INDICADORES ECONÔMICOS PARA O PERÍODO DE 2012-18**

VARIÁVEIS	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018
PIB do Brasil (variação %)	0,90%	2,28%	0,00%	-0,70%	1,40%	2,00%	2,30%
PIB do Paraná (variação %)	0,90%	5,01%	0,80%	1,00%	3,00%	3,50%	3,50%
Inflação (IPCA) (variação %)	5,64%	5,91%	6,41%	8,16%	5,64%	5,16%	5,02%
Taxa de Câmbio final do ano (R\$/US\$)	2,04	2,27	2,65	3,20	3,20	3,17	3,24

Fonte: IBGE, Banco Central, IPARDES/SEPL

As Tabelas 5 e 6 apresentam, de forma resumida as metas fiscais para o período de 2015 a 2018, a preços correntes e constantes de 2015.

**Tabela 4- METAS FISCAIS - 2015-18**

DISCRIMINAÇÃO	Preços Correntes							
	2015		2016		2017		2018	
	R\$ 1.000	% PIB	R\$ 1.000	% PIB	R\$ 1.000	% PIB	R\$ 1.000	% PIB
I. RECEITA NÃO FINANCEIRA	44.302.436	13,17%	48.490.015	12,72%	50.657.991	12,73%	53.994.031	12,48%
II. DESPESAS NÃO FINANCEIRAS	44.871.965	13,34%	49.316.008	13,49%	51.936.086	13,05%	54.203.594	12,53%
III. RESULTADO PRIMÁRIO	-569.529	-0,17%	-2.825.993	-0,77%	1.278.094	-0,32%	-209.564	-0,05%
IV. SALDO DEVEDOR DA DÍVIDA	16.440.893	4,89%	17.743.714	4,85%	19.066.016	4,79%	20.156.467	4,66%
V. RESULTADO NOMINAL	1.276.141	0,38%	1.302.821	0,36%	1.322.302	0,33%	1.090.451	0,25%

Fonte: SEFA

**Tabela 5 - METAS FISCAIS - 2015-18**

DISCRIMINAÇÃO	Preços Constantes							
	2015		2016		2017		2018	
	R\$ 1.000	% PIB	R\$ 1.000	% PIB	R\$ 1.000	% PIB	R\$ 1.000	% PIB
I. RECEITA NÃO FINANCEIRA	44.302.436	13,17%	41.981.188	10,37%	43.500.317	9,39%	43.450.231	8,08%
II. DESPESAS NÃO FINANCEIRAS	44.871.965	13,34%	40.520.064	10,01%	44.597.824	9,62%	43.618.872	8,12%
III. RESULTADO PRIMÁRIO	-569.529	-0,17%	-2.551.915	-0,63%	-1.097.507	0,24%	-168.641	0,03%
IV. SALDO DEVEDOR DA DÍVIDA	16.440.893	4,89%	16.022.843	3,96%	16.372.101	3,53%	16.220.370	3,02%
V. RESULTADO NOMINAL	1.276.141	0,38%	1.176.467	0,29%	1.135.469	0,25%	877.511	0,16%

Fonte: SEFA

### 3. Evolução do Patrimônio Líquido

A Tabela a seguir, apresenta o Saldo Patrimonial Líquido apurado pelo Estado no período de 2012 a 2014. O Saldo Patrimonial expressa o resultado do confronto entre o Ativo Real e o Passivo Real.

**Tabela 6 - EVOLUÇÃO DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO DOS TRÊS ÚLTIMOS EXERCÍCIOS**

PATRIMÔNIO LÍQUIDO	2012	2013	2014
ATIVO FINANCEIRO	6.302.294	5.925.899	4.800.833
ATIVO PERMANENTE	20.361.352	22.855.537	25.837.457
<b>SOMA DO ATIVO REAL</b>	<b>26.663.646</b>	<b>28.581.436</b>	<b>30.638.291</b>
PASSIVO FINANCEIRO	5.207.384	5.361.541	4.317.667
PASSIVO PERMANENTE	19.015.025	20.038.667	21.716.511
<b>SOMA DO PASSIVO REAL</b>	<b>24.222.409</b>	<b>25.400.208</b>	<b>26.034.178</b>
<b>SALDO PATRIMONIAL</b>	<b>2.441.237</b>	<b>3.181.227</b>	<b>4.604.113</b>

Fonte: SEFA

Pelo Balanço Patrimonial do Estado do Paraná constata-se o valor Patrimônio Líquido no encerramento de cada exercício. Em 2012, houve Ativo Real Líquido de R\$ 2.441,2 milhões, decorrentes da diferença entre o Ativo Real de R\$ 26.663,6 milhões e o Passivo Real de R\$ 24.222,4 milhões. Em 2013, ocorreu Ativo Real Líquido de R\$ 3.181,2 milhões, oriundos da diferença entre o Ativo Real de R\$ 28.581,4 milhões e o Passivo Real de R\$ 25.400,2 milhões. Em 2014, ocorreu igualmente Ativo Real Líquido de R\$ 4.604,1 milhões, oriundos da diferença entre o Ativo Real de R\$ 30.638,2 milhões e o Passivo Real de R\$ 26.034,1 milhões.

Na evolução do Patrimônio Líquido do período, de 2012 para 2013, houve uma variação positiva de R\$ 739.990,3 milhões produzindo Patrimônio Líquido positivo. De 2013 para 2014 houve uma variação positiva de R\$ 1.422.885,8 milhões, produzindo novo Patrimônio Líquido positivo. Considerando o período de 2012 a 2014, houve uma variação credora positiva que determinou o total favorável de R\$ 2.162.876,2 milhões representando o Patrimônio Líquido do Estado.

### 4. Situação Atuarial do Regime Próprio de Previdência Social do Estado do Paraná

Os resultados da Avaliação Atuarial do Regime Próprio de Previdência Social do Estado do Paraná - RPPS são apresentados na Nota Técnica NT/ATUARIA nº 22/2014 e levam em consideração a reestruturação dos Fundos Previdenciários do Estado do Paraná estabelecidos pela Lei Estadual nº 17.435, de 21 de dezembro de 2012. Os resultados dimensionam os compromissos com benefícios previdenciários dos Fundos, em específico verificar o equilíbrio financeiro e atuarial do FUNDO DE PREVIDÊNCIA, integrante do Plano Previdenciário, que tem finalidade de acumulação de recursos necessários para o pagamento dos compromissos do Plano.

Os cálculos elaborados levam em consideração os parâmetros atuariais mínimos e máximos estabelecidos pela Portaria MPS nº 403/2008 e demais orientações legislativas sobre a matéria, em especial a Constituição Federal e a Lei Federal nº 9.717/1998.

Os segurados ativos, aposentados e pensionistas são segregados nos Fundos Previdenciários constituídos pela Lei PR nº 17.435/2012, FUNDO DE PREVIDÊNCIA, FUNDO FINANCEIRO e FUNDO MILITAR, conforme critérios descritos a seguir:

**FUNDO DE PREVIDÊNCIA - FP:** servidores ativos que ingressaram ou venham a ingressar no serviço público estadual posteriormente a 31/12/2003, data da publicação da Emenda Constitucional nº 41, e inativos e pensionistas que em 21/12/2012, data da publicação da Lei PR nº 17.435, eram segurados do FUNDO DE PREVIDÊNCIA.

**FUNDO FINANCEIRO - FF:** servidores ativos que ingressaram no serviço público estadual anteriormente a 31/12/2003, data da publicação da Emenda Constitucional nº 41, e inativos e pensionistas que em 21/12/2012, data da publicação da Lei PR nº 17.435, eram segurados do FUNDO FINANCEIRO.

**FUNDO MILITAR - FM:** todos os militares do Estado e seus dependentes.





**PARANÁ**

GOVERNO DO ESTADO  
Casa Civil

**BALANÇO ATUARIAL DO FUNDO DE PREVIDÊNCIA**

Item	Valores (R\$)
Total de Encargos (1)	49.500.062.833,66
Total de Receitas (2)	41.817.578.616,83
Reserva Matemática (3)=(1)-(2)	7.682.484.216,83
Ativos Financeiros (4)	7.327.384.608,59
Parcelamento de Débitos Previdenciários (5)	593.248.545,69
Total de Ativos (6)=(4)+(5)	7.920.633.154,28
Resultado Atuarial (7)=(6)-(3)	238.148.937,45

Conforme critérios estabelecidos em Lei, o FUNDO DE PREVIDÊNCIA promove a cobertura a 77.841 servidores ativos e a 13.763 inativos e pensionistas, o que gera um total de 91.604 segurados.

Conforme prevê a Lei Estadual nº 17.435/2012, este Fundo é financiado pelo regime de capitalização e os valores expressos levam em consideração a taxa de desconto atuarial de 5,50% ao ano, estabelecida como meta atuarial neste exercício.

O valor presente do total das obrigações do FUNDO DE PREVIDÊNCIA é de R\$ 49,5 bilhões e o valor presente do total das receitas previstas, com base no plano de custeio, é de R\$ 41,8 bilhões, o que resulta em uma Reserva Matemática projetada de R\$ 7,7 bilhões.

O total de recursos financeiros já capitalizados e segregados para composição do FUNDO DE PREVIDÊNCIA é de R\$ 7,9 bilhões. O resultado técnico da Avaliação Atuarial apresenta Equilíbrio Técnico do Plano Previdenciário reestruturado, com superávit na ordem de R\$ 238 milhões. Este equilíbrio atuarial decorre de todo o plano contributivo ao Fundo e pelo sistema projetado de custeio Adicional e Suplementar a encargo do Estado.

2. FUNDO FINANCEIRO - FF: servidores ativos que ingressaram no serviço público estadual anteriormente a 31/12/2003, data da publicação da Emenda Constitucional nº 41, e inativos e pensionistas que em 21/12/2012, data da publicação da Lei Estadual nº 17.435/2012, eram segurados do FUNDO FINANCEIRO.

**BALANÇO ATUARIAL DO FUNDO FINANCEIRO**

Item	Valores (R\$)
Total de Encargos (1)	202.253.623.345,56
Total de Receitas (2)	16.307.455.217,02
Insuficiência Financeira (3)=(1)-(2)	185.946.168.128,54

O FUNDO FINANCEIRO possui 135.830 segurados, sendo 60.769 ativos e 75.061 inativos e pensionistas. Os custos totais dos compromissos deste Fundo, ao longo do tempo, por ser financiado por repartição simples e conforme orientação do Ministério da Previdência Social - MPS são avaliados sem considerar a taxa de desconto atuarial e possuem o valor presente de R\$ 202,3 bilhões, que comparando-se com o total das receitas contributivas previstas de R\$ 16,3 bilhões, resulta em uma Insuficiência Financeira de R\$ 185,9 bilhões.

Pelo mecanismo de financiamento deste Fundo, tais valores representam o total de aportes futuros necessários, que o Tesouro Estadual deverá fazer ao longo do tempo, para complementação da folha de benefícios dos segurados deste Fundo.

3. FUNDO MILITAR - FM: todos os militares do Estado e seus dependentes.

Com base na legislação citada, no cadastro de segurados e nos parâmetros atuariais utilizados, foram obtidos os seguintes valores representativos da situação atuarial do FUNDO MILITAR:

**BALANÇO ATUARIAL DO FUNDO MILITAR**

Item	Valores (R\$)
Total de Encargos (1)	141.895.540.832,45
Total de Receitas (2)	27.142.180.447,50
Insuficiência Financeira (3)=(1)-(2)	114.753.360.384,95

São segurados deste Fundo 37.055 militares do Estado, sendo 19.643 ativos e 17.412 inativos e pensionistas. Os compromissos do Fundo Militar, também são avaliados sem considerar taxa atuarial e possuem o valor presente de R\$ 141,9 bilhões, que deduzindo-se do total das receitas contributivas previstas de R\$ 27,1 bilhões, resulta em uma Insuficiência Financeira de R\$ 114,8 bilhões.

O FUNDO MILITAR também é financiado por repartição simples, e os valores representam os aportes necessários para complementação da folha de benefícios dos segurados do Fundo ao longo do tempo.

**COMENTÁRIOS FINAIS**

De certa forma, projeções e avaliações atuariais na Previdência Funcional, pela própria natureza dos elementos que compõem as hipóteses atuariais, caracterizam-se como uma projeção futura extremamente sensível, mesmo amparada por técnicas atuariais sustentáveis. No entanto, estas projeções possibilitam o dimensionamento dos compromissos previdenciários da Entidade e indicam os procedimentos necessários ao custeio destas obrigações.

Ressalta-se que o conceito de solvência desenvolvido e constante na Lei estadual nº 17.435/2012, e o acompanhamento da aderência das hipóteses atuariais, constituem-se como aspectos fundamentais na elaboração deste plano de capitalização reestruturado e, por isso mesmo, devem ser alvo de contínuo acompanhamento e validação.

Por último, ressalta-se que a PARANAPREVIDÊNCIA, como único órgão gestor da previdência do Estado do Paraná, constitui-se como a Entidade competente para a gestão dos Fundos Previdenciários constituídos pela reestruturação da previdência social do Estado.

**5. Margem de Expansão das Despesas Obrigatórias de Caráter Continuado**

A Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal – LRF), estabeleceu o Demonstrativo de Expansão das Despesas Obrigatórias de Caráter Continuado para assegurar que não haverá a criação de nova despesa sem fontes consistentes de financiamento, entendidas essas como aumento permanente de Receita ou Redução de outra Despesa de Caráter Continuado.

São consideradas despesas obrigatórias de caráter continuado, as despesas correntes derivadas de lei, medida provisória ou ato administrativo normativo que fixem, para o ente público, a obrigação legal de sua execução por um período superior a dos exercícios, de acordo com o art. 17 da Lei Complementar nº 101/00.

Estas despesas, por apresentarem caráter de acréscimo permanente, somente poderão ser financiadas por acréscimos permanentes de arrecadação.

A Tabela a seguir apresenta a margem de expansão para o exercício de 2016.

**TABELA 07 - SALDO DA MARGEM DE EXPANSÃO - 2016**

EVENTOS	Valor Previsto
Aumento Permanente da Receita	2.179.627
(-) Transferências Constitucionais	580.447
(-) Transferências ao FUNDEB	237.196
Saldo	1.361.984
Despesas Comprometidas	1.361.985
Margem de Expansão	0



**PARANÁ**  
GOVERNO DO ESTADO  
Casa Civil

## ANEXO II – RISCOS FISCAIS

Considerando que a finalidade primordial do Estado é promover o bem estar das pessoas, exercendo de forma eficaz, eficiente e efetiva a atividade financeira que lhe compete, captando, gerindo e despendendo recursos.

Considerando que as obrigações financeiras do Estado apresentam-se como um ramo da atividade financeira do Estado que engloba os compromissos governamentais destinados ao funcionamento da Administração Pública.

Considerando que os riscos fiscais podem ser entendidos como os riscos provenientes das obrigações financeiras do Estado.

O art. 4.º, § 3.º, da Lei Complementar Federal n.º 101, de 4 de maio de 2000, determina que a Lei de Diretrizes contemple o Anexo de Riscos Fiscais, onde serão avaliados os passivos contingentes e outros riscos capazes de afetar as contas públicas, informando as providências, caso se concretize.

O presente Anexo elenca os riscos fiscais e passivos contingentes que possam afetar as contas públicas do Paraná no período a que se refere a LDO 2016.

### RISCOS FISCAIS NA RECEITA

Verificou-se, na aplicação do modelo, a necessidade de reavaliar os valores aprovados para Orçamento 2015 – Lei 18409/2014 de 29/12/2014. O impacto desta reavaliação é uma redução de 3,2% no valor previsto para a rubrica Receitas Correntes. Este ajuste representa R\$ 925,6 milhões a menos no total das Receitas Correntes em comparação com o valor inicial do Orçamento – cujos valores não seguiram as projeções realizadas pela Secretaria de Estado da Fazenda – SEFA.

Nesta revisão estão incluídos os impactos da Lei 18.371/2014 (ICMS - R\$ 1,0 bilhão; IPVA - R\$ 633,0 milhões), do reajuste dos preços administrados – energia elétrica e combustíveis (ICMS - R\$ 1,53 bilhão) e da prorrogação do recolhimento decendial.

Levando-se em consideração que tais ações têm por objetivo causar um impacto permanente na arrecadação de tributos, para concluir esta previsão foram utilizados os percentuais de crescimento apontados pelo modelo para o período 2016 a 2019, tomando-se por base os valores de 2015. Percebe-se um forte crescimento na rubrica IPVA 100%, impulsionado pela Lei 18.371/2014. A partir de 2016 o crescimento da estimativa de arrecadação de IPVA retoma seu curso normal, o qual inclui a renovação da frota e a atualização dos preços de veículos usados.

Contudo, para a estimativa de ICMS 100% do exercício 2016, ainda foi necessário recalcular o impacto da Lei 18.371/2014, pois sua eficácia trouxe reflexos para a arrecadação a partir do mês de maio/2015. Desta forma, o impacto residual da legislação foi de um incremento estimado em R\$ 539,3 milhões. Em contrapartida foram deduzidos da arrecadação do exercício R\$ 439,0 milhões relativos aos recolhimentos decendiais, cujo término se dará em dezembro/2015, transferindo este montante para 2015. Como resultado há um crescimento irregular do ICMS no período 2015 a 2017.

Como houve um número significativo de alterações é de se esperar que a margem de erro seja maior do que a registrada em exercícios anteriores. Serão necessárias pelo menos 24 observações após a implantação das medidas para que a série possa ser reavaliada, o que compromete a acurácia das previsões nos próximos dois anos.

Para o IPVA e para o ITCMD, bem como para seus respectivos acessórios, cuja arrecadação conjunta representou 9,9% do total de Receitas Tributárias próprias em 2014, optou-se por aplicar, na previsão das receitas, a média de crescimento verificada no período 2011 a 2014 – excluídas receitas extraordinárias.

### Despesa Pecatórios

Outro evento que afetará o equilíbrio das contas públicas refere-se a decisão do Supremo Tribunal Federal – STF quanto a declaração de inconstitucionalidade da Emenda Constitucional nº 62, de 2009.

Segundo a decisão, recentemente tomada pelo Superior Tribunal Federal em questão de ordem nas Ações Diretas de Inconstitucionalidade (ADIs) 4357 e 4425, fica mantido parcialmente o regime especial criado pela Emenda Constitucional nº 62/2009, pelo período de cinco anos, contados a partir de janeiro de 2016. Foi ainda fixado um novo índice de correção monetária (IPCA-E) e estabelecida a possibilidade de compensação de precatórios vencidos com o estoque de créditos já inscritos em dívida ativa.

Portanto, para os próximos exercícios financeiros, o Estado do Paraná deverá se enquadrar neste novo regramento até um novo entendimento da Superior Corte, haja vista que a decisão proferida possui caráter provisório.

Palácio Iguaçu | Praça Nossa Senhora de Salette, s/n | Centro Cívico | 80530-909 | Curitiba | Paraná | Brasil  
Fone: (41) 3350 2400 | Fax: (41) 3252 2381 | 3254 7345 | 3254 4299 | www.pr.gov.br



Curitiba, 14 de abril de 2015.

LIDO NO EXPEDIENTE  
CONCEDIDO APOIAMENTO A.D. 2

Em, 15 ABR. 2015

1º Secretário

PARANÁ

GOVERNO DO ESTADO  
Gabinete do Governador

Senhor Presidente,

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para ser apreciado por essa Assembleia Legislativa, Anteprojeto de Lei que dispõe sobre as Diretrizes Orçamentárias do Estado para o exercício financeiro de 2016, que estima as Receitas de Recolhimento Centralizado e de Recolhimento Descentralizado das Autarquias, Órgãos de Regime Especial, Fundos e Empresas Públicas e Sociedades de Economia Mista Dependentes, para fixação das despesas dos Orçamentos Fiscal e Próprio da Administração Indireta, no valor aproximado de R\$ 41.722.017.420,00 (quarenta e um bilhões, setecentos e vinte e dois milhões, dezessete mil, quatrocentos e vinte reais), excluídas as transferências ao FUNDEB estimadas em R\$ 4.911.725.670,00 (quatro bilhões, novecentos e onze milhões, setecentos e vinte e cinco mil e seiscentos e setenta reais). É importante destacar que do valor da receita, R\$ 39.557.506.040,00 representam os 100% da receita do Tesouro Estadual, dos quais R\$ 8.360.278.080,00 (oito bilhões, trezentos e sessenta milhões, duzentos e setenta e oito mil e oitenta reais) se referem à parcela de Transferências Constitucionais aos Municípios, ficando um valor líquido de receita do tesouro para o Estado, de R\$ 31.197.227.960,00 (trinta e um bilhões, cento e noventa e sete milhões, duzentos e vinte e sete mil, novecentos e sessenta reais).

O Anteprojeto de Lei compõe-se de dez capítulos, compreendendo:

- I - as prioridades da Administração Pública Estadual;
- II - a projeção e apresentação da receita para o exercício;
- III - os critérios para a distribuição dos recursos orçamentários;
- IV - a estrutura e organização dos orçamentos;
- V - as diretrizes gerais para a elaboração e execução dos orçamentos do Estado;
- VI - as disposições sobre as alterações na legislação tributária;
- VII - as disposições relativas às despesas do Estado com pessoal e encargos sociais e outras despesas correntes, com base na receita corrente líquida;
- VIII - as disposições relativas à destinação de recursos provenientes de operações de crédito;
- IX - disposições transitórias;
- X - demais disposições.

Excelentíssimo Senhor  
Deputado ADEMAR TRAIANO  
Presidente da Assembleia Legislativa do Estado  
N/CAPITAL

I - À DAP para leitura no expediente.

II - À DAP para providências.

Em, 15/04/2015

Presidente



**PARANÁ**

GOVERNO DO ESTADO  
Gabinete do Governador

O Anteprojeto da LDO apresenta o ANEXO DE METAS FISCAIS, no qual são estabelecidas metas anuais para receitas, despesas, resultados primário e nominal e montante da dívida pública para os exercícios de 2016, 2017 e 2018. O Anexo de Metas Fiscais apresenta ainda uma avaliação do cumprimento das metas relativas ao exercício de 2014 e o demonstrativo das metas anuais de 2015.

O Anteprojeto da LDO apresenta ainda o ANEXO DE RISCOS FISCAIS, que traduz a possibilidade de riscos fiscais decorrentes das incertezas da economia.

O Poder Executivo ficará à disposição, por intermédio da Secretaria de Estado da Fazenda, para quaisquer esclarecimentos que se fizerem necessários.

Certo de que a medida merecerá dessa Assembleia Legislativa o necessário apoio e consequente aprovação, reitero a Vossa Excelência meus protestos de apreço e consideração.



**CARLOS ALBERTO RICHÁ**  
Governador do Estado



# ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury



## COMISSÃO DE ORÇAMENTO

### PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 283/15

Trata-se do Projeto de Lei nº 283/15, oriundo da Mensagem Governamental nº 177/15 que dispõe sobre as Diretrizes Orçamentárias do Estado para o exercício de 2016.

À Lei de Diretrizes Orçamentárias - L.D.O., para o exercício de 2016, foram apresentadas um total de 26 (vinte e seis) emendas, das quais foram acatadas 20 (vinte) e não acatadas 6 (seis) emendas.

As emendas acatadas, o foram face à sua absoluta compatibilidade com as disposições constitucionais e legais atinentes à matéria orçamentária, além de reforçarem as prerrogativas do Poder Legislativo quanto à fiscalização orçamentária.

Procurou-se incorporar ao texto todas aquelas Emendas que total ou parcialmente retratavam com fidelidade e valorizavam a função fiscalizadora desta Casa de Leis.

Desta maneira, o Substitutivo apresentado vem em consonância com as Constituições Federal e Estadual e já adaptada à Lei Complementar nº 101, de 2000 - "Lei de Responsabilidade Fiscal", dando continuidade ao Programa de Reestruturação e Ajuste Fiscal do Estado, e sequência à política das contas públicas no Paraná.

Ao dar cumprimento às prescrições do referido diploma legal, a propositura reafirma nosso compromisso com a responsabilidade fiscal, traduzindo na intransigente defesa do êxito obtido no equilíbrio das contas





# ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury



públicas, reconhecimento fundamental para impulsionar o desenvolvimento do Paraná e do País, cuja superior finalidade é a de concretizar o interesse público, em consequência, melhorar as condições de vida e de trabalho de toda a comunidade.

Observadas tais premissas e diante da observância, pela LDO, das disposições legais e constitucionais atinentes à matéria orçamentária, somos de parecer **FAVORÁVEL** à sua **APROVAÇÃO**, na forma do Substitutivo Geral em anexo.

Sala das Comissões, em 30 de junho de 2015.

  
**DEP. NEREU MOURA**  
**PRESIDENTE**

  
**DEP. ELIO RUSCH**  
**RELATOR**









**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ**  
**Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury**



**COMISSÃO DE ORÇAMENTO**

**SUBSTITUTIVO GERAL DO PROJETO DE LEI Nº 283/2015**

**EMENTA:** Dispõe sobre as diretrizes para a Elaboração e Execução da Lei Orçamentária do exercício financeiro de 2016.

**Art. 1º** Ficam estabelecidas, em cumprimento ao disposto no § 3º do art. 133 da Constituição do Estado do Paraná e na Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000, as diretrizes orçamentárias do Estado para o exercício financeiro de 2016, compreendendo:

- I- as prioridades da Administração Pública Estadual;
- II- a projeção e a apresentação da receita para o exercício;
- III- os critérios para a distribuição dos recursos orçamentários;
- IV- a estrutura e organização dos orçamentos;
- V- as diretrizes gerais para a elaboração e execução dos orçamentos do Estado;
- VI- as disposições sobre as alterações na legislação tributária;
- VII- as disposições relativas às despesas do Estado com pessoal e encargos sociais e outras despesas correntes, com base na receita corrente líquida;
- VIII- as disposições relativas à destinação de recursos provenientes de operações de crédito;
- IX- as disposições transitórias; e
- X- as demais disposições.

**CAPÍTULO I**  
**DAS PRIORIDADES DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA ESTADUAL**

**Art. 2º** As metas e prioridades da Administração Pública Estadual, para o exercício de 2016, serão estabelecidas no Projeto de Lei do Plano Plurianual, relativo ao período de 2016 a 2019, que será encaminhado para apreciação da Assembleia Legislativa até 30 de setembro de 2015.

**Parágrafo único.** O Projeto de Lei Orçamentária Anual será elaborado em consonância com as metas e prioridades na forma do *caput* deste artigo.

**Art. 3º** No Projeto de Lei Orçamentária Anual, a destinação dos recursos relativos a programas sociais, definidos no Plano Plurianual, conferirá prioridade às áreas de menor Índice de Desenvolvimento Humano – IDH, e em municípios com menor relação de receita própria por habitante.

Handwritten signatures and marks at the bottom of the page, including a large checkmark and the number 1.



**CAPÍTULO II**  
**DA PROJEÇÃO E DA APRESENTAÇÃO DA**  
**RECEITA PARA O EXERCÍCIO**

**Art. 4º** A Receita de Recolhimento Centralizado, para o exercício de 2016, será apresentada no seu demonstrativo, com a previsão de 100% (cem por cento) do ingresso, e com um grupo de receita dedutível, que representa a contribuição do Estado para o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação - FUNDEB, resultando em uma Receita Total Líquida do Estado para a fixação de despesas orçamentárias, de acordo com os critérios estabelecidos na Portaria Conjunta SOF/STN nº 01, de 10 de dezembro de 2014.

**Art. 5º** As Receitas de Recolhimento Centralizado do Tesouro Estadual e de Recolhimento Descentralizado das Autarquias, Órgãos de Regime Especial, Fundos e Empresas Públicas e Sociedades de Economia Mista Dependentes, para fixação das despesas dos Orçamentos Fiscal e Próprio da Administração Indireta do exercício de 2016, estão estimadas no valor de R\$ 41.722.017.420,00 (quarenta e um bilhões, setecentos e vinte e dois milhões, dezessete mil, quatrocentos e vinte reais).

**Art. 6º** As receitas previstas no artigo anterior e consequentemente as despesas fixadas com o respectivo valor, serão reestimadas por ocasião da elaboração da proposta orçamentária para o exercício de 2016.

**Parágrafo único.** Fica o Poder Executivo autorizado a proceder à atualização dos valores constantes do Orçamento Geral do Estado de 2016, estabelecidos a preços de 30 de junho de 2015, antes do início da execução orçamentária, mediante a aplicação do Índice de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA, do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, ou outro que venha a substituí-lo, para o período de julho (inclusive) a novembro (inclusive) e o respectivo índice de dezembro de 2015.

**CAPÍTULO III**  
**DOS CRITÉRIOS PARA A DISTRIBUIÇÃO DOS**  
**RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS**

**Art. 7º** A elaboração das propostas orçamentárias dos Poderes Legislativo e Judiciário, e do Ministério Público obedecerá aos seguintes limites percentuais da Receita Geral do Tesouro Estadual disponível para a fixação da despesa, depois de excluídas as transferências ao FUNDEB, as parcelas de transferências constitucionais aos municípios, as operações de crédito, as participações nas transferências da União e as receitas vinculadas, exceto a Cota-Parte do Fundo de Participação dos Estados e do Distrito Federal - FPE.

I - PODER LEGISLATIVO ..... 5,0%

II - PODER JUDICIÁRIO ..... 9,5%



**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ**  
**Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury**



**III - MINISTÉRIO PÚBLICO ..... 4,1%**

§ 1º Do percentual de 5,0% (cinco por cento) destinado ao Poder Legislativo, caberá ao Tribunal de Contas o percentual de 1,9% (um vírgula nove por cento).

§ 2º A Defensoria Pública do Paraná, compreendendo seus Órgãos, Fundos e Entidades, terá como limite para elaboração de sua proposta orçamentária de 2016 e fixação de despesas com Recursos Ordinários do Tesouro Estadual o montante de até R\$ 45.000.000,00 (quarenta e cinco milhões de reais).

Art. 8º Fica o Poder Executivo autorizado a adotar as medidas necessárias através de programas, projetos e atividades, para garantir a alocação de recursos ao Orçamento Anual, objetivando à plena eficácia para manter e aprimorar programas junto a Defensoria Pública.

Art. 9º A proposta orçamentária será elaborada conforme as diretrizes, os objetivos e as metas estabelecidos na revisão anual do Plano Plurianual (2016-2019) e nesta Lei, observadas as normas da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964 e da Lei Complementar nº 101, de 2000.

Art. 10º O Projeto de Lei Orçamentária para o exercício de 2016 alocará recursos do Tesouro Geral do Estado, para atender as programações dos órgãos do Poder Executivo, após a dedução dos recursos destinados:

- I - à transferência das parcelas da Receita de Recolhimento Centralizado, pertencentes aos municípios;
- II - aos orçamentos dos Poderes Legislativo e Judiciário e do Ministério Público de acordo com os limites percentuais definidos nos incisos do art. 7º desta Lei;
- III - ao pagamento de despesas com pessoal, encargos sociais e auxílios do Poder Executivo;
- IV - ao pagamento do serviço da dívida;
- V - ao fomento da pesquisa científica e tecnológica, de acordo com o art. 205 da Constituição Estadual, com a Lei nº 12.020, de 9 de janeiro de 1998, que instituiu o Fundo Paraná, com o Decreto Estadual nº 1.952, de 24 de outubro de 2003 e demais normas legais;
- VI - à manutenção e desenvolvimento do ensino público, correspondendo no mínimo a 30% (trinta por cento), da receita líquida de impostos, inclusive as provenientes de transferências de impostos, de acordo com o art. 185 da Constituição Estadual, dos quais 25% (vinte e cinco por cento) caberão à Secretaria de Estado da Educação e 5% (cinco por cento) com despesas do Ensino Superior;
- VII - ao pagamento de ações e serviços de saúde, de acordo com a Emenda Constitucional nº 29, de 2000, regulamentada pela Lei Complementar nº 141, de 13 de janeiro de 2012, correspondendo para 2016 a 12% (doze por cento) da receita líquida de impostos, inclusive as provenientes de transferências de impostos;

*[Assinaturas manuscritas e rubrica]*



**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ**  
**Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury**



- VIII - aos empréstimos e contrapartidas de programas objetos de financiamentos nacionais e internacionais;
- IX - aos convênios e respectivas contrapartidas, firmados com Entidades Nacionais e Internacionais;
- X - às contribuições do Estado ao Sistema de Seguridade Funcional, conforme legislação em vigor;
- XI - ao pagamento de sentenças judiciais;
- XII - à reserva de contingência, de acordo com o especificado no art. 35 desta Lei; e
- XIII - ao PASEP, nos termos da Lei Federal nº 9.715, de 25 de novembro de 1999.

**Art. 11.** Os recursos remanescentes de que trata o artigo anterior, serão distribuídos a cada Órgão/Unidade, por ocasião da elaboração da Proposta Orçamentária, tendo em vista a possibilidade de ocorrerem modificações na estrutura administrativa do Poder Executivo, após o encaminhamento do Projeto da Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO, para o exercício de 2016 à Assembleia Legislativa.

**CAPÍTULO IV**  
**DA ESTRUTURA E DA ORGANIZAÇÃO DOS ORÇAMENTOS**

**Art. 12.** Os Orçamentos Fiscal e Próprio das Autarquias, Órgãos de Regime Especial, Fundos e Empresas Públicas e Sociedades de Economia Mista Dependentes e o Orçamento de Seguridade Social discriminarão o programa de trabalho por:

- I- Unidade Orçamentária;
- II- Função;
- III- Subfunção;
- IV- Programa;
- V- Projeto, Atividade ou Operação Especial;
- VI- Categoria Econômica da Despesa;
- VII- Grupo de Despesa;
- VIII- Modalidade de Aplicação;
- IX- Grupo de Fontes.

**§ 1º** Cada ação orçamentária, entendida como sendo a atividade, o projeto ou a operação especial, deve identificar a função, a subfunção e o programa ao qual se vincula.

**§ 2º** Os conceitos de função, subfunção e programa, são aqueles dispostos na Portaria nº 42 do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, de 14 de abril de 1999 e Portaria SOF nº 54, de 04 de julho de 2011.

**§ 3º** Cada programa terá as ações necessárias para atingir os seus objetivos, identificadas sob a forma de projetos, atividades ou operações especiais, com as especificações dos valores, metas e as unidades orçamentárias responsáveis pela sua realização.

**§ 4º** Cada projeto, atividade ou operação especial será detalhado por Grupo de Natureza de Despesa, Grupo de Fonte e Modalidade de Aplicação.

*[Assinaturas manuscritas e rubricas]*





**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ**  
**Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury**



§ 5º Os Grupos de Natureza de Despesa a que se refere o inciso VII deste artigo, constituem agregação de elementos de despesa de mesmas características quanto ao seu objeto de gasto, conforme especificação a seguir:

**DESPESAS CORRENTES**

- Grupo 1 - Pessoal e Encargos Sociais
- Grupo 2 - Juros e Encargos da Dívida
- Grupo 3 - Outras Despesas Correntes

**DESPESAS DE CAPITAL**

- Grupo 4 - Investimentos
- Grupo 5 - Inversões Financeiras
- Grupo 6 - Amortização da Dívida

§ 6º A Modalidade de Aplicação a que se refere o inciso VIII deste artigo destina-se a indicar a forma como os recursos serão aplicados pelas unidades orçamentárias e pode ser alterada de acordo com as necessidades de execução, observada a seguinte classificação:

- 20 - Transferências à União;
- 22 - Execução Orçamentária delegada à União;
- 30 - Transferências aos Estados e ao Distrito Federal;
- 31 - Transferências aos Estados e ao Distrito Federal – Fundo a Fundo;
- 32 - Execução Orçamentária Delegada a Estados e ao Distrito Federal;
- 35 - Transferências Fundo a Fundo aos Estados e ao Distrito Federal à conta de recursos de que tratam os §§ 1º e 2º do art. 24 da Lei Complementar nº 141, de 2012;
- 36 - Transferências Fundo a Fundo aos Estados e ao Distrito Federal à conta de recursos de que trata o art. 25 da Lei Complementar Federal nº 141, de 2012;
- 40 - Transferências aos Municípios;
- 41 - Transferências aos Municípios – Fundo a Fundo;
- 42 - Execução Orçamentária Delegada a Municípios;
- 45 - Transferências Fundo a Fundo aos Municípios à conta de recursos de que tratam os §§ 1º e 2º do art. 24 da Lei Complementar Federal nº 141, de 2012;
- 46 - Transferências Fundo a Fundo aos Municípios à conta de recursos de que trata o art. 25 da Lei Complementar Federal nº 141, de 2012;
- 50 - Transferências as Instituições Privadas sem Fins Lucrativos;
- 60 - Transferências as Instituições Privadas com Fins Lucrativos;
- 70 - Transferências as Instituições Multigovernamentais;
- 71 - Transferências aos Consórcios Públicos mediante contrato de rateio;
- 72 - Execução Orçamentária Delegada a Consórcios Públicos;
- 73 - Transferências aos Consórcios Públicos mediante contrato de rateio à conta de recursos de que tratam os §§ 1º e 2º do art. 24 da Lei Complementar Federal nº 141, de 2012;





ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ  
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury



- 74 - Transferências aos Consórcios Públicos mediante contrato de rateio à conta de recursos de que trata o art. 25 da Lei Complementar Federal nº 141, de 2012;
- 75 - Transferências as Instituições Multigovernamentais à conta de recursos de que tratam os §§ 1º e 2º do art. 24 da Lei Complementar Federal nº 141, de 2012;
- 76 - Transferências as Instituições Multigovernamentais à conta de recursos de que trata o art. 25 da Lei Complementar Federal nº 141, de 2012;
- 80 - Transferências ao Exterior;
- 90 - Aplicações Diretas;
- 91 - Aplicação Direta Decorrente de Operação entre Órgãos, Fundos e Entidades Integrantes dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social;
- 93 - Aplicação Direta Decorrente de Operação de Órgãos, Fundos e Entidades Integrantes dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social com Consórcio Público do qual o Ente Participe;
- 94 - Aplicação Direta Decorrente de Operação de Órgãos, Fundos e Entidades Integrantes dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social com Consórcio Público do qual o Ente Não Participe;
- 95 - Aplicação Direta à conta de recursos de que tratam os §§ 1º e 2º do art. 24 da Lei Complementar Federal nº 141, de 2012;
- 96 - Aplicação Direta à conta de recursos de que trata o art. 25 da Lei Complementar Federal nº 141, de 2012;
- 99 - A definir (utilizado no Orçamento do Estado do Paraná apenas para caracterizar as despesas oriundas de emendas legislativas).

§ 7º Os Grupos de Fontes de Recursos a que se refere o inciso IX deste artigo, constituem a agregação de fontes conforme discriminação a seguir:

**GRUPO 01 - RECURSOS PRÓPRIOS DO TESOUREIRO** – compreendendo as seguintes fontes:

- Fonte 100 - Ordinário não Vinculado;
- Fonte 103 - Receita Condicionada da Lei Complementar nº 87, de 1996;
- Fonte 104 - Cota-Parte da Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico – CIDE;
- Fonte 105 - Resultado da Exploração de Recursos Hídricos, Petróleo, Gás Natural e Outros;
- Fonte 106 - Fundo Especial da Procuradoria Geral do Estado do Paraná - FEPGE/PR;
- Fonte 108 - Receita de Alienação de Outros Bens Móveis e Imóveis;
- Fonte 109 - Recursos Provenientes de Percentual sobre a Venda de Bilhetes de Passagens Intermunicipais para ações voltadas à Criança e ao Adolescente;
- Fonte 110 - Recursos para Estatização das Serventias do Foro Judicial;
- Fonte 111 - Indenização pelo Excedente da Amortização de Bens Reversíveis em Encampação de Rodovias;

Assinaturas manuscritas e rubricas no rodapé da página.



**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ**  
**Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury**



- Fonte 113 - Fundo Especial de Segurança Pública do Estado do Paraná – FUNESP/PR;
- Fonte 114 - Receita da Escola de Governo/SEAP;
- Fonte 115 - Receita Excedente dos Colégios Agrícolas;
- Fonte 119 - Recursos Provenientes de Depósitos Judiciais;
- Fonte 122 - Receita Provenientes do Programa Paraná Competitivo;
- Fonte 123 - Fundo Penitenciário do Paraná – FUPEN (Instituído pela Lei 4.955, de 1964, vinculada através da Lei nº 18.375, de 2014);
- Fonte 124 - Multas e Taxas de Saúde Pública – FUNSAUDE;
- Fonte 125 - Venda de Ações e/ou Devolução de Créditos ou de Capital Subscrito/Integralizado ou não;
- Fonte 127 - Funda de Equipamento Agropecuário – FEAP (Instituído pela Lei nº 823, de 1951, vinculada através da Lei nº 18.375, de 2014);
- Fonte 128 - Funda de Reequipamento do Fisco – FUNREFISCO;
- Fonte 129 - Fundo Estadual de Políticas sobre Drogas – FESD (Instituído pela Lei nº 17.244, de 2012, vinculada através da Lei nº 18.375, de 2014);
- Fonte 130 - Fundo Estadual de Defesa do Consumidor – FECON (Instituído pela Lei 14.975, de 2005, vinculada através da Lei 18.375, de 2014);
- Fonte 131 - Programa de Assistência ao Menor e de Natureza Social – Lei nº 11.091 de 16 de maio de 1995;
- Fonte 132 - Pesquisa Científica e Tecnológica;
- Fonte 134 - Fundo Estadual dos Direitos do Idoso (Instituído pela Lei 16.732, de 2010, vinculada através da Lei nº 18.375, de 2014);
- Fonte 135 - Contribuições para o Regime Próprio de Previdência do Servidor Público – Fundo de Previdência;
- Fonte 138 - Fundo Estadual do Meio Ambiente – FEMA (Instituído pela Lei nº 12.945, de 2000, vinculada através da Lei nº 18.375, de 2014);
- Fonte 141 - Retorno de Programas Especiais – FDU;
- Fonte 144 - Contribuição para o Regime Próprio de Previdência do Servidor Público – Funda Financeiro e Fundo Militar
- Fonte 146 - Fundo Estadual de Recursos Hídricos – FRHI (Instituído pela Lei nº 12.726, de 1999, vinculada através da Lei nº 18.375, de 2014);
- Fonte 147 - Receitas de Outras Fontes Recolhidas ao Tesouro Geral do Estado por Determinação Legal.

**GRUPO 09 - CONVÊNIOS DO TESOIRO** – compreendendo as seguintes fontes:

- Fonte 107 - Convênios com Órgãos Federais;
- Fonte 133 - Transferências e Convênios com o Exterior;
- Fonte 148 - Outros Convênios / Outras Transferências.

*[Handwritten signatures and initials at the bottom of the page]*



**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ**  
**Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury**



**GRUPO 10 – OUTRAS TRANSFERÊNCIAS** – compreendendo as seguintes fontes:

- Fonte 116 - Transferência de Recursos do Fundo Nacional do Desenvolvimento da Educação – FNDE;
- Fonte 118 - Recursos Provenientes de Indenização da PETROBRAS;
- Fonte 145 - Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação – FUNDEB.

**GRUPO 15 – OPERAÇÕES DE CRÉDITO DO TESOIRO** – compreendendo as seguintes fontes:

- Fonte 120 - Operação de Crédito Interna;
- Fonte 142 - Operação de Crédito Externa.

**GRUPO 95 – RECURSOS DE OUTRAS FONTES** – compreendendo as seguintes fontes:

- Fonte 250 - Diretamente Arrecadados;
- Fonte 251 - Operação de Crédito Interna;
- Fonte 252 - Operação de Crédito Externa;
- Fonte 254 - Multas por Infração ao Código de Trânsito Brasileiro – FUNRESTRAN;
- Fonte 255 - Transferências da União – SUS;
- Fonte 256 - Reposição Florestal – SERFLOR;
- Fonte 257 - Receitas de Outras Fontes Recolhidas à Entidades da Administração Indireta por Determinação Legal;
- Fonte 258 - Diretamente Arrecadados com Utilização Vinculada;
- Fonte 270 - Aumento de Capital Social;
- Fonte 281 - Transferências e Convênios com Órgãos Federais;
- Fonte 283 - Transferências e Convênios com o Exterior;
- Fonte 284 - Outros Convênios / Outras Transferências.

**Art. 13.** O Orçamento de Investimento abrangerá as empresas estatais independentes nas quais o Estado detenha a maioria do capital social com direito a voto, e dele constarão todos os investimentos a serem realizados, independentemente da fonte de financiamento utilizada, indicando em seu programa de trabalho a discriminação da despesa destacada por projeto/atividade, segundo a mesma classificação funcional-programática adotada nos demais orçamentos e será apresentado no Anexo IV do Projeto de Lei Orçamentária Anual.

**Art. 14.** Fica o Poder Executivo autorizado a incorporar na elaboração dos Orçamentos as eventuais modificações ocorridas na estrutura organizacional do Estado, bem como, na classificação orçamentária da receita e da despesa, por alterações na legislação federal ocorridas após o encaminhamento do Projeto da LDO de 2016 à Assembleia Legislativa.

Handwritten signatures and marks at the bottom of the page, including a large signature and the number 8.



**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ**  
**Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury**



**Art. 15.** Fica o Poder Executivo autorizado a incorporar na elaboração dos Orçamentos, a criação de novas fontes de qualquer grupo de fontes de recursos, inclusive as decorrentes de alterações de legislação ou de Operações de Crédito efetivadas após o encaminhamento do Projeto da LDO de 2016 à Assembleia Legislativa, dando ciência à Assembleia Legislativa.

**Art. 16.** O Programa de Obras será apresentado no Anexo V do Projeto de Lei Orçamentária Anual, por Unidade Orçamentária, por Projeto ou Atividade, de forma detalhada e individualizada com seus respectivos custos, em cumprimento ao disposto no § 7º do art. 133 da Constituição do Estado do Paraná.

**Parágrafo único.** As obras iniciadas no exercício anterior terão prioridade na aplicação dos recursos, devendo ser identificadas no Anexo V pelo Indicativo (A) em andamento.

**Art. 17.** O Projeto de Lei Orçamentária Anual que o Poder Executivo encaminhar à Assembleia Legislativa, cumprindo o prazo previsto no inciso III do art. 22 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição do Estado, conterá:

- I - exposição justificativa contendo quadros-resumo com informações sobre a situação econômico-financeira do Estado, metas fiscais para o exercício de 2016, o quadro resumo do saldo devedor da dívida pública consolidada e outras informações consideradas relevantes à análise da Proposta Orçamentária;
- II - texto da Lei;
- III - Anexo I contendo a legislação da Receita de Recolhimento Centralizado e Descentralizado e quadros-resumo das receitas referentes ao Orçamento Fiscal, ao Orçamento Próprio da Administração Indireta e ao Orçamento de Investimento das Empresas Públicas e Sociedades de Economia Mista não Dependentes;
- IV - Anexo II contendo resumos gerais das despesas dos Orçamentos Fiscal e Próprio da Administração Indireta;
- V - Anexo III contendo o Orçamento Fiscal, composto pelos Orçamentos dos Poderes Legislativo, Judiciário e Executivo e do Ministério Público e os Orçamentos Próprios das Autarquias, Órgãos de Regime Especial, Fundos e Empresas Públicas e Sociedades de Economia Mista Dependentes, a que se refere os incisos I e II do § 6º do art. 133 da Constituição do Estado do Paraná;
- VI - Anexo IV contendo o Orçamento de Investimento das Empresas Públicas e Sociedades de Economia Mista não Dependentes, a que se refere o inciso III do § 6º do art. 133 da Constituição do Estado do Paraná;
- VII - Anexo V contendo o Programa de Obras das Unidades Orçamentárias, conforme o disposto no § 7º do art. 133 da Constituição do Estado do Paraná;
- VIII - Anexo VI contendo o demonstrativo das Vinculações Constitucionais e Legais, no que se refere ao:
  - a. Poder Legislativo;
  - b. Poder Judiciário;
  - c. Ministério Público;
  - d. Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Público;
  - e. Ações e Serviços Públicos de Saúde; e
  - f. Ciência e Tecnologia.

9





**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ**  
**Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury**



- IX - Anexo VII - contendo o Orçamento do Regime Próprio de Previdência Social do Estado;
- X - Anexo VIII - contendo as proposições parlamentares relativas as emendas à despesa que será incluído por ocasião da tramitação do projeto da Lei Orçamentária na Assembleia Legislativa;
- XI - Anexo IX - contendo as proposições parlamentares relativas as emendas ao conteúdo programático que será incluído por ocasião da tramitação do projeto da Lei Orçamentária na Assembleia Legislativa;
- XII - Anexo X - contendo os cancelamentos efetuados para suportarem as emendas à despesa que será incluído por ocasião da tramitação do projeto da Lei Orçamentária na Assembleia Legislativa; e
- XIII - Anexo XI - contendo as proposições parlamentares relativas as emendas coletivas que será incluído por ocasião da tramitação do projeto da Lei Orçamentária na Assembleia Legislativa.

**CAPÍTULO V**  
**DAS DIRETRIZES GERAIS PARA A ELABORAÇÃO E EXECUÇÃO DOS ORÇAMENTOS DO ESTADO**

**Art. 18.** A elaboração do Projeto de Lei, a sua aprovação e a execução da Lei Orçamentária de 2016, deverão ser realizadas de modo a evidenciar a transparência da gestão fiscal, observando o princípio da publicidade e permitindo o acesso da sociedade às informações relativas a cada uma dessas etapas, bem como, levar em conta a obtenção dos resultados previstos no Anexo de Metas Fiscais que integra a presente Lei, além dos parâmetros da Receita Corrente Líquida, visando o equilíbrio orçamentário-financeiro.

**Parágrafo único.** O Poder Executivo deverá estabelecer programação orçamentário-financeira, visando o cumprimento do disposto no *caput* deste artigo.

**Art. 19.** Os recursos correspondentes às dotações orçamentárias, compreendidos os créditos suplementares e especiais, destinados aos órgãos dos Poderes Legislativo e Judiciário, do Ministério Público e da Defensoria Pública, ser-lhes-ão entregues até o dia 20 de cada mês, em duodécimos, conforme estabelece o art. 168 da Constituição Federal.

**Art. 20.** Se verificado, ao final de um bimestre, que a execução das despesas foi superior à realização das receitas, o Poder Legislativo e Judiciário, o Ministério Público e a Defensoria Pública promoverão, por ato próprio e nos montantes necessários, nos trinta dias subsequentes, limitação de empenho e movimentação financeira.

§ 1º Essa limitação será feita de forma proporcional ao montante dos recursos alocados para o atendimento de outras despesas correntes e despesas de capital de cada Poder Legislativo e Judiciário e do Ministério Público e Defensoria Pública.

*[Assinaturas manuscritas]*



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ  
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury



§ 2º Na hipótese da ocorrência do disposto no *caput* deste artigo, o Poder Executivo comunicará ao Poder Legislativo, Judiciário, Ministério Público e a Defensoria Pública o montante que caberá a cada um tornar indisponível para empenho e movimentação financeira.

**Art. 21.** As propostas orçamentárias dos Poderes Legislativo, Judiciário do Ministério Público e da Defensoria Pública serão apresentadas ao Poder Executivo, até o dia 11 de setembro de 2015, para a consolidação do Orçamento Geral do Estado.

**Parágrafo único.** No caso dos Poderes Legislativo, Judiciário, do Ministério Público e da Defensoria Pública não apresentarem suas propostas orçamentárias até o prazo estabelecido no *caput* deste artigo, fica o Poder Executivo autorizado a lançar os valores dentro dos limites fixados, utilizando como base a Lei Orçamentária do exercício anterior.

**Art. 22.** As propostas orçamentárias dos Poderes Legislativo, Judiciário do Ministério Público e da Defensoria Pública, não poderão apresentar valores diferentes daqueles que lhes couber pelos limites estabelecidos nesta Lei, de forma a garantir o fechamento do Orçamento Geral do Estado.

**Art. 23.** A parcela das transferências constitucionais aos municípios, incorporadas na Receita Centralizada do Tesouro Estadual, será programada na despesa da Administração Geral do Estado - Recursos sob Supervisão da Secretaria de Estado da Fazenda - AGE/SEFA.

**Art. 24.** Na programação da despesa não poderão ser:

- I- fixadas despesas sem que estejam definidas as respectivas fontes de recursos e legalmente instituídas as unidades executoras;
- II- incluídas ações com as mesmas finalidades em mais de um órgão;
- III- incluídas despesas a título de Investimento em Regime de Execução Especial, ressalvados os casos de calamidade pública, formalmente reconhecidos, na forma do § 3º do art. 167 da Constituição Federal e do § 2º do art. 135 da Constituição Estadual;
- IV- classificadas como atividades, dotações que visem o desenvolvimento de ações limitadas no tempo e das quais resultem produtos que concorram para a expansão ou aperfeiçoamento da ação do Governo, bem como, classificadas como projetos, ações de duração continuada;
- V- incluídas em Projetos ou Atividades, despesas caracterizadas como operações especiais;
- VI- fixadas despesas com valores simbólicos;
- VII- incluídas despesas decorrentes de "transferências de recursos financeiros de entidades pertencentes à administração pública estadual", ou seja, de transferências dentro da mesma esfera de Governo (vedada duplicidade de receita).

**Art. 25.** As receitas dos Órgãos e Entidades controlados direta ou indiretamente pelo Estado, serão programadas para atender prioritariamente às despesas com pessoal e encargos sociais, serviços da dívida, precatórios judiciais, contrapartidas de financiamentos e manutenção de atividades e de bens públicos.

Handwritten signatures and initials at the bottom of the page, including a large signature and the number 11.





**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ**  
**Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury**



**Parágrafo único.** Incluem-se nas receitas citadas no *caput* deste artigo, as receitas de arrecadação própria das Autarquias, Órgãos de Regime Especial, Fundos e Empresas Públicas e Sociedades de Economia Mista Dependentes.

**Art. 26.** As unidades da administração indireta, deverão programar em seus orçamentos, recursos para pagamento de PASEP com recursos próprios, no mínimo no valor correspondente a 1% (um por cento) do valor da sua receita própria, ou seja, da sua receita diretamente arrecadada.

**Art. 27.** Os recursos do Tesouro Geral do Estado destinados às Autarquias, Órgãos de Regime Especial, Fundos e Empresas Públicas e Sociedades de Economia Mista Dependentes não comporão o Demonstrativo de Receitas Próprias destas Entidades; para evitar duplicidade, esses recursos serão apenas demonstrados na sua totalidade, como repasses de Recursos do Tesouro Estadual, de forma a facilitar o entendimento da apresentação do programa de trabalho com seus custos.

**Art. 28.** O Orçamento Fiscal conterá Projetos/Atividades de transferência de recursos do Tesouro Geral do Estado para as Empresas Públicas e Sociedades de Economia Mista não Dependentes, que receberão recursos do Estado para compor o seu Orçamento de Investimento.

**Art. 29.** O Orçamento de Investimento das Empresas Públicas e Sociedades de Economia Mista não Dependentes, conterá as receitas oriundas do Tesouro Geral do Estado e as receitas próprias, aplicadas na conta Investimento.

**Art. 30.** A programação de investimento, em qualquer dos orçamentos integrantes do Projeto de Lei Orçamentária Anual, deverá apresentar consonância com as prioridades governamentais incluídas no Plano Plurianual para o período de 2016 a 2019.

**Art. 31.** As despesas destinadas ao pagamento de sentenças judiciais correrão a conta de dotações consignadas com esta finalidade em Operações Especiais, especificadas nas Unidades Orçamentárias responsáveis pelos débitos e na Administração Geral do Estado – Recursos sob Supervisão da SEFA.

**§ 1º** As unidades da administração indireta que tenham sentenças judiciais transitadas em julgado de pequeno valor, deverão programar em seus orçamentos o valor dos mesmos com recursos próprios.

**§ 2º** Os Órgãos e as Unidades encaminharão a Comissão de Análise e Controle de Pagamentos Judiciais, criada pela resolução conjunta SEFA/PGE nº001/2003, até o dia 20 de julho de 2015, a relação dos débitos constantes de precatórios judiciais, inscritos até 1º de julho de 2015, para serem incluídos no orçamento de 2016, especificando:

- I- número da ação originária;
- II- número do precatório;
- III- tipo da causa julgada (de acordo com a origem da despesa);
- IV- enquadramento (alimentar ou não alimentar);
- V- data da inscrição do precatório no órgão/unidade;



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ  
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury



- VI- valor do precatório a ser pago (com atualização até 1º de julho de 2015, conforme o § 5º do art. 98 da Constituição do Estado do Paraná);
- VII- cópia do ofício requisitório no caso de precatórios trabalhistas e cópia da requisição de pagamento no caso de ação cível.

§ 3º A atualização monetária dos precatórios, determinada no § 12 do art. 100 da Constituição Federal, inclusive em relação às causas trabalhistas, previdenciárias e de acidente do trabalho, observará, no exercício de 2016, a variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - Especial - IPCA-E do IBGE.

**Art. 32.** Os recursos provenientes de convênios, ajustes, acordos, termos de cooperação e outras formas de contratos firmados com outras esferas de Governo deverão ser registrados como receita orçamentária e suas aplicações programadas nas despesas orçamentárias de cada Órgão/Unidade celebrante do contrato.

§ 1º A Lei Orçamentária incluirá na previsão da receita e sua aplicação, todos os recursos de transferências intergovernamentais, inclusive os oriundos de convênios.

§ 2º A execução orçamentária de despesas provenientes de acordos, convênios ou atos similares intragovernamentais, será realizada no Poder Executivo, excluídas as entidades estaduais prestadoras finais de serviços, por meio de Movimentação de Crédito, tendo em vista o disposto na Lei Complementar nº 101, de 2000, na Portaria Interministerial nº 163, de 04 de maio de 2001 e suas alterações posteriores, na Portaria nº 339 STN, de 29 de agosto de 2001 e no Decreto Estadual nº 5.975, de 22 de julho de 2002, e demais normas em vigor, ficando facultada aos Poderes Legislativo e Judiciário e ao Ministério Público a sua utilização.

**Art. 33.** O Poder Executivo estabelecerá a programação financeira e o cronograma de desembolso, por órgão, unidade, espécie e por fontes.

**Art. 34.** O Poder Executivo poderá utilizar os recursos de Superávit Financeiro apurados nos balanços das Unidades da Administração Indireta, dos Fundos e das Universidades e Faculdades Estaduais do Poder Executivo, para atender programas prioritários de Governo.

**Art. 35.** A Lei Orçamentária Anual conterá reserva de contingência no montante definido com base na receita corrente líquida, para o atendimento de passivos contingentes e outros riscos e eventos fiscais imprevistos.

**Art. 36.** O Projeto de Lei Orçamentária Anual para o exercício de 2016, conterá autorizações para abertura de créditos adicionais do Poder Executivo até o limite percentual de 7% (sete por cento) do valor global da receita fixada para o exercício, nas formas previstas no § 1º do art. 43 da Lei Federal 4.320, de 1964 excetuando-se as situações previstas no referido projeto de lei.

**Art. 37.** Na Lei Orçamentária Anual, as despesas com amortizações, juros e demais encargos da dívida serão fixados com base nas operações contratadas ou com autorizações concedidas até a data do encaminhamento do Projeto de Lei Orçamentária à Assembleia Legislativa.

**Parágrafo único.** O Poder Executivo encaminhará juntamente com a proposta



orçamentária para 2016:

- 1 – quadro detalhado de cada operação de crédito, incluindo credor, taxa de juros, sistemática de atualização e cronograma de pagamento do serviço da dívida;
- 2 – quadro demonstrativo da previsão de pagamento do serviço da dívida para 2016, incluindo modalidade de operação, valor do principal, juros e demais encargos.

## CAPÍTULO VI DAS DISPOSIÇÕES SOBRE AS ALTERAÇÕES NA LEGISLAÇÃO TRIBUTÁRIA

**Art. 38.** Na estimativa das receitas do Projeto de Lei Orçamentária Anual, serão considerados os efeitos de alterações na Legislação Tributária até 31 de agosto de 2015, em especial:

- I- as modificações na Legislação Tributária, decorrentes de alterações no Sistema Tributário Nacional;
- II- a concessão e redução de isenções fiscais;
- III- a revisão de alíquotas dos tributos de competência; e
- IV- aperfeiçoamento da cobrança da Dívida Ativa do Estado.

§ 1º Para fins deste artigo dever-se-á observar o disposto no art. 14 da Lei Complementar Federal nº 101, de 2000.

§ 2º Do cálculo da Receita Corrente Líquida, serão excluídos os valores referentes aos diferimentos ou a benefícios fiscais, concedidos a contribuintes de impostos estaduais, consoante determina inciso I do art. 14 da Lei Complementar Federal nº 101, de 2000.

## CAPÍTULO VII DAS DISPOSIÇÕES RELATIVAS ÀS DESPESAS DO ESTADO COM PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS E OUTRAS DESPESAS CORRENTES, COM BASE NA RECEITA CORRENTE LÍQUIDA

**Art. 39.** No exercício financeiro de 2016, as despesas com pessoal e encargos sociais dos três Poderes do Estado, bem como do Ministério Público, observarão o limite de 60% (sessenta por cento) da Receita Corrente Líquida Estadual, de acordo com a legislação vigente.

§ 1º Os órgãos dos Poderes Legislativo, Judiciário, Executivo e Ministério Público, assumirão de forma solidária as providências necessárias à adequação ao disposto neste artigo.

§ 2º A repartição dos limites globais, de acordo com inciso II do art. 20 da Lei Complementar nº 101, de 2000, não poderá exceder os seguintes percentuais:

- a) 3% (três por cento) da Receita Corrente Líquida Estadual para o Poder Legislativo, incluído o Tribunal de Contas;
- b) 6% (seis por cento) da Receita Corrente Líquida Estadual para o Poder Judiciário;

*[Assinaturas manuscritas]*



**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ**  
**Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury**



- c) 49% (quarenta e nove por cento) da Receita Corrente Líquida Estadual para o Poder Executivo, incluindo a Defensoria Pública;
- d) 2% (dois por cento) da Receita Corrente Líquida Estadual para o Ministério Público Estadual.

§ 3º As contratações de pessoal e movimentações de quadros que impliquem em alterações salariais ou incremento de despesas de que trata o § 1º do art. 169 da Constituição Federal, somente poderão ocorrer se houver recursos orçamentários suficientes e se forem atendidos os requisitos e os limites estabelecidos pela Lei Complementar nº 101, de 2000.

**Art. 40.** O valor destinado ao custeio mínimo dos órgãos do Poder Executivo, será estabelecido dentro de um limite de gasto considerado necessário para manter o ajuste fiscal do Estado.

**CAPÍTULO VIII**  
**DAS DISPOSIÇÕES RELATIVAS À DESTINAÇÃO DE RECURSOS PROVENIENTES DE**  
**OPERAÇÕES DE CRÉDITO**

**Art. 41.** O valor das Operações de Crédito orçado para o exercício, não poderá ser superior ao montante de despesas de capital fixadas no orçamento, conforme determina o § 2º do art. 12, da Lei Complementar nº 101, de 2000.

**Parágrafo único.** As programações custeadas com recursos de operações de crédito não formalizadas serão identificadas no orçamento, ficando sua implementação condicionada à efetiva realização dos contratos.

**Art. 42.** As Coordenações dos Programas Financiados deverão ajustar os seus cronogramas de forma que, o valor de empréstimo pretendido para o exercício de 2016, possa realmente ser viabilizado com a disponibilidade de contrapartida do Estado.

**Art. 43.** As receitas provenientes das Operações de Crédito em negociação serão incorporadas à receita prevista do Plano Plurianual – PPA 2016 – 2019 e, por consequência, na Lei Orçamentária Anual – LOA para 2016.

**Art. 44.** A Agência de Fomento do Paraná S.A., que tem por objetivo proporcionar suprimento dos recursos financeiros de curto e médio prazos, pertinentes aos programas e projetos que visem a promover o desenvolvimento econômico e social do Estado do Paraná, observará as seguintes prioridades:

- I- impulsionar a política de emprego e geração de renda no território paranaense, com a concessão de crédito ao pequeno e médio empreendedor agrícola, industrial e comercial;
- II- ampliar oportunidades às pessoas que não têm acesso às formas tradicionais de financiamento, até mesmo para aquelas que trabalhem na informalidade;





**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ**  
**Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury**



- III- fomentar investimentos em atividades produtivas setoriais;
- IV- prestar assistência financeira aos planos e ações de promoção ao desenvolvimento urbano, regional e municipal;
- V- promover a recuperação dos ativos sob sua custódia;
- VI- fomentar e apoiar projetos destinados à implantação e desenvolvimento de iniciativas econômicas de natureza solidária, cooperativa e participativa, nas áreas de produção, distribuição e consumo;
- VII- fomentar a pesquisa, a capacitação científica e tecnológica, à melhoria da competitividade da economia, a estruturação de unidades e sistemas produtivos orientados para o fortalecimento do MERCOSUL e à geração de empregos;
- VIII- à participação do Estado na implantação de sistema de transporte rápido de massa;
- IX- fomentar investimentos e apoiar projetos regionais voltados à melhoria e à consolidação da infraestrutura rodoviária, aeroportuária, ferroviária e aquaviária do Estado;
- X- os empréstimos e financiamentos concedidos pela Agência de Fomento, deverão garantir, no mínimo a remuneração dos custos operacionais e de administração dos recursos, assegurando sua auto sustentabilidade financeira, ressalvados os casos disciplinados por legislação específica.

§ 1º A Agência de Fomento do Paraná observará, nos financiamentos concedidos, as políticas de redução das desigualdades sociais e regionais, de geração de emprego e renda, de preservação e melhoria do meio ambiente, de incentivo ao aumento da participação de fontes de energias renováveis na Matriz Energética Paranaense, de ampliação e melhoria da infraestrutura e crescimento, modernização e ampliação da competitividade do parque produtivo paranaense, das atividades comerciais e de serviço sediados no Estado, do turismo e do agronegócio, com atenção às iniciativas de inovação e desenvolvimento tecnológico.

§ 2º A concessão de operações de crédito com os Municípios ou quaisquer entidades controladas direta ou indiretamente pela Administração Pública Municipal fica condicionada à outorga de garantias, na forma estabelecida pela agência financeira oficial de fomento.

**CAPÍTULO IX**  
**DISPOSIÇÕES TRANSITÓRIAS**

**Art. 45.** O Projeto de Lei Orçamentária Anual para o exercício de 2016, deverá também considerar as disposições das demais normas legais que vierem a ser aprovadas até a data de seu encaminhamento ao Poder Legislativo Estadual.

**CAPÍTULO X**  
**DEMAIS DISPOSIÇÕES**

**Art. 46.** As emendas ao Projeto de Lei Orçamentária Anual deverão ser elaboradas em conformidade com o disposto no art. 134 da Constituição do Estado do Paraná, observadas as disposições da Lei Complementar nº 101, de 2000.

*[Assinaturas manuscritas]* 16





**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ**  
**Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury**



§ 1º Não poderão ser cancelados recursos correspondentes a pessoal e encargos sociais, serviços da dívida, transferências constitucionais aos municípios, precatórios, obrigações tributárias e contributivas, fontes vinculadas, contrapartidas de programas financiados e manutenção mínima dos órgãos e unidades da administração pública, para se constituírem em recursos de emendas à despesa.

§ 2º Não poderão ser canceladas dotações com recursos próprios (fontes 250 a 284), exceto quando se tratar de remanejamento de recursos dentro da unidade arrecadadora.

§ 3º Cada emenda à despesa deverá apresentar a indicação do montante de recursos e a indicação da consequente programação cancelada.

**Art. 47.** Não sendo encaminhado ao Poder Executivo o autógrafo da Lei Orçamentária Anual até 31 de dezembro de 2015, fica o Poder Executivo autorizado a executar a programação dele constante, para o atendimento das seguintes despesas:

- I- Pessoal e Encargos Sociais;
- II- Transferências Constitucionais e Legais aos Municípios, por repartição de receitas;
- III- Serviços da Dívida;
- IV- PASEP;
- V- Precatórios; e
- VI- Demais Despesas, à razão de 1/12 (um doze avos) em cada mês.

**Art. 48.** O Poder Executivo divulgará e encaminhará à Assembleia Legislativa para ciência, no prazo de vinte dias após a publicação da Lei Orçamentária Anual, os Quadros de Detalhamento de Despesa (QDD), por projetos, atividades e operações especiais, dos Orçamentos Fiscal e Próprio da Administração Indireta, com os valores corrigidos, na forma do disposto no art. 6º desta Lei.

**Art. 49.** As transferências voluntárias de recursos do Estado para os Municípios, a título de cooperação, auxílios ou assistência financeira, dependerão da comprovação, por parte da unidade beneficiada, no ato da assinatura do instrumento original, de que se encontra em conformidade com o disposto no art. 25 da Lei Complementar Federal nº 101, de 2000.

**Art. 50.** Fica o Poder Executivo autorizado a adotar, por meio de programas, projetos e atividades, a alocação de recursos ao Orçamento Anual, objetivando a plena eficácia de políticas públicas, voltadas ao combate do trabalho infantil (prevenção e erradicação), a proteção à criança em situação de risco como forma de enfrentamento à violência e a profissionalização de adolescentes.

**Art. 51.** Observando o disposto no art. 9º da Lei Complementar Federal nº 101, de 2000, caso seja necessário proceder a limitação de empenho e movimentação financeira, para cumprimento das metas de resultado primário ou nominal, estabelecidas no Anexo de Metas Fiscais desta Lei, o percentual de redução deverá incidir sobre o total de atividades e sobre o de projetos, separadamente, calculado de forma proporcional à participação de cada Poder e do Ministério Público e a Defensoria Pública, excluídas as despesas que constituem obrigações constitucionais ou legais, inclusive aquelas destinadas ao pagamento do serviço da dívida.



**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ**  
**Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury**



**Art. 52.** Fica o Poder Executivo autorizado a adotar, por meio de programas, projetos e atividades, a alocação de recursos ao Orçamento Anual, objetivando a plena eficácia de políticas públicas voltadas ao Centro de Referência no combate e na proteção da mulher em situação de risco, como forma de enfrentamento à violência.

**Art. 53.** A destinação de recursos orçamentários às Entidades Privadas sem fins lucrativos deverá observar o disposto no art. 26 da Lei Complementar Federal nº 101, de 2000.

**Art. 54.** Fica o Poder Executivo autorizado a adotar, por meio de programas, projetos e atividades, reforço de dotação na Secretaria de Estado da Educação, no programa Renova Escola para melhoria da infraestrutura física das Escolas Públicas Estaduais do Paraná.

**Art. 55.** Fica o Poder Executivo autorizado a adotar as medidas necessárias, para consignar no Orçamento de 2016, na programação da Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Recursos Hídricos, reforço de dotação para o Projeto Paraná sem Lixões, provenientes do excesso de arrecadação da Receita com Impostos ou do Superávit Financeiro apurados em Balanço, nos termos do art. 43 da Lei Federal nº 4.320, de 1964.

**Art. 56.** Integram a presente Lei, de acordo com o disposto no art. 4º, da Lei Complementar nº 101, de 2000, os Anexos de Metas Fiscais e de Riscos Fiscais.

**Parágrafo único.** Ficam as Metas Fiscais relativas ao exercício financeiro de 2015 alteradas conforme o Anexo de Metas Fiscais que integra a presente Lei.

**Art. 57.** Fica o Poder Executivo autorizado a adotar por meio de programas, projetos e atividades, recursos ao Orçamento Anual, objetivando a plena eficácia de políticas públicas voltadas a criar, manter e aprimorar programas e mecanismos de atendimento a pessoa com necessidades especiais e aos idosos, facilitando-lhes os acessos a educação, trabalho, moradia e saúde proporcionando o desenvolvimento pessoal e familiar.

**Art. 58.** Fica o Poder Executivo autorizado a adotar por meio de programas, projetos e atividades, recursos ao Orçamento Anual, objetivando a plena eficácia de políticas públicas voltadas a proporcionar meios de incentivo para a produção industrial do Estado.

**Art. 59.** Os Poderes e o Ministério Público deverão desenvolver sistema gerencial de apropriação de despesas, com o objetivo de demonstrar o custo das ações orçamentárias.

**Art. 60.** Os Poderes e o Ministério Público deverão implantar sistema de registro, avaliação, atualização e controle do seu ativo permanente, de forma a possibilitar o estabelecimento do real Patrimônio Líquido do Estado.

**Art. 61.** Fica o Poder Executivo autorizado a adotar por meio de programas, projetos e atividades, recursos ao Orçamento Anual, objetivando a plena eficácia de políticas públicas voltadas a proporcionar meios de incentivo para Agricultura Familiar.

**Art. 62.** Fica o Poder Executivo autorizado a adotar as medidas necessárias através de

*[Assinatura]*

*[Assinatura]*

*[Assinatura]*

*[Assinatura]*

*[Assinatura]*

*[Assinatura]*



**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ**  
**Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury**



programas, projetos e atividades, recursos e operações de crédito aos municípios para atender as demandas micro e mesoregionais, que contemplem uma integralização nas regiões do Paraná.

**Art. 63.** Fica o Poder Executivo autorizado a adotar por meio de programas, projetos e atividades, a alocação de recursos ao Orçamento Anual, objetivando a plena eficácia de políticas públicas voltadas a proporcionar meios de incentivo para Regularização Fundiária.

**Art. 64.** Fica o Poder Executivo autorizado a adotar por meio de programas, projetos e atividades, recursos ao Orçamento Anual, objetivando a plena eficácia de proporcionar meios de incentivo para implementação do Palcoparaná.

**Art. 65.** Fica o Poder Executivo autorizado a implementar estratégias integradas para o desenvolvimento da infra-estrutura de transporte multimodal do Estado, criando condições para o bom andamento das atividades produtivas e para inclusão de áreas de baixo desenvolvimento humano na malha de produção do Estado.


**Art. 66.** Fica o Poder Executivo autorizado a destinar recursos para incentivo do Transporte Urbano para as Regiões Metropolitanas.

**Art. 67.** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, em 30 de junho de 2015.

  
**DEPUTADO NEREU MOURA**

Presidente

  
**DEPUTADO ELIO RUSCH**

Relator



**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ**  
**Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury**



**ANEXO I - METAS FISCAIS**

**1. Avaliação do Cumprimento das Metas Relativas ao Ano Anterior**

A execução orçamentária do exercício de 2014 obedeceu aos critérios para liberação dos recursos, estabelecidos no Decreto nº 10.406, de 18 de março de 2014. No referido exercício deu-se continuidade ao processo de Programação Orçamentária, via Sistema e-COP, onde as unidades da administração direta, indireta, empresas dependentes e fundos, alimentaram seus pleitos trimestrais, dentro de tetos estabelecidos de acordo com as projeções da receita e as prioridades de governo. As liberações financeiras foram realizadas segundo as disponibilidades do Tesouro do Estado, em decorrência do efetivo ingresso das Receitas.

As Despesas não Financeiras, ou seja, as despesas totais do exercício, excluídas aquelas referentes a juros e amortização da dívida, tiveram um acréscimo de 17,74%.

Em decorrência das variações ocorridas entre o valor previsto na LDO e o resultado realizado nas Receitas não Financeiras e Despesas não Financeiras, a meta do Resultado Primário realizado no exercício, decresceu 139,93%.

As Tabelas 1 e 2 a seguir resumem o desempenho das metas fiscais realizadas em 2012 a 2014 e reprogramadas para 2015:

**Tabela 1 - METAS FISCAIS 2012-2015 - Preços Correntes**

DISCRIMINAÇÃO	em R\$ 1000			
	2012	2013	2014	2015 (1)
I. Resultado Primário Fixado na LDO	981.537	1.136.622	2.339.690	4.128.071
II. Resultado Primário Obtido	634.392	2.909.031	-934.245	-569.529
III. Resultado Obtido - Meta (II - I)	-347.145	1.772.409	-3.273.935	-4.697.600
IV. Resultado Nominal Indicado na LDO	671.371	700.243	986.004	246.739
V. Resultado Nominal Obtido (2)	-1.655.317	2.131.034	1.033.479	1.276.141
VI. Resultado Obtido - Indicado (V - IV)	-2.326.688	1.430.791	47.475	1.029.402

Fonte: SEFA

(1) Reprogramado

(2) O Resultado Nominal obtido foi calculado com base na metodologia da Lei de Responsabilidade Fiscal

*[Assinaturas manuscritas e rubricas]*

20



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ  
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury



Tabela 2 - METAS FISCAIS 2012-2015 - Preços Constantes

DISCRIMINAÇÃO	em R\$ 1000			
	2012	2013	2014	2015 (1)
I. Resultado Primário Fixado na LDO	1.170.782	1.280.960	2.489.664	4.128.071
II. Resultado Primário Obtido	756.706	3.278.444	-994.130	-569.529
III. Resultado Obtido - Meta (II - I)	-414.076	1.997.485	-3.483.794	-4.697.600
IV. Resultado Nominal Indicado na LDO	800.814	789.166	1.049.207	246.739
V. Resultado Nominal Obtido (2)	-1.974.470	2.401.651	1.099.725	1.276.141
VI. Resultado Obtido - Indicado (V - IV)	-2.775.284	1.612.485	50.518	1.029.402

Fonte: SEFA

(1) Reprogramado

(2) O Resultado Nominal obtido foi calculado com base na metodologia da Lei de Responsabilidade Fiscal

## 2. Demonstração das Metas Fiscais Anuais

A Tabela a seguir demonstra o cenário relativo aos principais indicadores econômicos utilizados na demonstração das metas fiscais para o período de 2012 a 2018.

Tabela 3 - INDICADORES ECONÔMICOS PARA O PERÍODO DE 2012-18

VARIÁVEIS	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018
PIB do Brasil (variação %)	0,90%	2,28%	0,00%	-0,70%	1,40%	2,00%	2,30%
PIB do Paraná (variação %)	0,90%	5,01%	0,80%	1,00%	3,00%	3,50%	3,50%
Inflação (IPCA) (variação %)	5,84%	5,91%	6,41%	8,16%	5,64%	5,16%	5,02%
Taxa de Câmbio final do ano (R\$/US\$)	2,04	2,27	2,65	3,20	3,20	3,17	3,24

Fonte: IBGE, Banco Central, IPARDES/SEPL

As Tabelas 5 e 6 apresentam, de forma resumida as metas fiscais para o período de 2015 a 2018, a preços correntes e constantes de 2015.

*[Assinaturas manuscritas]*





ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ  
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury



Tabela 4- METAS FISCAIS -  
2015-18

Preços Correntes

DISCRIMINAÇÃO	2015		2016		2017		2018	
	R\$ 1.000	% PIB	R\$ 1.000	% PIB	R\$ 1.000	% PIB	R\$ 1.000	% PIB
I. RECEITA NÃO FINANCEIRA	44.302.436	13,17%	46.490.015	12,72%	50.657.991	12,73%	53.994.031	12,48%
II. DESPESAS NÃO FINANCEIRAS	44.871.965	13,34%	49.316.008	13,49%	51.936.086	13,05%	54.203.594	12,53%
III. RESULTADO PRIMÁRIO	-569.529	-0,17%	-2.825.993	-0,77%	-1.278.094	-0,32%	-209.564	-0,05%
IV. SALDO DEVEDOR DA DÍVIDA	16.440.893	4,89%	17.743.714	4,85%	19.066.016	4,79%	20.156.467	4,66%
V. RESULTADO NOMINAL	1.276.141	0,38%	1.302.821	0,36%	1.322.302	0,33%	1.090.451	0,25%

Fonte: SEFA

Tabela 5 - METAS FISCAIS - 2015-  
18

Preços  
Constantes

DISCRIMINAÇÃO	2015		2016		2017		2018	
	R\$ 1.000	% PIB	R\$ 1.000	% PIB	R\$ 1.000	% PIB	R\$ 1.000	% PIB
I. RECEITA NÃO FINANCEIRA	44.302.436	13,17%	41.981.188	10,37%	43.500.317	9,39%	43.450.231	8,08%
II. DESPESAS NÃO FINANCEIRAS	44.871.965	13,34%	40.520.064	10,01%	44.597.824	9,62%	43.618.872	8,12%
III. RESULTADO PRIMÁRIO	-569.529	-0,17%	-2.551.915	-0,63%	-1.097.507	0,24%	-168.641	0,03%
IV. SALDO DEVEDOR DA DÍVIDA	16.440.893	4,89%	16.022.843	3,96%	16.372.101	3,53%	16.220.370	3,02%
V. RESULTADO NOMINAL	1.276.141	0,38%	1.176.467	0,29%	1.135.469	0,25%	877.511	0,16%

Fonte: SEFA

### 3. Evolução do Patrimônio Líquido

A Tabela a seguir, apresenta o Saldo Patrimonial Líquido apurado pelo Estado no período de 2012 a 2014. O Saldo Patrimonial expressa o resultado do confronto entre o Ativo Real e o Passivo Real.



**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ**  
**Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury**



**Tabela 6 - EVOLUÇÃO DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO DOS TRÊS ÚLTIMOS EXERCÍCIOS**

<b>PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>	<b>2012</b>	<b>2013</b>	<b>2014</b>
ATIVO FINANCEIRO	6.302.294	5.925.899	4.800.833
ATIVO PERMANENTE	20.361.352	22.655.537	25.837.457
<b>SOMA DO ATIVO REAL</b>	<b>26.663.646</b>	<b>28.581.436</b>	<b>30.638.291</b>
PASSIVO FINANCEIRO	5.207.384	5.361.541	4.317.667
PASSIVO PERMANENTE	19.015.025	20.038.667	21.716.511
<b>SOMA DO PASSIVO REAL</b>	<b>24.222.409</b>	<b>25.400.208</b>	<b>26.034.178</b>
<b>SALDO PATRIMONIAL</b>	<b>2.441.237</b>	<b>3.181.227</b>	<b>4.604.113</b>

Fonte : SEFA

Pelo Balanço Patrimonial do Estado do Paraná constata-se o valor Patrimônio Líquido no encerramento de cada exercício. Em 2012, houve Ativo Real Líquido de R\$ 2.441,2, milhões, decorrentes da diferença entre o Ativo Real de R\$ 26.663,6 milhões e o Passivo Real de R\$ 24.222,4 milhões. Em 2013, ocorreu Ativo Real Líquido de R\$ 3.181,2 milhões, oriundos da diferença entre o Ativo Real de R\$ 28.581,4 milhões e o Passivo Real de R\$ 25.400,2 milhões. Em 2014, ocorreu igualmente Ativo Real Líquido de R\$ 4.604,1 milhões, oriundos da diferença entre o Ativo Real de R\$ 30.638,2 milhões e o Passivo Real de R\$ 26.034,1 milhões.

Na evolução do Patrimônio Líquido do período, de 2012 para 2013, houve uma variação positiva de R\$ 739.990,3 milhões produzindo Patrimônio Líquido positivo. De 2013 para 2014 houve uma variação positiva de R\$ 1.422.885,8 milhões, produzindo novo Patrimônio Líquido positivo. Considerando o período de 2012 a 2014, houve uma variação credora positiva que determinou o total favorável de R\$ 2.162.876,2 milhões representando o Patrimônio Líquido do Estado.

#### **4. Situação Atuarial do Regime Próprio de Previdência Social do Estado do Paraná**

Os resultados da Avaliação Atuarial do Regime Próprio de Previdência Social do Estado do Paraná - RPPS são apresentados na Nota Técnica NT/ATUÁRIA nº 22/2014 e levam em consideração a reestruturação dos Fundos Previdenciários do Estado do Paraná estabelecidos pela Lei Estadual nº 17.435, de 21 de dezembro de 2012. Os resultados dimensionam os compromissos com benefícios previdenciários dos Fundos, em específico verificar o equilíbrio financeiro e atuarial do FUNDO DE PREVIDÊNCIA, integrante do Plano Previdenciário, que tem finalidade de acumulação de recursos necessários para o pagamento dos compromissos do Plano.

*[Assinaturas manuscritas]*



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ  
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury



Os cálculos elaborados levam em consideração os parâmetros atuariais mínimos e máximos estabelecidos pela Portaria MPS nº403/2008 e demais orientações legislativas sobre a matéria, em especial a Constituição Federal e a Lei Federal nº9.717/1998.

Os segurados ativos, aposentados e pensionistas são segregados nos Fundos Previdenciários constituídos pela Lei PR nº17.435/2012, FUNDO DE PREVIDÊNCIA, FUNDO FINANCEIRO e FUNDO MILITAR, conforme critérios descritos a seguir:

**FUNDO DE PREVIDÊNCIA - FP:** servidores ativos que ingressaram ou venham a ingressar no serviço público estadual posteriormente a 31/12/2003, data da publicação da Emenda Constitucional nº41, e inativos e pensionistas que em 21/12/2012, data da publicação da Lei PR nº17.435, eram segurados do FUNDO DE PREVIDÊNCIA.

**FUNDO FINANCEIRO - FF:** servidores ativos que ingressaram no serviço público estadual anteriormente a 31/12/2003, data da publicação da Emenda Constitucional nº41, e inativos e pensionistas que em 21/12/2012, data da publicação da Lei PR nº17.435, eram segurados do FUNDO FINANCEIRO.

**FUNDO MILITAR - FM:** todos os militares do Estado e seus dependentes.

**BALANÇO ATUARIAL DO FUNDO DE PREVIDÊNCIA**

Item	Valores (R\$)
Total de Encargos (1)	49.500.062.833,66
Total de Receitas (2)	41.817.578.616,83
Reserva Matemática (3)=(1)-(2)	7.682.484.216,83
Ativos Financeiros (4)	7.327.384.608,59
Parcelamento de Débitos Previdenciários (5)	593.248.545,69
Total de Ativos (6)=(4)+(5)	7.920.633.154,28
Resultado Atuarial (7)=(6)-(3)	238.148.937,45

Conforme critérios estabelecidos em Lei, o FUNDO DE PREVIDÊNCIA promove a cobertura a 77.841 servidores ativos e a 13.763 inativos e pensionistas, o que gera um total de 91.604 segurados.

Conforme prevê a Lei Estadual nº 17.435/2012, este Fundo é financiado pelo regime de capitalização e os valores expressos levam em consideração a taxa de desconto atuarial de 5,50% ao ano, estabelecida como meta atuarial neste exercício.

O valor presente do total das obrigações do FUNDO DE PREVIDÊNCIA é de R\$ 49,5 bilhões e o valor presente do total das receitas previstas, com base no plano de custeio, é de R\$ 41,8 bilhões, o que resulta em uma Reserva Matemática projetada de R\$ 7,7 bilhões.

*[Assinaturas manuscritas]* 24



**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ**  
**Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury**



O total de recursos financeiros já capitalizados e segregados para composição do FUNDO DE PREVIDÊNCIA é de R\$ 7,9 bilhões. O resultado técnico da Avaliação Atuarial apresenta Equilíbrio Técnico do Plano Previdenciário reestruturado, com superávit na ordem de R\$ 238 milhões. Este equilíbrio atuarial decorre de todo o plano contributivo ao Fundo e pelo sistema projetado de custeio Adicional e Suplementar a encargo do Estado.

2. FUNDO FINANCEIRO - FF: servidores ativos que ingressaram no serviço público estadual anteriormente a 31/12/2003, data da publicação da Emenda Constitucional nº 41, e inativos e pensionistas que em 21/12/2012, data da publicação da Lei Estadual nº 17.435/2012, eram segurados do FUNDO FINANCEIRO.

**BALANÇO ATUARIAL DO FUNDO FINANCEIRO**

Item	Valores (R\$)
Total de Encargos (1)	202.253.623.345,56
Total de Receitas (2)	16.307.455.217,02
Insuficiência Financeira (3)=(1)-(2)	185.946.168.128,54

O FUNDO FINANCEIRO possui 135.830 segurados, sendo 60.769 ativos e 75.061 inativos e pensionistas. Os custos totais dos compromissos deste Fundo, ao longo do tempo, por ser financiado por repartição simples e conforme orientação do Ministério da Previdência Social - MPS são avaliados sem considerar a taxa de desconto atuarial e possuem o valor presente de R\$ 202,3 bilhões, que comparando-se com o total das receitas contributivas previstas de R\$ 16,3 bilhões, resulta em uma Insuficiência Financeira de R\$ 185,9 bilhões.

Pelo mecanismo de financiamento deste Fundo, tais valores representam o total de aportes futuros necessários, que o Tesouro Estadual deverá fazer ao longo do tempo, para complementação da folha de benefícios dos segurados deste Fundo.

**3. FUNDO MILITAR - FM: todos os militares do Estado e seus dependentes.**

Com base na legislação citada, no cadastro de segurados e nos parâmetros atuariais utilizados, foram obtidos os seguintes valores representativos da situação atuarial do FUNDO MILITAR:

**BALANÇO ATUARIAL DO FUNDO MILITAR**

Item	Valores (R\$)
Total de Encargos (1)	141.895.540.832,45
Total de Receitas (2)	27.142.180.447,50
Insuficiência Financeira (3)=(1)-(2)	114.753.360.384,95



**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ**  
**Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury**



São segurados deste Fundo 37.055 militares do Estado, sendo 19.643 ativos e 17.412 inativos e pensionistas. Os compromissos do Fundo Militar, também são avaliados sem considerar taxa atuarial e possuem o valor presente de R\$ 141,9 bilhões, que deduzindo-se do total das receitas contributivas previstas de R\$ 27,1 bilhões, resulta em uma Insuficiência Financeira de R\$ 114,8 bilhões.

O FUNDO MILITAR também é financiado por repartição simples, e os valores representam os aportes necessários para complementação da folha de benefícios dos segurados do Fundo ao longo do tempo.

#### COMENTÁRIOS FINAIS

De certa forma, projeções e avaliações atuariais na Previdência Funcional, pela própria natureza dos elementos que compõem as hipóteses atuarias, caracterizam-se como uma projeção futura extremamente sensível, mesmo amparada por técnicas atuariais sustentáveis. No entanto, estas projeções possibilitam o dimensionamento dos compromissos previdenciários da Entidade e indicam os procedimentos necessários ao custeio destas obrigações.

Ressalta-se que o conceito de solvência desenvolvido e constante na Lei estadual nº 17.435/2012, e o acompanhamento da aderência das hipóteses atuariais, constituem-se como aspectos fundamentais na elaboração deste plano de capitalização reestruturado e, por isso mesmo, devem ser alvo de contínuo acompanhamento e validação.

Por último, ressalta-se que a PARANAPREVIDÊNCIA, como único órgão gestor da previdência do Estado do Paraná, constitui-se como a Entidade competente para a gestão dos Fundos Previdenciários constituídos pela reestruturação da previdência social do Estado.

#### 5. Margem de Expansão das Despesas Obrigatórias de Caráter Continuado

A Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal – LRF), estabeleceu o Demonstrativo de Expansão das Despesas Obrigatórias de Caráter Continuado para assegurar que não haverá a criação de nova despesa sem fontes consistentes de financiamento, entendidas essas como aumento permanente de Receita ou Redução de outra Despesa de Caráter Continuado.

São consideradas despesas obrigatórias de caráter continuado, as despesas correntes derivadas de lei, medida provisória ou ato administrativo normativo que fixem, para o ente público, a obrigação legal de sua execução por um período superior a dos exercícios, de acordo com o art. 17 da Lei Complementar nº 101/00.

Estas despesas, por apresentarem caráter de acréscimo permanente, somente poderão ser financiadas por acréscimos permanentes de arrecadação.

A Tabela a seguir apresenta a margem de expansão para o exercício de 2016.

*[Assinaturas manuscritas e rubrica]*





ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ  
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury



TABELA 07 - SALDO DA MARGEM DE EXPANSÃO - 2016

EVENTOS	Valor Previsto
Aumento Permanente da Receita	2.179.627
(-) Transferências Constitucionais	580.447
(-) Transferências ao FUNDEB	237.196
Saldo	1.361.984
Despesas Comprometidas	1.361.985
Margem de Expansão	0

*[Handwritten signatures and initials]*



## ANEXO II – RISCOS FISCAIS

Considerando que a finalidade primordial do Estado é promover o bem estar das pessoas, exercendo de forma eficaz, eficiente e efetiva a atividade financeira que lhe compete, captando, gerindo e despendendo recursos.

Considerando que as obrigações financeiras do Estado apresentam-se como um ramo da atividade financeira do Estado que engloba os compromissos governamentais destinados ao funcionamento da Administração Pública.

Considerando que os riscos fiscais podem ser entendidos como os riscos provenientes das obrigações financeiras do Estado.

O art. 4.º, § 3.º, da Lei Complementar Federal n.º 101, de 4 de maio de 2000, determina que a Lei de Diretrizes contemple o Anexo de Riscos Fiscais, onde serão avaliados os passivos contingentes e outros riscos capazes de afetar as contas públicas, informando as providências, caso se concretize.

O presente Anexo elenca os riscos fiscais e passivos contingentes que possam afetar as contas públicas do Paraná no período a que se refere a LDO 2016.

### RISCOS FISCAIS NA RECEITA

Verificou-se, na aplicação do modelo, a necessidade de reavaliar os valores aprovados para Orçamento 2015 – Lei 18409/2014 de 29/12/2014. O impacto desta reavaliação é uma redução de 3,2% no valor previsto para a rubrica Receitas Correntes. Este ajuste representa R\$ 925,6 milhões a menos no total das Receitas Correntes em comparação com o valor inicial do Orçamento – cujos valores não seguiram as projeções realizadas pela Secretaria de Estado da Fazenda – SEFA.

Nesta revisão estão incluídos os impactos da Lei 18.371/2014 (ICMS - R\$ 1,0 bilhão; IPVA - R\$ 633,0 milhões), do reajuste dos preços administrados – energia elétrica e combustíveis (ICMS - R\$ 1,53 bilhão) e da prorrogação do recolhimento decendial.

Levando-se em consideração que tais ações têm por objetivo causar um impacto permanente na arrecadação de tributos, para concluir esta previsão foram utilizados os percentuais de crescimento apontados pelo modelo para o período 2016 a 2019, tomando-se por base os valores de 2015. Percebe-se um forte crescimento na rubrica IPVA 100%, impulsionado pela Lei 18.371/2014. A partir de 2016 o crescimento da estimativa de arrecadação de IPVA retoma seu curso normal, o qual inclui a renovação da frota e a atualização dos preços de veículos usados.

Contudo, para a estimativa de ICMS 100% do exercício 2016, ainda foi necessário recalcular o impacto da Lei 18.371/2014, pois sua eficácia trouxe reflexos para a arrecadação a partir do mês de maio/2015. Desta forma, o impacto residual da legislação foi de um incremento estimado em R\$ 539,3 milhões. Em contrapartida foram deduzidos da arrecadação do exercício R\$ 439,0 milhões relativos aos recolhimentos decendiais, cujo término se dará em dezembro/2015, transferindo este montante para 2015. Como resultado há um crescimento irregular do ICMS no período 2015 a 2017.



**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ**  
**Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury**



Como houve um número significativo de alterações é de se esperar que a margem de erro seja maior do que a registrada em exercícios anteriores. Serão necessárias pelo menos 24 observações após a implantação das medidas para que a série possa ser reavaliada, o que compromete a acurácia das previsões nos próximos dois anos.

Para o IPVA e para o ITCMD, bem como para seus respectivos acessórios, cuja arrecadação conjunta representou 9,9% do total de Receitas Tributárias próprias em 2014, optou-se por aplicar, na previsão das receitas, a média de crescimento verificada no período 2011 a 2014 – excluídas receitas extraordinárias.

**Despesa**

**Precatórios**

Outro evento que afetará o equilíbrio das contas públicas refere-se a decisão do Supremo Tribunal Federal – STF quanto a declaração de inconstitucionalidade da Emenda Constitucional nº 62, de 2009.

Segundo a decisão, recentemente tomada pelo Superior Tribunal Federal em questão de ordem nas Ações Diretas de Inconstitucionalidade (ADIs) 4357 e 4425, fica mantido parcialmente o regime especial criado pela Emenda Constitucional nº 62/2009, pelo período de cinco anos, contados a partir de janeiro de 2016.

Foi ainda fixado um novo índice de correção monetária (IPCA-E) e estabelecida a possibilidade de compensação de precatórios vencidos com o estoque de créditos já inscritos em dívida ativa.

Portanto, para os próximos exercícios financeiros, o Estado do Paraná deverá se enquadrar neste novo regramento até um novo entendimento da Superior Corte, haja vista que a decisão proferida possui caráter provisório.

*[Handwritten signatures and initials]*

**PROJETO DE LEI 327/2015**

Instituição da Política Estadual de Proteção e Defesa Civil – PEPDEC, e adoção de outras providências.

***A Assembleia Legislativa do Estado do Paraná  
decretou e eu sanciono a seguinte lei:***

**CAPÍTULO I  
DISPOSIÇÕES GERAIS**

**Art. 1º** Esta Lei institui a Política Estadual de Proteção e Defesa Civil – PEPDEC.

**§ 1º** O Sistema Estadual de Proteção e Defesa Civil - SEPDEC, responsável por executar a PEPDEC, tem como finalidade a coordenação das medidas de natureza permanente, destinadas a prevenir ou minimizar as consequências danosas de eventos anormais e adversos, previsíveis ou não e, ainda, socorrer e assistir as populações e áreas por esses atingidos.

**§ 2º** Estão sujeitos a esta política os seguintes órgãos do Sistema Estadual de Proteção e Defesa Civil:

I - órgão colegiado: Conselho Estadual de Proteção e Defesa Civil –CEPRODEC;

II - órgão central: Coordenadoria Estadual de Proteção e Defesa Civil – CEPDEC;

III - órgãos regionais: Coordenadorias Regionais de Proteção e Defesa Civil – CORPDEC;

IV - órgãos municipais: órgãos de coordenação de proteção e defesa civil no município;

V - órgãos setoriais das 3 (três) esferas de governo;

VI - órgão de assessoramento: Centro de Estudos e Pesquisas sobre Desastres – CEPED/PR, da Casa Militar.

**§ 3º** As definições técnicas para a aplicação desta Lei estabelecem-se por ato do Poder Executivo.

**§ 4º** Os conceitos e terminologias adotados nesta política são os mesmos estabelecidos pelo Sistema Nacional de Proteção e Defesa Civil.

**Art. 2º** As ações de proteção e defesa civil constituem-se em atividades de caráter permanente, nas situações de normalidade como de anormalidade, sendo desencadeadas em ações globais de prevenção, mitigação, preparação, resposta e recuperação.

## **CAPÍTULO II** **DA POLÍTICA ESTADUAL DE PROTEÇÃO E DEFESA CIVIL – PEPDEC**

### **Seção I** **Diretrizes e Objetivos**

**Art. 3º** A PEPDEC abrange as ações de prevenção, mitigação, preparação, resposta e recuperação voltadas à redução de desastres no Estado do Paraná.

**Parágrafo único.** A PEPDEC deve se integrar às políticas de ordenamento territorial, desenvolvimento urbano, saúde, meio ambiente, mudanças climáticas, gestão de recursos hídricos, geologia, infraestrutura, educação, ciência e tecnologia e às demais políticas setoriais, tendo em vista a promoção do desenvolvimento sustentável.

**Art. 4º** São diretrizes da PEPDEC:

I - atuação articulada entre o Estado, a União e os Municípios, para redução de desastres e apoio às comunidades atingidas;

II - abordagem sistêmica das ações de prevenção, mitigação, preparação, resposta e recuperação;

III - prioridade às ações preventivas relacionadas à redução de desastres;

IV - adoção da bacia hidrográfica como unidade de análise e planejamento para as ações de proteção e defesa civil para os desastres relacionados a corpos hídricos;

V - planejamento com base em pesquisas e estudos sobre áreas de atenção, áreas de risco e áreas de incidência de desastres no território estadual;

VI - participação da sociedade civil e da iniciativa privada.



**Art. 5º** São objetivos da PEPDEC:

- I - reduzir os riscos de desastres;
- II - prestar socorro e assistência às populações atingidas por desastres;
- III - recuperar as áreas afetadas por desastres;
- IV - incorporar a redução dos riscos de desastres e as ações de proteção e defesa civil entre os elementos da gestão territorial e do planejamento das políticas setoriais;
- V - promover a continuidade das ações de proteção e defesa civil;
- VI - estimular o desenvolvimento de cidades resilientes e os processos ambientalmente sustentáveis de urbanização;
- VII - promover a identificação e avaliação das ameaças, suscetibilidades e vulnerabilidades a desastres, de modo a evitar ou reduzir sua ocorrência;
- VIII - monitorar os eventos meteorológicos, hidrológicos, geológicos, químicos, biológicos, radiológicos, nucleares e outras ameaças potencialmente causadoras de desastres;
- IX - produzir alertas antecipados sobre a possibilidade de ocorrência de desastres de origem natural;
- X - estimular o ordenamento da ocupação do solo urbano e rural, tendo em vista a conservação e a proteção da fauna, da flora, do solo, da qualidade do ar, dos recursos hídricos e da vida humana;
- XI - combater a ocupação de áreas vulneráveis a ameaças e a expansão daquelas que se caracterizam como de risco e promover a realocação da população residente nessas áreas, quando for possível, e o desenvolvimento da resiliência quando não houver a possibilidade ou não for indicada a realocação;
- XII - desenvolver na sociedade paranaense a consciência acerca dos riscos de desastres e a adoção de ações preventivas;
- XIII - orientar a população, especialmente no âmbito das comunidades de vizinhança, a adotar comportamentos adequados para os períodos que antecedem, coincidem e sucedem situações de desastre, estimulando a autoproteção;
- XIV - integrar dados em sistema informatizado capaz de subsidiar os órgãos do SEPDEC na previsão e no controle dos efeitos negativos de eventos adversos sobre a população, bens, serviços e o meio ambiente.



**PARANÁ**

GOVERNO DO ESTADO  
Gabinete do Governador

## **Seção II Das Competências**

**Art. 6º** Compete ao Estado:

- I - executar a PEPDEC em seu âmbito territorial;
- II - coordenar as ações do SEPDEC em articulação com a União e com os Municípios;
- III - elaborar, instituir e manter atualizado o Plano Estadual de Proteção e Defesa Civil;
- IV - identificar e mapear as áreas de risco realizando estudos de identificação de ameaças, suscetibilidades e vulnerabilidades, em articulação com a União e os Municípios;
- V - realizar o monitoramento meteorológico, hidrológico, geológico, oceanográfico, biológico, tecnológico e de demais eventos deflagradores de desastres, em articulação com a União e os Municípios;
- VI - apoiar a União, quando solicitado, no reconhecimento de situação de emergência e estado de calamidade pública;
- VII - declarar, quando for o caso, situação de emergência ou estado de calamidade pública;
- VIII - homologar situação de emergência ou estado de calamidade pública decretada pelo município afetado por eventos adversos desde que sejam atendidos os critérios estabelecidos por regulamentação específica;
- IX - apoiar os Municípios, sempre que necessário, no levantamento das áreas de atenção e de risco, na elaboração dos Planos de Contingência de Proteção e Defesa Civil, na divulgação de protocolos de prevenção e alerta e de ações emergenciais, bem como na realização de exercícios simulados;
- X - manter operantes a CEPDEC e as CORPDEC utilizando-se da estrutura institucional de pessoal, operacional e administrativa do Comando do Corpo de Bombeiros, de forma a apoiar os municípios na realização das ações de proteção e defesa civil, promovendo a integração entre a coordenação estadual e os municípios;
- XI - executar, sob coordenação da CEPDEC, ações de proteção e defesa civil por meio do Comando do Corpo de Bombeiros, respeitadas suas atribuições legais;
- XII - estimular a criação e o fortalecimento, nos municípios, de um órgão de Coordenação Municipal de Proteção e Defesa Civil;

XIII - apoiar os municípios no desenvolvimento, implementação e operação dos sistemas locais de alerta precoce;

XIV - estimular os municípios para que procedam a criação de conselhos municipais de gestão de riscos de desastres ou de proteção e defesa civil;

XV - apoiar a pesquisa, o ensino, a extensão e a inovação tecnológica em redução de riscos de desastres, estimulando a atuação em rede, sob a coordenação do SEPDEC.

**Parágrafo único.** O Plano Estadual de Proteção e Defesa Civil conterá, no mínimo:

I - a identificação das bacias hidrográficas e demais unidades territoriais, com risco de ocorrência de desastres;

II - as diretrizes de ação governamental de proteção e defesa civil no âmbito estadual, em especial no que se refere à implantação da rede de monitoramento meteorológico, hidrológico e geológico das bacias com risco de desastre;

III - a definição das atribuições setoriais específicas visando a elaboração dos planos setoriais de proteção e defesa civil pelas instituições que integram o SEPDEC.

**Art. 7º** Compete aos Municípios:

I - executar a PEPDC em âmbito local;

II - coordenar as ações de proteção e defesa civil no âmbito local, em articulação com o Estado e a União;

III - incorporar as ações de proteção e defesa civil ao planejamento municipal, especialmente ao Plano Diretor Municipal - PDM;

IV - identificar e mapear as áreas de suscetibilidade a ocorrência de eventos adversos;

V - identificar e mapear as áreas de atenção e as áreas de risco de desastres;

VI - promover a fiscalização das áreas de risco de desastres e vedar novas ocupações nessas áreas;

VII - promover medidas voltadas à redução das áreas de risco de desastres e a mitigação dos riscos existentes;

VIII - declarar situação de emergência e estado de calamidade pública quando ocorrerem eventos caracterizados como desastres, de acordo com a legislação em vigor;

IX - vistoriar edificações e áreas com risco de desastres e promover, quando for o caso, a intervenção preventiva, a interdição de acesso e a evacuação da população;

X - organizar e administrar abrigos provisórios, em condições adequadas de higiene e segurança, para assistência à população em situação de desastre;

XI - manter a população informada sobre áreas de risco e ocorrência de eventos adversos, bem como sobre protocolos de preparação e alerta para as ações emergenciais;

XII - mobilizar e capacitar radioamadores para atuação na ocorrência de desastres, em consonância com a Rede Estadual de Emergência de Radioamadores - REER;

XIII - elaborar Plano de Contingência de Proteção e Defesa Civil, em conformidade com as diretrizes da CEPDEC, devendo ser anualmente atualizado e validado em audiência pública promovida em conjunto com o poder legislativo municipal;

XIV - realizar regularmente exercícios simulados, conforme Plano de Contingência de Proteção e Defesa Civil;

XV - promover a coleta, a armazenagem, a distribuição e o controle de suprimentos em situações de desastres;

XVI - realizar a prestação de contas da utilização de todo material para socorro e assistência a vítimas de desastres, recebido do governo estadual, conforme resolução da CEPDEC;

XVII - proceder a avaliação de danos e prejuízos das áreas afetadas por desastres;

XVIII - manter o Estado e a União informados sobre a ocorrência de desastres e as atividades de proteção e defesa civil no Município;

XIX - utilizar o Sistema Informatizado de Defesa Civil - SISDC/PR para o registro das ocorrências e de ações de proteção e defesa civil;

XX - estimular a participação de entidades privadas, associações de voluntários, clubes de serviços, organizações não governamentais e associações de classe e comunitárias nas ações do SEPDEC, promovendo o treinamento para atuação conjunta, em apoio ao órgão municipal de coordenação de proteção e defesa civil;



XXI - elaborar e manter atualizado o Plano Municipal de Proteção e Defesa Civil contendo as principais diretrizes para a gestão de riscos e desastres, promovendo a participação de representantes da sociedade civil organizada e de lideranças sociais;

XXII - instalar os Conselhos Municipais de Gestão de Riscos e Desastres ou de Proteção e Defesa Civil para auxiliar na elaboração e revisão de planos, bem como no acompanhamento e fiscalização da implementação das políticas estadual, nacional e municipal de Proteção e Defesa Civil;

XXIII - providenciar moradia temporária às famílias atingidas por desastres;

XXIV - instalar sistemas locais de alerta precoce nas áreas de risco;

XXV - informar a população sobre os riscos de desastres de forma ampla e com linguagem acessível;

XXVI - elaborar o Plano de implantação de obras e serviços para a redução de riscos de desastres, conforme orientações da CEPDEC;

XXVII - Manter operante a Coordenadoria Municipal de Proteção e Defesa Civil – COMPDEC, promovendo a integração com as demais instituições públicas locais.

§ 1º O Plano Municipal de Proteção e Defesa Civil conterá, no mínimo, a definição de metas, diretrizes e as ações de proteção e defesa civil bem como seus reflexos, as ações a serem desenvolvidas por todos os setores de atuação do governo municipal, sobre as áreas setoriais para horizontes de médio e longo prazos.

§ 2º O Plano Municipal de Contingência conterá, pelo menos, cadastro das áreas de atenção, de abrigos, de recursos, ações operacionais, organização dos exercícios simulados e localização dos centros de recepção de ajuda humanitária.

**Art. 8º** Compete ao Estado e aos Municípios:

I – estimular a cultura de prevenção de desastres, destinada ao desenvolvimento da consciência estadual acerca dos riscos de desastre;

II – estimular comportamentos de prevenção, mitigação e preparação capazes de evitar ou minimizar a ocorrência de desastres e suas consequências;

III – estimular a reorganização do setor produtivo e a reestruturação econômica das áreas atingidas por desastres;



IV – estabelecer medidas preventivas, mitigatórias e preparatórias de segurança contra desastres em escolas, hospitais e edificações públicas situadas em áreas de risco e áreas de atenção;

V – oferecer capacitação de recursos humanos para as ações de proteção e defesa civil;

VI – fornecer dados e informações para o sistema nacional e estadual de informações e monitoramento de desastres;

VII – promover o planejamento integrado visando a redução do risco de desastres em regiões metropolitanas ou aglomerações urbanas.

**Art. 9º** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

MENSAGEM

Nº022 /2015

Curitiba, 23 de abril de 2015.



LIDO NO EXPEDIENTE  
CONCEDIDO APOIAMENTO À D. L.

Em, 04 MAIO 2015

1º Secretário

Senhor Presidente,

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para ser apreciado por essa Assembleia Legislativa, Anteprojeto de Lei que objetiva Instituir a Política Estadual de Proteção e Defesa Civil – PEPDEC, assim como adotar outras providências.

A presente medida revela-se compatível com as disposições da Lei Federal nº 12.608, de 10 de abril de 2012, que instituiu a Política Nacional de Proteção e Defesa Civil, bem como dispôs sobre o Sistema Nacional de Proteção e Defesa Civil. Destarte, o anexo Anteprojeto de Lei, elaborado pela Coordenadoria Estadual de Defesa Civil e aprovada pelo Conselho Estadual de Proteção e Defesa Civil, contempla, ao instituir a Política Estadual de Proteção e Defesa Civil, disposições gerais, diretrizes e objetivos, competências afetas ao Estado e aos Municípios e, por fim, prevê que o Estado disporá de um fundo de recursos financeiros específicos para atendimento às ações de proteção e defesa civil, o qual, oportunamente, deverá ser instituído por lei.

Convém esclarecer que o Sistema Estadual de Proteção e Defesa Civil, bem como o Conselho Estadual de Proteção e Defesa Civil, entre outros aspectos, foram instituídos no Estado do Paraná por intermédio do Decreto nº 9.557/2013.

Certo de que a medida merecerá dessa Assembleia Legislativa o necessário apoio e consequente aprovação, reitero a Vossa Excelência meus protestos de apreço e consideração.

  
**CARLOS ALBERTO RICHIA**  
Governador do Estado

Excelentíssimo Senhor  
Deputado ADEMAR TRAIANO  
Presidente da Assembleia Legislativa do Estado  
N/CAPITAL

AJB/Prot. 13.524.661-1

I – DAP para leitura no expediente.  
II – A DL para providências.  
Em, 30/04/2015

Presidente



RECEBUEMOS 2015 002100 DAP ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO PARANÁ



**Presidência da República**  
**Casa Civil**  
**Subchefia para Assuntos Jurídicos**



**LEI Nº 12.608, DE 10 DE ABRIL DE 2012,**

Institui a Política Nacional de Proteção e Defesa Civil - PNPDEC; dispõe sobre o Sistema Nacional de Proteção e Defesa Civil - SINPDEC e o Conselho Nacional de Proteção e Defesa Civil - CONPDEC; autoriza a criação de sistema de informações e monitoramento de desastres; altera as Leis nºs 12.340, de 12 de dezembro de 2010, 10.257, de 10 de julho de 2001, 6.766, de 19 de dezembro de 1979, 8.239, de 4 de outubro de 1991, e 9.394, de 20 de dezembro de 1996; e dá outras providências.

Vigência

Conversão da Medida Provisória nº 547, de 2011)

O VICE-PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no exercício do cargo de PRESIDENTE DA REPÚBLICA Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

**CAPÍTULO I**

**DISPOSIÇÕES GERAIS**

Art. 1º Esta Lei institui a Política Nacional de Proteção e Defesa Civil - PNPDEC, dispõe sobre o Sistema Nacional de Proteção e Defesa Civil - SINPDEC e o Conselho Nacional de Proteção e Defesa Civil - CONPDEC, autoriza a criação de sistema de informações e monitoramento de desastres e dá outras providências.

Parágrafo único. As definições técnicas para aplicação desta Lei serão estabelecidas em ato do Poder Executivo federal.

Art. 2º É dever da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios adotar as medidas necessárias à redução dos riscos de desastre. (Regulamento)

§ 1º As medidas previstas no caput poderão ser adotadas com a colaboração de entidades públicas ou privadas e da sociedade em geral.

§ 2º A incerteza quanto ao risco de desastre não constituirá óbice para a adoção das medidas preventivas e mitigadoras da situação de risco.

**CAPÍTULO II**

**DA POLÍTICA NACIONAL DE PROTEÇÃO E DEFESA CIVIL - PNPDEC**

**Seção I**

**Diretrizes e Objetivos**

Art. 3º A PNPDEC abrange as ações de prevenção, mitigação, preparação, resposta e recuperação voltadas à proteção e defesa civil.

Parágrafo único. A PNPDEC deve integrar-se às políticas de ordenamento territorial, desenvolvimento urbano, saúde, meio ambiente, mudanças climáticas, gestão de recursos hídricos, geologia, infraestrutura, educação, ciência e tecnologia e às demais políticas setoriais, tendo em vista a promoção do desenvolvimento sustentável.

Art. 4º São diretrizes da PNPDEC:

I - atuação articulada entre a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios para redução de desastres e apoio às comunidades atingidas;

II - abordagem sistêmica das ações de prevenção, mitigação, preparação, resposta e recuperação;

III - a prioridade às ações preventivas relacionadas à minimização de desastres;

IV - adoção da bacia hidrográfica como unidade de análise das ações de prevenção de desastres relacionados a corpos d'água;

V - planejamento com base em pesquisas e estudos sobre áreas de risco e incidência de desastres no território nacional;

VI - participação da sociedade civil.

Art. 6º São objetivos da PNPDEC:

I - reduzir os riscos de desastres;

II - prestar socorro e assistência às populações atingidas por desastres;

III - recuperar as áreas afetadas por desastres;

IV - incorporar a redução do risco de desastre e as ações de proteção e defesa civil entre os elementos da gestão territorial e do planejamento das políticas setoriais;

V - promover a continuidade das ações de proteção e defesa civil;

VI - estimular o desenvolvimento de cidades resilientes e os processos sustentáveis de urbanização;

☒ VII - promover a identificação e avaliação das ameaças, suscetibilidades e vulnerabilidades a desastres, de modo a evitar ou reduzir sua ocorrência;

VIII - monitorar os eventos meteorológicos, hidrológicos, geológicos, biológicos, nucleares, químicos e outros potencialmente causadores de desastres;

IX - produzir alertas antecipados sobre a possibilidade de ocorrência de desastres naturais;

X - estimular o ordenamento da ocupação do solo urbano e rural, tendo em vista sua conservação e a proteção da vegetação nativa, dos recursos hídricos e da vida humana;

XI - combater a ocupação de áreas ambientalmente vulneráveis e de risco e promover a realocação da população residente nessas áreas;

XII - estimular iniciativas que resultem na destinação de moradia em local seguro;

XIII - desenvolver consciência nacional acerca dos riscos de desastre;

☒ XIV - orientar as comunidades a adotar comportamentos adequados de prevenção e de resposta em situação de desastre e promover a autoproteção; e

XV - integrar informações em sistema capaz de subsidiar os órgãos do SINPDEC na previsão e no controle dos efeitos negativos de eventos adversos sobre a população, os bens e serviços e o meio ambiente.

## Seção II

### Das Competências dos Entes Federados

Art. 6º Compete à União:

I - expedir normas para implementação e execução da PNPDEC;

II - coordenar o SINPDEC, em articulação com os Estados, o Distrito Federal e os Municípios;

III - promover estudos referentes às causas e possibilidades de ocorrência de desastres de qualquer origem, sua incidência, extensão e consequência;

IV - apoiar os Estados, o Distrito Federal e os Municípios no mapeamento das áreas de risco, nos estudos de identificação de ameaças, suscetibilidades, vulnerabilidades e risco de desastre e nas demais ações de prevenção, mitigação, preparação, resposta e recuperação;

V - instituir e manter sistema de informações e monitoramento de desastres;



VI - instituir e manter cadastro nacional de municípios com áreas suscetíveis à ocorrência de deslizamentos de grande impacto, inundações bruscas ou processos geológicos ou hidrológicos correlatos;

VII - instituir e manter sistema para declaração e reconhecimento de situação de emergência ou de estado de calamidade pública;

VIII - instituir o Plano Nacional de Proteção e Defesa Civil;

IX - realizar o monitoramento meteorológico, hidrológico e geológico das áreas de risco, bem como dos riscos biológicos, nucleares e químicos, e produzir alertas sobre a possibilidade de ocorrência de desastres, em articulação com os Estados, o Distrito Federal e os Municípios;

X - estabelecer critérios e condições para a declaração e o reconhecimento de situações de emergência e estado de calamidade pública;

XI - incentivar a instalação de centros universitários de ensino e pesquisa sobre desastres e de núcleos multidisciplinares de ensino permanente e a distância, destinados à pesquisa, extensão e capacitação de recursos humanos, com vistas no gerenciamento e na execução de atividades de proteção e defesa civil;

XII - fomentar a pesquisa sobre os eventos deflagradores de desastres; e

XIII - apoiar a comunidade docente no desenvolvimento de material didático-pedagógico relacionado ao desenvolvimento da cultura de prevenção de desastres.

§ 1º O Plano Nacional de Proteção e Defesa Civil conterá, no mínimo:

I - a identificação dos riscos de desastres nas regiões geográficas e grandes bacias hidrográficas do País; e

II - as diretrizes de ação governamental de proteção e defesa civil no âmbito nacional e regional, em especial quanto à rede de monitoramento meteorológico, hidrológico e geológico e dos riscos biológicos, nucleares e químicos e à produção de alertas antecipados das regiões com risco de desastres.

§ 2º Os prazos para elaboração e revisão do Plano Nacional de Proteção e Defesa Civil serão definidos em regulamento.

Art. 7º Compete aos Estados:

I - executar a PNPDEC em seu âmbito territorial;

II - coordenar as ações do SINPDEC em articulação com a União e os Municípios;

III - instituir o Plano Estadual de Proteção e Defesa Civil;

IV - identificar e mapear as áreas de risco e realizar estudos de identificação de ameaças, suscetibilidades e vulnerabilidades, em articulação com a União e os Municípios;

V - realizar o monitoramento meteorológico, hidrológico e geológico das áreas de risco, em articulação com a União e os Municípios;

VI - apoiar a União, quando solicitado, no reconhecimento de situação de emergência e estado de calamidade pública;

VII - declarar, quando for o caso, estado de calamidade pública ou situação de emergência; e

VIII - apoiar, sempre que necessário, os Municípios no levantamento das áreas de risco, na elaboração dos Planos de Contingência de Proteção e Defesa Civil e na divulgação de protocolos de prevenção e alerta e de ações emergenciais.

Parágrafo único. O Plano Estadual de Proteção e Defesa Civil conterá, no mínimo:

I - a identificação das bacias hidrográficas com risco de ocorrência de desastres; e

II - as diretrizes de ação governamental de proteção e defesa civil no âmbito estadual, em especial no que se refere à implantação da rede de monitoramento meteorológico, hidrológico e geológico das bacias com risco de desastre.

Art. 8º Compete aos Municípios:





- I - executar a PNPDEC em âmbito local;
- II - coordenar as ações do SINPDEC no âmbito local, em articulação com a União e os Estados;
- III - incorporar as ações de proteção e defesa civil no planejamento municipal;
- IV - identificar e mapear as áreas de risco de desastres;
- V - promover a fiscalização das áreas de risco de desastre e vedar novas ocupações nessas áreas;
- VI - declarar situação de emergência e estado de calamidade pública;
- VII - vistoriar edificações e áreas de risco e promover, quando for o caso, a intervenção preventiva e a evacuação da população das áreas de alto risco ou das edificações vulneráveis;
- VIII - organizar e administrar abrigos provisórios para assistência à população em situação de desastre, em condições adequadas de higiene e segurança;
- IX - manter a população informada sobre áreas de risco e ocorrência de eventos extremos, bem como sobre protocolos de prevenção e alerta e sobre as ações emergenciais em circunstâncias de desastres;
- X - mobilizar e capacitar os radioamadores para atuação na ocorrência de desastre;
- XI - realizar regularmente exercícios simulados, conforme Plano de Contingência de Proteção e Defesa Civil;
- XII - promover a coleta, a distribuição e o controle de suprimentos em situações de desastre;
- XIII - proceder à avaliação de danos e prejuízos das áreas atingidas por desastres;
- XIV - manter a União e o Estado informados sobre a ocorrência de desastres e as atividades de proteção civil no Município;
- XV - estimular a participação de entidades privadas, associações de voluntários, clubes de serviços, organizações não governamentais e associações de classe e comunitárias nas ações do SINPDEC e promover o treinamento de associações de voluntários para atuação conjunta com as comunidades atingidas; e
- XVI - prover solução de moradia temporária às famílias atingidas por desastres.

Art. 9º Compete à União, aos Estados e aos Municípios:

- I - desenvolver cultura nacional de prevenção de desastres, destinada ao desenvolvimento da consciência nacional acerca dos riscos de desastre no País;
- II - estimular comportamentos de prevenção capazes de evitar ou minimizar a ocorrência de desastres;
- III - estimular a reorganização do setor produtivo e a reestruturação econômica das áreas atingidas por desastres;
- IV - estabelecer medidas preventivas de segurança contra desastres em escolas e hospitais situados em áreas de risco;
- V - oferecer capacitação de recursos humanos para as ações de proteção e defesa civil; e
- VI - fornecer dados e informações para o sistema nacional de informações e monitoramento de desastres.

### CAPÍTULO III

#### DO SISTEMA NACIONAL DE PROTEÇÃO E DEFESA CIVIL - SINPDEC

##### Seção I

##### Disposições Gerais

Art. 10. O SINPDEC é constituído pelos órgãos e entidades da administração pública federal, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios e pelas entidades públicas e privadas de atuação significativa na área de proteção e defesa civil.

Parágrafo único. O SINPDEC tem por finalidade contribuir no processo de planejamento, articulação, coordenação e execução dos programas, projetos e ações de proteção e defesa civil.



Art. 11. O SINPDEC será gerido pelos seguintes órgãos:

- I - órgão consultivo: CONPDEC;
- II - órgão central, definido em ato do Poder Executivo federal, com a finalidade de coordenar o sistema;
- III - os órgãos regionais estaduais e municipais de proteção e defesa civil; e
- IV - órgãos setoriais dos 3 (três) âmbitos de governo.

Parágrafo único. Poderão participar do SINPDEC as organizações comunitárias de caráter voluntário ou outras entidades com atuação significativa nas ações locais de proteção e defesa civil.

## Seção II

### Do Conselho Nacional de Proteção e Defesa Civil - CONPDEC

Art. 12. O CONPDEC, órgão colegiado integrante do Ministério da Integração Nacional, terá por finalidades:

- I - auxiliar na formulação, implementação e execução do Plano Nacional de Proteção e Defesa Civil;
- II - propor normas para implementação e execução da PNPDEC;
- III - expedir procedimentos para implementação, execução e monitoramento da PNPDEC, observado o disposto nesta Lei e em seu regulamento;
- IV - propor procedimentos para atendimento a crianças, adolescentes, gestantes, idosos e pessoas com deficiência em situação de desastre, observada a legislação aplicável; e
- V - acompanhar o cumprimento das disposições legais e regulamentares de proteção e defesa civil.

§ 1º A organização, a composição e o funcionamento do CONPDEC serão estabelecidos em ato do Poder Executivo federal.

§ 2º O CONPDEC contará com representantes da União, dos Estados, do Distrito Federal, dos Municípios e da sociedade civil organizada, incluindo-se representantes das comunidades atingidas por desastre, e por especialistas de notório saber.

## CAPÍTULO IV

### DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 13. Fica autorizada a criação de sistema de informações de monitoramento de desastres, em ambiente informatizado, que atuará por meio de base de dados compartilhada entre os integrantes do SINPDEC visando ao oferecimento de informações atualizadas para prevenção, mitigação, alerta, resposta e recuperação em situações de desastre em todo o território nacional.

Art. 14. Os programas habitacionais da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios devem priorizar a relocação de comunidades atingidas e de moradores de áreas de risco.

Art. 15. A União poderá manter linha de crédito específica, por intermédio de suas agências financeiras oficiais de fomento, destinada ao capital de giro e ao investimento de sociedades empresariais, empresários individuais e pessoas físicas ou jurídicas em Municípios atingidos por desastre que tiverem a situação de emergência ou o estado de calamidade pública reconhecido pelo Poder Executivo federal.

Art. 16. Fica a União autorizada a conceder incentivo ao Município que adotar medidas voltadas ao aumento da oferta de terra urbanizada para utilização em habitação de interesse social, por meio dos institutos previstos na Lei nº 10.257, de 10 de julho de 2001, na forma do regulamento.

Parágrafo único. O incentivo de que trata o caput compreenderá a transferência de recursos para a aquisição de terrenos destinados a programas de habitação de interesse social.

Art. 17. Em situações de iminência ou ocorrência de desastre, ficam os órgãos competentes autorizados a transferir bens apreendidos em operações de combate e repressão a crimes para os órgãos de proteção e defesa civil.



Art. 18. Para fins do disposto nesta Lei, consideram-se agentes de proteção e defesa civil:

I - os agentes políticos da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios responsáveis pela direção superior dos órgãos do SINPDEC;

II - os agentes públicos responsáveis pela coordenação e direção de órgãos ou entidades públicas prestadores dos serviços de proteção e defesa civil;

III - os agentes públicos detentores de cargo, emprego ou função pública, civis ou militares, com atribuições relativas à prestação ou execução dos serviços de proteção e defesa civil; e

IV - os agentes voluntários, vinculados a entidades privadas ou prestadores de serviços voluntários que exercem, em caráter suplementar, serviços relacionados à proteção e defesa civil.

Parágrafo único. Os órgãos do SINPDEC adotarão, no âmbito de suas competências, as medidas pertinentes para assegurar a profissionalização e a qualificação, em caráter permanente, dos agentes públicos referidos no inciso III.

Art. 19. Aplicam-se ao Distrito Federal as competências atribuídas nesta Lei aos Estados e aos Municípios.

Art. 20. A ementa da Lei nº 12.340, de 1º de dezembro de 2010, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Dispõe sobre as transferências de recursos da União aos órgãos e entidades dos Estados, Distrito Federal e Municípios para a execução de ações de resposta e recuperação nas áreas atingidas por desastre, e sobre o Fundo Especial para Calamidades Públicas; e dá outras providências."

Art. 21. Os arts. 4º e 5º da Lei nº 12.340, de 1º de dezembro de 2010, passam a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 4º São obrigatórias as transferências da União aos órgãos e entidades dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios para a execução de ações de resposta e recuperação, observados os requisitos e procedimentos previstos nesta Lei.

§ 1º As ações de que trata o caput serão definidas em regulamento, e o órgão central do SINPDEC definirá o montante de recursos a ser transferido, mediante depósito em conta específica mantida pelo ente beneficiário em instituição financeira oficial federal, de acordo com sua disponibilidade orçamentária e financeira e com base nas informações obtidas perante o ente federativo.

§ 2º No caso de execução de ações de recuperação, o ente beneficiário deverá apresentar plano de trabalho ao órgão central do SINPDEC no prazo máximo de 90 (noventa) dias da ocorrência do desastre." (NR)

"Art. 5º O órgão central do SINPDEC acompanhará e fiscalizará a aplicação dos recursos transferidos na forma do art. 4º.

§ 2º Os entes beneficiários das transferências de que trata o caput deverão apresentar ao órgão central do SINPDEC a prestação de contas do total dos recursos recebidos, na forma do regulamento.

§ 3º Os entes beneficiários manterão, pelo prazo de 5 (cinco) anos, contados da data de aprovação da prestação de contas de que trata o § 2º, os documentos a ela referentes, inclusive os comprovantes de pagamentos efetuados com os recursos financeiros transferidos na forma desta Lei, ficando obrigados a disponibilizá-los, sempre que solicitado, ao órgão central do SINPDEC, ao Tribunal de Contas da União e ao Sistema de Controle Interno do Poder Executivo federal." (NR)

Art. 22. A Lei nº 12.340, de 1º de dezembro de 2010, passa a vigorar acrescida dos seguintes arts. 3º-A, 3º-B e 5º-A:

"Art. 3º-A. O Governo Federal instituirá cadastro nacional de municípios com áreas suscetíveis à ocorrência de deslizamentos de grande impacto, inundações bruscas ou processos geológicos ou hidrológicos correlatos, conforme regulamento.

§ 1º A inscrição no cadastro previsto no caput dar-se-á por iniciativa do Município ou mediante indicação dos demais entes federados, observados os critérios e procedimentos previstos em regulamento.



§ 2º Os Municípios incluídos no cadastro deverão:

I - elaborar mapeamento contendo as áreas suscetíveis à ocorrência de deslizamentos de grande impacto, inundações bruscas ou processos geológicos ou hidrológicos correlatos;

II - elaborar Plano de Contingência de Proteção e Defesa Civil e instituir órgãos municipais de defesa civil, de acordo com os procedimentos estabelecidos pelo órgão central do Sistema Nacional de Proteção e Defesa Civil - SINPDEC;

III - elaborar plano de implantação de obras e serviços para a redução de riscos de desastre;

IV - criar mecanismos de controle e fiscalização para evitar a edificação em áreas suscetíveis à ocorrência de deslizamentos de grande impacto, inundações bruscas ou processos geológicos ou hidrológicos correlatos; e

V - elaborar carta geotécnica de aptidão à urbanização, estabelecendo diretrizes urbanísticas voltadas para a segurança dos novos parcelamentos do solo e para o aproveitamento de agregados para a construção civil.

§ 3º A União e os Estados, no âmbito de suas competências, apolarão os Municípios na efetivação das medidas previstas no § 2º.

§ 4º Sem prejuízo das ações de monitoramento desenvolvidas pelos Estados e Municípios, o Governo Federal publicará, periodicamente, informações sobre a evolução das ocupações em áreas suscetíveis à ocorrência de deslizamentos de grande impacto, inundações bruscas ou processos geológicos ou hidrológicos correlatos nos Municípios constantes do cadastro.

§ 5º As informações de que trata o § 4º serão encaminhadas, para conhecimento e providências, aos Poderes Executivo e Legislativo dos respectivos Estados e Municípios e ao Ministério Público.

§ 6º O Plano de Contingência de Proteção e Defesa Civil será elaborado no prazo de 1 (um) ano, sendo submetido a avaliação e prestação de contas anual, por meio de audiência pública, com ampla divulgação."

"Art. 3º-B. Verificada a existência de ocupações em áreas suscetíveis à ocorrência de deslizamentos de grande impacto, inundações bruscas ou processos geológicos ou hidrológicos correlatos, o município adotará as providências para redução do risco, dentre as quais, a execução de plano de contingência e de obras de segurança e, quando necessário, a remoção de edificações e o reassentamento dos ocupantes em local seguro."

§ 1º A efetivação da remoção somente se dará mediante a prévia observância dos seguintes procedimentos:

I - realização de vistoria no local e elaboração de laudo técnico que demonstre os riscos da ocupação para a integridade física dos ocupantes ou de terceiros; e

II - notificação da remoção aos ocupantes acompanhada de cópia do laudo técnico e, quando for o caso, de informações sobre as alternativas oferecidas pelo poder público para assegurar seu direito à moradia.

§ 2º Na hipótese de remoção de edificações, deverão ser adotadas medidas que impeçam a reocupação da área.

§ 3º Aqueles que tiverem suas moradias removidas deverão ser abrigados, quando necessário, e cadastrados pelo Município para garantia de atendimento habitacional em caráter definitivo, de acordo com os critérios dos programas públicos de habitação de interesse social."

"Art. 5º-A. Constatada, a qualquer tempo, a presença de vícios nos documentos apresentados, ou a inexistência do estado de calamidade pública ou da situação de emergência declarados, o ato administrativo que tenha autorizado a realização da transferência obrigatória perderá seus efeitos, ficando o ente beneficiário obrigado a devolver os valores repassados,

devidamente atualizados.

Parágrafo único. Sem prejuízo do disposto no caput, ocorrendo indícios de falsificação de documentos pelo ente federado, deverão ser notificados o Ministério Público Federal e o Ministério Público Estadual respectivo, para adoção das providências cabíveis."



Art. 23. É vedada a concessão de licença ou alvará de construção em áreas de risco indicadas como não edificáveis no plano diretor ou legislação dele derivada.

Art. 24. O inciso VI do art. 2º da Lei nº 10.257, de 10 de julho de 2001, passa a vigorar acrescido da seguinte alínea h:

"Art. 2º .....  
.....  
.....  
VI .....  
.....  
.....  
h) a exposição da população a riscos de desastres.  
....."

(NR).

Art. 25. O art. 41 da Lei nº 10.257, de 10 de julho de 2001, passa a vigorar acrescido do seguinte inciso VI:

"Art. 41. .... 41.  
.....  
.....  
VI - incluídas no cadastro nacional de Municípios com áreas suscetíveis à ocorrência de deslizamentos de grande impacto, inundações bruscas ou processos geológicos ou hidrológicos correlatos.  
....."

(NR)

Art. 26. A Lei nº 10.257, de 10 de julho de 2001, passa a vigorar acrescida dos seguintes arts. 42-A e 42-B:

"Art. 42-A. Além do conteúdo previsto no art. 42, o plano diretor dos Municípios incluídos no cadastro nacional de municípios com áreas suscetíveis à ocorrência de deslizamentos de grande impacto, inundações bruscas ou processos geológicos ou hidrológicos correlatos deverá conter:

I - parâmetros de parcelamento, uso e ocupação do solo, de modo a promover a diversidade de usos e a contribuir para a geração de emprego e renda;

II - mapeamento contendo as áreas suscetíveis à ocorrência de deslizamentos de grande impacto, inundações bruscas ou processos geológicos ou hidrológicos correlatos;

III - planejamento de ações de intervenção preventiva e realocação de população de áreas de risco de desastre;

IV - medidas de drenagem urbana necessárias à prevenção e à mitigação de impactos de desastres; e

V - diretrizes para a regularização fundiária de assentamentos urbanos irregulares, se houver, observadas a Lei nº 11.977, de 7 de julho de 2009, e demais normas federais e estaduais pertinentes, e previsão de áreas para habitação de interesse social por meio da demarcação de zonas especiais de interesse social e de outros instrumentos de política urbana, onde o uso habitacional for permitido.

§ 1º A identificação e o mapeamento de áreas de risco levarão em conta as cartas



geotécnicas.



§ 2º O conteúdo do plano diretor deverá ser compatível com as disposições inseridas nos planos de recursos hídricos, formulados consoante a Lei nº 9.433, de 8 de janeiro de 1997.

§ 3º Os Municípios adequarão o plano diretor às disposições deste artigo, por ocasião de sua revisão, observados os prazos legais.

§ 4º Os Municípios enquadrados no inciso VI do art. 41 desta Lei e que não tenham plano diretor aprovado terão o prazo de 5 (cinco) anos para o seu encaminhamento para aprovação pela Câmara Municipal."

"Art. 42-B. Os Municípios que pretendam ampliar o seu perímetro urbano após a data de publicação desta Lei deverão elaborar projeto específico que contenha, no mínimo:

I - demarcação do novo perímetro urbano;

II - delimitação dos trechos com restrições à urbanização e dos trechos sujeitos a controle especial em função de ameaça de desastres naturais;

III - definição de diretrizes específicas e de áreas que serão utilizadas para infraestrutura, sistema viário, equipamentos e instalações públicas, urbanas e sociais;

IV - definição de parâmetros de parcelamento, uso e ocupação do solo, de modo a promover a diversidade de usos e contribuir para a geração de emprego e renda;

V - a previsão de áreas para habitação de interesse social por meio da demarcação de zonas especiais de interesse social e de outros instrumentos de política urbana, quando o uso habitacional for permitido;

VI - definição de diretrizes e instrumentos específicos para proteção ambiental e do patrimônio histórico e cultural; e

VII - definição de mecanismos para garantir a justa distribuição dos ônus e benefícios decorrentes do processo de urbanização do território de expansão urbana e a recuperação para a coletividade da valorização imobiliária resultante da ação do poder público.

§ 1º O projeto específico de que trata o caput deste artigo deverá ser instituído por lei municipal e atender às diretrizes do plano diretor, quando houver.

§ 2º Quando o plano diretor contemplar as exigências estabelecidas no caput, o Município ficará dispensado da elaboração do projeto específico de que trata o caput deste artigo.

§ 3º A aprovação de projetos de parcelamento do solo no novo perímetro urbano ficará condicionada à existência do projeto específico e deverá obedecer às suas disposições."

Art. 27. O art. 12 da Lei nº 8.766, de 19 de dezembro de 1979, passa a vigorar com a seguinte redação, renumerando-se o atual parágrafo único para § 1º:

"Art.

12.

§ 1º O projeto aprovado deverá ser executado no prazo constante do cronograma de execução, sob pena de caducidade da aprovação.

§ 2º Nos Municípios inseridos no cadastro nacional de municípios com áreas suscetíveis à ocorrência de deslizamentos de grande impacto, inundações bruscas ou processos geológicos ou hidrológicos correlatos, a aprovação do projeto de que trata o caput ficará vinculada ao atendimento dos requisitos constantes da carta geotécnica de aptidão à urbanização. Vigência

§ 3º É vedada a aprovação de projeto de loteamento e desmembramento em áreas de risco definidas como não edificáveis, no plano diretor ou em legislação dele derivada." (NR)

Art. 28. O art. 3º da Lei nº 8.239, de 4 de outubro de 1991, que regulamenta os §§ 1º e 2º do art. 143 da Constituição

Federal, que dispõem sobre a prestação de Serviço Alternativo ao Serviço Militar Obrigatório, passa a vigorar acrescido dos seguintes §§ 4º e 5º:



"Art.

30

§ 4º O Serviço Alternativo incluirá o treinamento para atuação em áreas atingidas por desastre, em situação de emergência e estado de calamidade, executado de forma integrada com o órgão federal responsável pela implantação das ações de proteção e defesa civil.

§ 5º A União articular-se-á com os Estados e o Distrito Federal para a execução do treinamento a que se refere o § 4º deste artigo." (NR)

Art. 29. O art. 26 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, passa a vigorar acrescido do seguinte § 7º:

"Art.

26.

§ 7º Os currículos do ensino fundamental e médio devem incluir os princípios da proteção e defesa civil e a educação ambiental de forma integrada aos conteúdos obrigatórios." (NR)

Art. 30. Ficam revogados os arts. 1º, 2º e 17 da Lei 12.340, de 1º de dezembro de 2010.

Art. 31. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, com exceção do disposto no § 2º do art. 12 da Lei nº 6.766, de 19 de dezembro de 1979, que entrará em vigor após decorridos 2 (dois) anos da data de sua publicação oficial.

Brasília, 10 de abril de 2012; 191ª da Independência e 124ª da República.

MICHEL TEMER

*José Eduardo Cardozo*

*Luiz Antonio Rodríguez Elias*

*Izabella Mônica Vieira Teixeira*

*Alexandre Navarro Garcia*

*Alexandre Cordeiro Macedo*

Este texto não substitui o publicado no DOU de 11.4.2012



**Assembleia Legislativa do Estado do Paraná**  
**Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury**  
*Comissão de Constituição e Justiça*



**PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 327/2015**

**Projeto de Lei nº. 327/2015**

**Autor: Poder Executivo - Mensagem nº. 022/2015**

**Súmula:** Instituição da Política Estadual de Proteção e Defesa Civil – PEPDEC e Adoção de outras providências

**EMENTA:** REGULAMENTA E NORMATIZA NO ÂMBITO ESTADUAL A LEI FEDERAL 12.608/2012 POSSIBILIDADE. REGIMENTO INTERNO ART. 124. LEGITIMIDADE AFERIDA. ARTS. 65 e 87 DA CONSTITUIÇÃO DO ESTADO DO PARANÁ. CONSTITUCIONALIDADE. LEGALIDADE. ANÁLISE PRÉVIA FAVORÁVEL.

**PREÂMBULO**

O Projeto de Lei de autoria do Poder Executivo, através da mensagem nº 022/2015, tem por finalidade regulamentar e normatizar, no âmbito Estadual a Lei federal nº 12.608/2012, instituindo a política estadual de proteção e defesa civil - PEPDEC.

**FUNDAMENTAÇÃO**

Nas palavras de JOSÉ AFONSO DA SILVA, em seu **CURSO DE DIREITO CONSTITUCIONAL POSITIVO**, "todas as normas que integram a ordenação jurídica nacional só serão válidas se se conformarem com as normas da Constituição Federal".



**Assembleia Legislativa do Estado do Paraná**  
**Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury**  
***Comissão de Constituição e Justiça***



De início, compete à Comissão de Constituição e Justiça, em consonância ao disposto no Art. 33-A, I do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, verificar a constitucionalidade, legalidade, legitimidade do proponente, bem como a técnica legislativa ora utilizada:

**Art. 33-A Cabe à Comissão de Constituição e Justiça:**

**I – emitir parecer sobre as proposições quanto a sua constitucionalidade, legalidade, juridicidade, adequação regimental e caráter estrutural, em face do que dispõe a Lei Complementar 95, de 26 de fevereiro de 1998 e alterações posteriores.**

Sobre a iniciativa de projetos de lei, dispõe o Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná:

**Art. 124. A iniciativa dos projetos caberá a qualquer membro da Assembleia, ao Governador, dos Tribunais e ao Ministério Público, que poderão solicitar o seu arquivamento ou a sua restituição, em qualquer fase de sua tramitação.**

**Parágrafo único. Todos os projetos, ressalvada a competência exclusiva do Governador, dos Tribunais e do Ministério Público, terão origem na Assembleia, sob a iniciativa de qualquer Deputado ou Comissão.**

Em consonância com o Regimento Interno desta Casa, a Constituição Estadual, em seu Art. 65, estabelece que:



**Assembleia Legislativa do Estado do Paraná**  
**Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury**  
*Comissão de Constituição e Justiça*



**Art. 65. A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou comissão da Assembleia Legislativa, ao Governador do Estado, ao Presidente do Tribunal de Justiça, ao Procurador-Geral de Justiça e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta Constituição.**

Deste modo, resta-se evidenciada a capacidade de iniciativa do Governador para realizar a propositura do referido Projeto de Lei.

No mesmo sentido, o art. 87 da Constituição do Estado vem estabelecer:

**Art. 87. Compete privativamente ao Governador:**

(...)

**III - exercer, com o auxílio dos Secretários de Estado, a direção superior da administração estadual;**

(...)

**VI - dispor sobre a organização e o funcionamento da administração estadual, na forma da lei;**

Vislumbra-se, portanto, que o Poder Executivo detém o poder de iniciativa e a competência necessária para propor o presente Projeto de Lei, tendo em vista trata-se da instituição de política pública voltada à proteção e defesa civil.

Destaque-se que, ao menos em um primeiro momento, não há o que se falar em impactação financeira, nos termos do art. 17 da Lei





Assembleia Legislativa do Estado do Paraná  
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury  
Comissão de Constituição e Justiça



Complementar nº 101/2000, razão pela qual dispensa-se a apresentação dos documentos pertinentes ao referido diploma legal.

Por fim, no que tange à técnica legislativa, o projeto em análise não encontra óbice nos requisitos da Lei Complementar Federal nº 95/98, bem como, no âmbito estadual, da Lei complementar nº 176/2014, as quais dispõem sobre a elaboração, a redação, a alteração e a consolidação das leis.

**CONCLUSÃO**

Diante do exposto, é o presente parecer pela **APROVAÇÃO** do presente Projeto de Lei, em virtude de sua **CONSTITUCIONALIDADE** e **LEGALIDADE**.

Sala das Comissões, 06 de maio de 2015.

Dep. Estadual NELSON JUSTUS  
PRESIDENTE

Dep. Estadual TIAGO AMARAL  
RELATOR

APROVADO

06/05/15



**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ**  
**1ª Sessão Legislativa – 18ª Legislatura**  
**Comissão de Finanças**



**PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 327/2015**

**RELATÓRIO**

O Plano de Lei em análise é oriundo do Poder Executivo – Mensagem nº 022/2015, objetiva instituir a Política Estadual de Proteção e Defesa Civil – PEPDEC, assim como adotar outras providências.

A Comissão de Constituição e Justiça por meio de seu Relator já exarou o parecer favorável, devidamente aprovado, por estarem presentes os requisitos constitucionais.

**FUNDAMENTAÇÃO**

Procedida à análise da Proposição, sob a mira desta Comissão de Finanças, cumprindo as obrigações impostas pelo §1º, do artigo 29, § 2º do artigo 30 e artigo 33-B, do Egrégio Regimento Interno desta Assembleia Parlamentar, temos que a medida proposta traz em sua justificativa a compatibilidade com as disposições da Lei Federal nº 12.608, de 10 de abril de 2012, que instituiu a Política Nacional de Proteção e Defesa Civil, e ainda trata do Sistema Nacional de Proteção e Defesa Civil.

Vale ressaltar que a proposta em epígrafe, encontra amparo legal, quanto à iniciativa no art. 65 e 66, e a competência privativa no art. 87, III e VI, todos da Constituição Estadual.

Insta observar que, a proposta em questão não fere a Lei Complementar Federal nº 101/00, uma vez que a proposta sinaliza com a criação de um fundo de recursos financeiros específicos para às ações de proteção e defesa civil, e que o mesmo deverá ser instituído por lei a ser oportunamente encaminhada a esta Casa Legislativa.



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ  
1ª Sessão Legislativa – 18ª Legislatura  
Comissão de Finanças



**CONCLUSÃO**

Deste modo, esta Comissão de Finanças, nada encontrou que possa obstaculizar a sua normal tramitação pelos demais órgãos desta Casa Legislativa, manifestando assim o devido parecer **Favorável**.


É o Parecer.

Sala das Comissões, em 02/06/15

  
**DEPUTADO GILSON DE SOUZA**  
**PRESIDENTE**

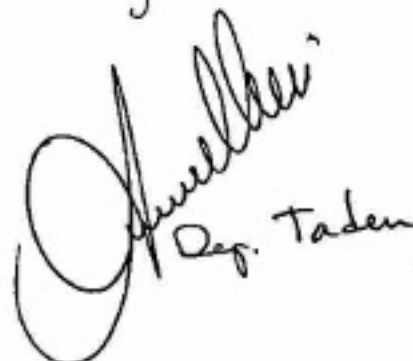
  
**DEPUTADO ARTAGÃO JÚNIOR**  
**RELATOR**

  
Dep. Lúcio



  
Dep. Eli

  
Dep. Tião

  
Dep. Tadeu



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná  
*Comissão de Segurança Pública*



**Projeto de Lei nº: 327/2015**

**Autor: Poder Executivo - Mensagem nº 022/2015**

**PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 327/2015**

**I – Do Relatório**

Trata-se de proposição de autoria do Poder Executivo, encaminhada através da Mensagem nº022/2015, que tem por escopo instituir a Política Estadual de Proteção e Defesa Civil – PEPDEC, regulamentando e normatizando a Lei Federal nº 12.608/2012 no âmbito do Estado do Paraná.

**É o breve relatório.**

**II – Da Fundamentação**

O Projeto de Lei foi enviado a esta Comissão de Segurança Pública para que se manifeste quanto ao mérito de suas disposições.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná  
*Comissão de Segurança Pública*



A proposta se encontra em conformidade com o disposto pela Lei Federal nº 12.608, de 10 de abril de 2012, que instituiu a Política Nacional de Proteção e Defesa Civil, bem como o Sistema Nacional de Proteção e Defesa Civil.

Objetiva instituir disposições gerais, diretrizes e objetivos, definindo competências ao Estado e aos Municípios, no sentido de instituir a Política Estadual de Proteção e Defesa Civil.

A PEPDEC abrange as ações de prevenção, mitigação, preparação, resposta e recuperação voltadas à redução de desastres no Estado do Paraná. A proposição prevê importantes medidas como, por exemplo, a defesa permanente contra desastres naturais ou provocados pelo homem; a prevenção ou minimização de danos; o socorro e assistência de populações atingidas; e a reabilitação e recuperação de áreas deterioradas por desastres; etc.

A proposta determina ainda a criação de um fundo de recursos financeiros específicos para a promoção de ações de proteção e defesa civil a ser instituído por lei.

O direito natural à vida e à incolumidade foi formalmente reconhecido pela Constituição da República Federativa do Brasil. Compete à Defesa Civil a garantia desse direito, em circunstâncias de desastre.

### **III – Da Decisão**

Diante do exposto, verifica-se que a proposta visa aprimorar o segmento da segurança pública do Estado do Paraná.






Assembleia Legislativa do Estado do Paraná  
Comissão de Segurança Pública

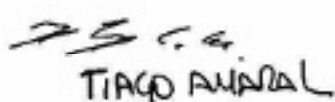



Assim, esta Comissão se manifesta no sentido de emitir parecer  
**FAVORÁVEL** ao presente Projeto de Lei.  
É o parecer.

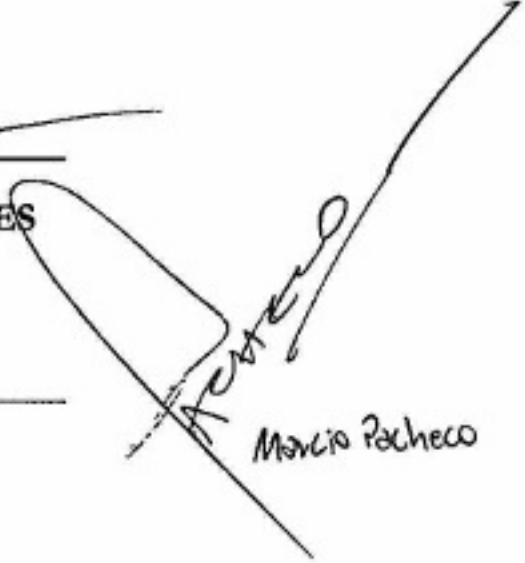
Curitiba, em 12 de junho de 2015.

  
DEPUTADO MAURO MORAES  
PRESIDENTE

  
RELATOR  
Felipe Fracischini

  
TIAGO AIVAL

  
Pedro Lupion.

  
Marcio Pacheco